



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XVIII — Nº 52

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1963

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n.º IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 20, 22, 28 e 30 de maio do ano em curso, às 21h 30m no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo mencionados:

Dias 20, 22, 28 e 30 de maio:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837 H-60, na Câmara e número 94.61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

Senado Federal, 18 de março de 1963.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, parágrafo 3º, da Constituição e do artigo 1º, número IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 do mês em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (número 1.751-E, de 1966, na Câmara e número 126, de 1961, no Senado) que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado, sem prejuízo da matéria já programada para a mesma sessão.

Senado Federal em 6 de maio de 1963

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

### MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).

Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).

Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN — AL).

Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).

Terceiro-Secretário — Mourão Vieira (PTB — AM).

Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).

Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN — PI).

Segundo Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).

Terceiro Suplente — Carlos Jerelassati (PTB — CE).

### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

#### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guilomard — Acre.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigfrêdo Pacheco — Piauí.
7. Melezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Wafredo Gurgel — R. G. Norte.
0. Ruy Carneiro — Paraíba.
1. Leite Neto — Sergipe.
2. Antônio Balbino (em exercício o suplente Ernesto Catalão, do PTR) — Bahia.
3. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
4. Gilberto Marinho — Guanabara.
5. Moura Andrade — São Paulo.
6. Atilio Fontana — Santa Catarina.

### SENADO FEDERAL

17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller — Mato Grosso.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

#### PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Pessoa (em exercício o Suplente Eduardo Assmar) — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Mourão Vieira — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Carlos Jerelassati — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
0. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
1. José Ermirto (em exercício o suplente Pinto Ferreira) — Pernambuco.
2. Silvestre Péricles — Alagoas.
3. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
4. Nelson Maculan — Paraná.
5. Amaury Silva — Paraná.
6. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
7. Bezerra Neto — Mato Grosso.

#### UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Ruy Palmeira — Alagoas.

7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
2. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.

#### PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

#### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Catete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos (em exercício o Suplente Linneu Gomes) — São Paulo.

#### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

#### PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

#### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

### PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

### PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

#### SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

### RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
SEM LEGENDA	64
Total	66

### BLOCOS PARTIDÁRIOS

- 1º — Maioria (39 Membros):  
PSD  
PTB
- 2º — Minoria (17 Membros):

UDN

PL

3ª - Pequenas Representações (9

Membros):

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

Lopes da Costa - Mato Grosso.

## LIDERANÇAS

## I - DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS

## MAIORIA

Lider

Barros Carvalho - (PTB - PE)

Vice-Líderes

Victorino Freire (PSD - MA)

Vasconcelos Torres (PTB - RJ)

Jefferson de Aguiar (PSD - ES)

Lobão da Silveira (PSD - PA)

Arthur Virgílio (PTB - AM)

Bezerra Neto (PTB - MT).

## MINORIA

Lider

João Agripino (UDN - PB)

Vice-Líderes

Daniel Krieger (UDN - RS)

Mem de Sá - (PL - RS)

## PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

Lider

Lino de Matos (PTN - SP)

Vice-Líder

Aurélio Viana (PSB - AL)

## II - DOS PARTIDOS

PSD

Lider

Benedicto Valladares (MG)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Siegfredo Pacheco (PI)

Walfredo Gurgel (RN)

PTB

Lider

Artur Virgílio (AM)

Vice-Líderes

Amaury Silva (PR)

Vivaldo Lima (AM)

Bezerra Neto (MT).

UDN

Lider

Daniel Krieger (RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende (ES)

Padre Calazans (SP)

Adolfo Franco (FR)

PL

Lider

Mem de Sá (RS)

Vice-Líder

Aloysio de Carvalho (BA)

PTN

Lider

Lino de Matos (SP)

Vice-Líder

Catete Pinheiro (PA)

PSP

Lider

Miguel Couto (RJ)

Vice-Líder

Raul Giuberti (ES)

## EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50,00

Ano ..... Cr\$ 96,00

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 136,00

## FUNCIONÁRIOS

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 39,00

Ano ..... Cr\$ 76,00

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

## COMISSÕES PERMANENTES

## Comissão Diretora

Moura Andrade - Presidente (PSD)

Nogueira da Gama (PTB)

Mourão Vieira (PTB)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Catete Pinheiro (PTN)

Joaquim Parente (UDN)

Guido Mondin (PSD)

Carlos Jereissati (PTB)

## Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente - Nelson Maculan (PTB).

Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Eugênio Barros

2. José Feliciano

## Suplentes

1. Atilio Fontana

2. Pedro Ludovico

## PTB

## Titulares

1. Nelson Maculan

2. Dix-Huit Rosado

3. Raul Giuberti

## Suplentes

1. Eduardo Catalão

2. Aarão Steinbruch

3. Adalberto Sena

UDN

## Titulares

1. Lopes da Costa

2. Antônio Carlos

## Suplentes

1. Daniel Krieger

2. João Agripino.

## Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente - Milton Campos - (UDN).

Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Jefferson de Aguiar

2. Ruy Carneiro

3. Lobão da Silveira

4. Wilson Gonçalves

5. Josaphat Marinho

## Suplentes

1. Menezes Pimentel

2. Leite Neto

3. Benedito Valladares

4. Aarão Steinbruch

5. Heribaldo Vieira

## PTB

## Titulares

1. Amaury Silva

2. Bezerra Neto

3. Pinto Ferreira.

## Suplentes

1. Artur Virgílio

2. Argemiro de Figueiredo

3. Silvestre Pericle.

UDN

## Titulares

1. Aloysio de Carvalho

2. Eurico Rezende

3. Milton Campos

## Suplentes

1. Atonso Arinos

2. Daniel Krieger

3. João Agripino.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo, PL-8.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

## Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente - Lino de Matos (PTN).

Vice-Presidente - Pedro Ludovico (PSD).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Menezes Pimentel

2. Pedro Ludovico

3. Lino de Matos

## Suplentes

1. Filinto Müller

2. Eugênio Barros

3. Heribaldo Vieira

## PTB

## Titulares

1. Vasconcelos Torres

2. Oscar Passos

## Suplentes

1. Dix-Huit Rosado

2. Aarão Steinbruch

## UDN

## Titulares

1. Dinarte Mariz

2. Eurico Rezende

## Suplentes

1. Lopes da Costa

2. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretária: Vera de Alvarenga Ma-

fra.

## Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente - Filinto Müller (PSD).

Vice-Presidente - Eduardo Catalão (PTB).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Filinto Müller

2. Eugênio Barros

3. Atilio Fontana

4. José Guimard

## Suplentes

1. Jefferson de Aguiar

2. Siegfredo Pacheco

3. Sebastião Archer

4. Josaphat Marinho

## PTB

## Titulares

1. Eduardo Catalão

2. Nelson Maculan

3. Júlio Leite

## Suplentes

1. Oscar Passos

2. Bezerra Neto

3. Pinto Ferreira

## UDN

## Titulares

1. Adolfo Franco

2. Lopes da Costa

## Suplentes

1. José Cândido
2. Zacarias de Assunção.

## Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)  
Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

## Suplentes

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

## PTB

## Titulares

1. Adalberto Sena
2. Píro Ferreira

## Suplentes

1. Pessoa de Queiroz
2. Amaury Silva

## UDN

## Titulares

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans
3. Mem de Sá

## Suplentes

1. Adolfo Franco
  2. Milton Campos
  3. Arnon de Melo.
- Reuniões: Quarta-feira, às 15,00 horas.  
Secretária: Vera de Alvarenga Mafra.

## Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

PTB — Argemiro de Figueiredo — Presidente  
UDN — Daniel Krieger — Vice-Presidente

## Composição

## PSD

## Titulares

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

## Suplentes

1. José Guimard
2. Eugênio de Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atílio Fontana
5. Pedro Ludovico

## PTB

## Titulares

1. Bezerra Neto
2. Dix-Huit Rosado
3. Pessoa de Queiroz
4. Eduardo Catalão

## Suplentes

1. Nelson Machan
2. Lino de Matos
3. Vasconcelos Torres
4. Amaury Silva
5. Aurélio Vianna

## UDN

## Titulares

1. Dinarte Mariz
2. Irineu Bornhausen
3. Lopes da Costa

## Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Eurico Rezende
4. João Agripino

## PL

## TÍTULA

1. Mem de Sá

## SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho

Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00 horas.

Secretário: Renato de Almeida Chermont.

## Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente — Vivaldo Lima (PTB).  
Vice-Presidente — Ruy Carneiro (PSD).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. José Guimard
4. Raul Giuberti

## Suplentes

1. Leite Neto
2. Lobão da Silveira
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

## PTB

## Titulares

1. Vivaldo Lima
2. Amaury Silva
3. Heribaldo Vieira

## Suplentes

1. Aurélio Vianna
2. Pessoa de Queiroz
3. Vasconcelos Torres

## UDN

## Titulares

1. Eurico de Rezende
2. Antônio Carlos

## Suplentes

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

## Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Wilson Gonçalves
2. Ruy Carneiro

## Suplentes

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

## PTB

## Titulares

1. Dix-Huit Rosado
2. Heribaldo Vieira
3. Aurélio Vianna

## Suplentes

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnon de Melo
3. Júlio Leite

## UDN

## Titulares

1. Dinarte Mariz
2. José Cândido

## Suplentes

1. João Agripino
  2. Lopes da Costa
- Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.  
Secretário: J. Ney Passos Dantas.

## Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado  
Vice-Presidente — Padre Calazans.

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

## Suplentes

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

## PTB

## Titulares

1. Dix-Huit Rosado

## Suplentes

1. Heribaldo Vieira
2. J. B. Castello Branco

## UDN

## Titulares

1. Padre Calazans
2. Júlio Leite

## Suplentes

1. João Agripino
2. Josaphat Marinho.

## Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)  
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Benedicto Valladares
2. Filinto Müller
3. Jefferson de Aguiar
4. Aarão Steinbruch

## Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guimard
4. Victorino Freire

## PTB

## Titulares

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Eduardo Catalão

## Suplentes

1. Vasconcelos Torres
2. Oscar Pessoa
3. Argemiro de Figueiredo

## UDN

## Titulares

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Padre Calazans
4. Arnon de Melo

## Suplentes

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Mem de Sá

Secretário: J. B. Castello Branco  
Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas

## Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)  
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Pedro Ludovico
2. Sigefredo Pacheco

## Suplentes

1. Eugênio Barros
2. Walfredo Gurgel

## PTB

## Titular

1. Dix-Huit Rosado.

## Suplente

1. Adalberto Sena

## UDN

## Titular

1. Lopes da Costa

## Suplente

1. Dinarte Mariz

## PSP

## Titular

1. Miguel Couto

## Suplente

1. Raul Giuberti.

Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

(\*) Republica-se por ter saído com incorreção.

## Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)  
Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. José Guimard
2. Victorino Freire

## Suplentes

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

## PTB

## Titulares

1. Oscar Passos
2. Silvestre Péricles

## Suplentes

1. Dix-Huit Rosado
2. Eduardo Catalão.

## UDN

## Titulares

1. Irineu Bornhausen
2. Zacarias de Assunção

## Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Eurico Rezende

## PSP

## Titular

1. Raul Giuberti

## Suplente

1. Miguel Couto

## Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB)  
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. Leite Neto
2. Sigefredo Pacheco

## Suplentes

1. Victorino Freire
2. Benedicto Valladares

## PTB

## Titulares

1. Silvestre Péricles
2. Nelson Maculan

## Suplentes

1. Pinto Ferreira
2. Eduardo Catalão.

## UDN

## Titulares

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans

## Suplentes

1. Dinarte Mariz
2. Lopes da Costa

## PL

## Titular

1. Aloysio de Carvalho

## Suplente

1. Mem de Sá.

Reuniões: Terças-feiras, às 16.00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

### Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

## (5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)  
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

## COMPOSIÇÃO

## PSD

## Titulares

1. José Feliciano
2. Sebastião Archer

## Suplentes

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

## PTB

## Titulares

1. Bezerra Neto
2. Lino de Mattos

## Suplentes

1. Silvestre Péricles
2. Miguel Couto

## UDN

## Titular

1. Irineu Bornhausen

## Suplente

1. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaendt. —

Oficial Legislativo, PL-8.

(\*) Republicar-se por ter saído com incorreção.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal).

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.

Eleita em 15.6.1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30.2.1962;

Nelson Maculan — designado em 15.5.1962;

Lobão da Silva — designado em 23.4.1963.

Lopes da Costa — designado em 29.10.1962.

## Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD

2. Lobão da Silva — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedicto Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Nelson Maculan — PTB

7. Silvestre Péricles — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Barros — PTB

10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — UDN

13. Heribaldo Vieira — UDN

14. Ruy Palmeira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — PL

16. Mem de Sá — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21.6.62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silva,

Wilson Gonçalves e

Amaury Silva, designados em 23 de abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 610-61, aprovado em 14.12.1961;

Até 15.12.1963 — Requerimento número 793-62, aprovado em 12.12.1962.

## Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD

2. Lobão da Silva — Relator — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedicto Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Silvestre Péricles — Relator — PTB

7. Amaury Silva — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Daniel Krieger — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — UDN

13. Ruy Palmeira — UDN

14. Heribaldo Vieira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL

16. Mem de Sá — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao item III do art. 93 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27.6.1961, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29

de outubro de 1962;

Lobão da Silva, designado em 23

de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de

abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14.12.1961;

Até 15.12.1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12.12.1962.

## Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD

2. Lobão da Silva — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedicto Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Silvestre Péricles — PTB

7. Bezerra Neto — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Daniel Krieger — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN

13. Heribaldo Vieira — UDN

14. Ruy Palmeira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — PL

16. Mem de Sá — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado

mediando as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente

e aprovar o estabelecimento, rompimento e restituição de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.

2. Wilson Gonçalves — PSD.

3. Lobão da Silva — PSD.

4. Ruy Carneiro — PSD.

5. Guido Mondin — PSD.

6. Silvestre Péricles — PSD.

7. Vivaldo Lima — PTB.

8. Amaury Silva — PTB.

9. Pinto Ferreira — PTB.

10. Eurico Rezende — UDN.

11. Daniel Krieger — UDN.

12. Milton Campos — UDN.

13. Heribaldo Vieira — UDN.

14. Lopes da Costa — UDN.

15. Aloysio de Carvalho — PL.

16. Lino de Mattos — PTN.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961

Acrescenta item ao artigo 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que institui o sistema parlamentar de governo.

(Sobre a exoneração, por proposta do Senado, do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962.

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.

2. Ruy Carneiro — PSD.

3. Lobão da Silva — PSD.

4. Jefferson de Aguiar — PSD.

5. Guido Mondin — PSD.

6. Pinto Ferreira — PTB.

7. Bezerra Neto — PTB.

8. Amaury Silva — PTB.

9. Vivaldo Lima — PTB.

10. Daniel Krieger — UDN.

11. Eurico Rezende — UDN.

12. Milton Campos — UDN.

13. Heribaldo Vieira — UDN.

14. Lopes da Costa — UDN.

15. Aloysio de Carvalho — PL.

16. Lino de Mattos — PTN.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do art. 19, substitui o § 5º do art. 19 e o art. 22 da Constituição.

(Modificação regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 19 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 606-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.

2. Menezes Pimentel — PSD.

3. Filinto Müller — PSD.

4. Guido Mondin — PSD.

5. Ruy Carneiro — PSD.

6. Amaury Silva — PTB.

7. Barros Carvalho — PTB.

8. Argemiro Figueiredo — PTB.

9. Bezerra Neto — PTB.

10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961

*Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (Aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinados aos Municípios).*

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Lopes da Costa — designado em 30 de março de 1962.  
 Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.  
 Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.  
 João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.  
 Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.  
 Josaphat Marinho — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 783-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Lopes da — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Josaphat Marinho — PTN
16. Lino de Matos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1961

*Acrescenta parágrafo 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal. (Criação de novos Municípios).*

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.  
 Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.

Catete Pinheiro — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Lopes da Costa — UDN

14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Miguel Couto — PSP
16. Catete Pinheiro — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962

*(Altera a redação do art. 188 da Constituição, referente à obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).*

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15 de maio de 1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Leite Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.

Aurelio Vianna — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurelio Vianna — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962

*(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).*

Eleita em 23-5-62, salvo os Senhores

Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-63.

Leite Neto — designado em 23-4-63.

Josafá Marinho — designado em 23-4-63.

Eurico Rezende — designado em 23-4-63.

Prorrogação:

Até 15-12-62 — Requerimento nº 786 de 1962, aprovado em 12-12-62

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josafá Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962

*(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).*

Eleita em 10-7-1962, salvo os Senhores Senadores:

- Wilson Gonçalves,  
 Leite Neto,  
 João Agripino,  
 Eurico Rezende e  
 Josafá Marinho (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação

Até 15-12-63 — Requerimento nº 787 de 1962, aprovado em 12-12-62:

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Menezes Pimentel — PSD.
6. Leite Neto — PSD.
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. João Agripino — UDN.
13. Eurico Rezende — UDN.
14. Daniel Krieger — UDN.
15. Mem de Sá — PL.
16. Josafá Marinho — S. legenda.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1962

*Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.*

*(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).*

Eleita em 13-9-62, salvo os Senhores Senadores

- Wilson Gonçalves,  
 Leite Neto,  
 Josafá Marinho,  
 Eurico Rezende,  
 Pinto Ferreira e  
 Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação

Até 15-12-63 — Requerimento nº 789 de 1962, aprovado em 12-12-62:

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Wilson Gonçalves — PSD.
5. Leite Neto — PSD.
6. Menezes Pimentel — PSD.
7. Pinto Ferreira — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. Josafá Marinho — UDN.
12. Daniel Krieger — UDN.
14. Eurico Rezende — UDN.
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962

*Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.*

*(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).*

Eleita em 13-9-1962, salvo os Senhores Senadores.

- Wilson Gonçalves,  
 Josafá Marinho,  
 Eurico Rezende,  
 Pinto Ferreira e  
 Julio Leite (designados em 23-4-63).

Prorrogação:

até 15-12-1963 — Requerimento número 790-62 aprovado em 12-12-1962

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedicto Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Pinto Ferreira — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josafá Marinho — UDN.
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962

*Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o artigo 61 da Constituição Federal de 18-9-1946.*

Eleita em 6-12-1962, salvo os Senhores Senadores

- Wilson Gonçalves,  
 Eurico Rezende,  
 João Agripino  
 Amaury Silva e  
 Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

até 15-12-1963 — Requerimento número 791-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedicto Valladares — PSD

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963

*Altera a redação do inciso III do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menor e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).*

Designada em 23-4-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD.
7. Amaury Silva — PTB.
8. Bezerra Neto — PTB
9. Pinto Ferreira — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josafá Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963

*Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (relativos ao direito de propriedade). Designada em 23 de abril de 1963*

Números — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD.



4. Wilton Gonçalves — PSD.
5. Menezes Pimentel — PSD.
6. Heribaldo Vieira — PSD.
7. Amaury Silva — PTB.
8. Bezerra Neto — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Silvestre Péricles — PTB.
11. Artur Virgílio — PTB.
12. Eurico Rezende — UDN.
13. Milton Campos — UDN.
14. João Agripino — UDN.
15. Jusafá Marinho — S/legenda.
16. Aloysio de Carvalho — PR.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3 de 1963

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).  
Eleito em 2 de maio de 1963

#### Membros Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Wilson Gonçalves — PSD.
5. Menezes Pimentel — PSD.
6. Leite Neto — PSD.
7. Amaury Silva — PTB.
8. Bezerra Neto — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eduardo Catalão — PTB.
11. Vasconcelos Torres — PTB.
12. Eurico Rezende — UDN.
13. Milton Campos — UDN.
14. Daniel Krieger — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos.
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos.

### Comissão Especial de Estudo do Convênio do Café a longo prazo

(Criada em virtude do Requerimento nº 615-62, do Sr. Nelson Maculan, aprovado em 24 de janeiro de 1963).

Designada em 24 de janeiro 1963

#### Números — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Pedro Ludovico — PSD.
3. Padre Calazans — UDN.
4. Irineu Bornhausen — UDN.
5. Nelson Maculan — PTB.
6. Menezes Pimentel — PSD.
7. Amaury Silva — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. Eurico Rezende — UDN.
13. Daniel Krieger — UDN.
14. João Agripino — UDN.
15. Mem de Sá — PL.
16. Raul Giuberti — PSP.

### ATAS DAS COMISSÕES

#### Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

6ª REUNIÃO, EM 15 DE MAIO DE 1963

As 16h, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Irineu Bornhausen (Vice-Presidente), presentes os Srs. Senadores Sebastião Archer e Miguel Couto, reúne-se a Comissão de Trans-

portes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores José Feliciano (Presidente) e Bezerra Neto.

E' lida e sem alterações, aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Sebastião Archer, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1962, que dispõe sobre o tráfego de embarcações com arqueação até 60 toneladas em serviços nos altos rios, e dá outras providências.

Em discussão, a Comissão aprova o Parecer, por unanimidade.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, da qual eu, Alexandre Pfander, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### Comissão de Constituição e Justiça

6ª REUNIÃO EM 15 DE MAIO DE 1963

As dezessete horas, do dia quinze de maio de mil novecentos e sessenta e três, na Sala da Comissão de Justiça do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Wilson Gonçalves, Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Josaphat Marinho, Pinto Ferreira, Aloysio de Carvalho, Eurico Rezende e Silvestre Péricles, Suplente, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Amaury Silva e Bezerra Neto.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Lobão da Silveira que relata, pela aprovação, o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1963, que cria três Juntas de Conciliação e Julgamento na 2ª Região da Justiça do Trabalho, com sede nas Comarcas que especifica.

Em discussão, é aprovado por unanimidade.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Ruy Carneiro que relata favoravelmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1963, que concede auxílios financeiros ao Colégio dos Irmãos Maristas e à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em Brasília, e dá outras providências.

Em discussão, é aprovado unanimemente.

Continuando, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Jefferson de Aguiar, que relata (concluindo por Dificuldade junto ao Ministério da Marinha) o Requerimento nº 653-62, de Antônio Júlio Pires, Redator PL-3, recorrendo do ato da Comissão Diretora, sobre contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Marinha.

Em discussão, é aprovado por unanimidade.

Continua com a palavra o Sr. Senador Jefferson de Aguiar que requer audiência dos Ministérios da Fazenda, Agricultura e Trabalho a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1963, que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários (IAPA).

Em discussão, o requerimento é aprovado por todos os membros da Comissão, presentes.

Prossegue o Sr. Senador Jefferson de Aguiar, que requer informações da Diretoria do Pessoal e, outrossim, se oficie à Comissão Diretora para que seja sustada qualquer providência a respeito dos funcionários do Quadro Anexo até que a Comissão de Constituição e Justiça se pronuncie sobre a consulta formulada pelo Sr. Presidente do Senado Federal.

Em discussão, o requerimento é aprovado por unanimidade.

Antes de se encerrar a sessão, o Senhor Senador Josaphat Marinho formula uma questão de ordem técnica para que se realize no dia seguinte, ou seja, 16 de maio, uma reunião extraordinária, a fim de relatar matéria relevante.

O Sr. Presidente, acolhendo a iniciativa, em forma de requerimento submete a votos, sendo aprovada unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, Ronaldo Ferreira Dias, Secretário, lavro a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### Comissão de Finanças

7ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1963

As 10h, sob a presidência do Senhor Senador Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Senadores Lobão da Silveira, Dinarte Mariz, Wilson Gonçalves, Leite Neto, Mem de Sá, Sigefredo Pacheco, Lopes da Costa, Victorino Freire, Daniel Krieger, Irineu Bornhausen, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Senadores Bezerra Neto, Dix-Huit Rosado, Pessoa de Queiroz e Eduardo Catalão.

E' lida e sem alterações aprovada, a Ata da reunião anterior.

Iniciando o estudo da matéria constante da pauta o Sr. Senador Sigefredo Pacheco emite parecer favorável:

— Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1963, que mantém o ato do Tribunal de Contas que denega registro ao termo de contrato celebrado em 30 de outubro de 1963, entre o Ministério da Aeronáutica e Humberto Wilke Borato; e,

— ao Projeto de Lei da Câmara número 21, de 1963 que concede pensão mensal de Cr\$ 5 000,00 a Guilherme Flores, ex-guarda-chaves da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. A Comissão aprova os pareceres.

Em seguida o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Dinarte Mariz que apresenta longo e minucioso parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1962, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências, concluindo pela sua aprovação e das emendas de nº 1 a 3, apresentadas pela Comissão do Polígono das Secas e apresentando as emendas de ns. DCF.

Após prolongados debates delibera a Comissão aprovar o parecer, sem prejuízo das emendas, e por proposta do Sr. Wilson Gonçalves o Presidente convoca reunião extraordinária para amanhã, dia 16, às 9h, a fim de serem discutidas e votadas as emendas oferecidas na Comissão, e ainda para que possa o Relator informar o montante do acréscimo decorrente da apresentação das referidas emendas.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

### ATA DA 38ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 16 DE MAIO DE 1963.

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE — NOGUEIRA DA GAMA E CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Mourão Vieira  
Arthur Virgílio

Cattete Pinheiro

José Cândido

Menezes Pimentel

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

João Agripino

Pessoa de Queiroz

Pinto Ferreira

Silvestre Péricles

Rui Palmeira

Arnon de Melo

Júlio Leite

Aloysio de Carvalho

Josaphat Marinho

Jefferson de Aguiar

Eurico Rezende

Aurão Steinbruch

Vasconcelos Torres

Aurélio Viana

Gilberto Marinho

Milton Campos

Nogueira da Gama

Padre Calazans

Moura Andrade

Armando Storn

Pedro Ludovico

Lopes da Costa

Bezerra Neto

Nelson Maculan

Irineu Bornhausen

Adolpho Franco

Guido Mondim

Mem de Sá — 37.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a ata.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sobre a Ata) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedi a palavra, nesta oportunidade, para denunciar, no resguardo do prestígio do Congresso Nacional, iminência de um episódio odioso, e também para pedir providências ao Ilustre Presidente da Casa, segundo estabelece o Art. 47, item 2, do nosso Regimento Interno.

Anteontem tive ensejo de fazer longa exposição relativamente à TV-Rádior Nacional de Brasília e naquela exposição, além de apontar e denunciar deficiências, abusos, demasias e irregularidades, salientei, caracterizei para a opinião pública, o ambiente de descontentamento e de falta de estímulo em que vive a maioria dos servidores daquela empresa. Frisei entre o articulado, o gasto de milhões de cruzeiros sem concorrência pública e apontei, afinal, a solução que me parecia lógica e irrecusável para a enfermidade que ataca o organismo daquela estação de televisão.

Sr. Presidente, breve serei para não sacrificar o tempo dos oradores inscritos, mas não me poderia calar por que ontem, durante todo o dia, recebi telefonemas autenticados de servidores daquela empresa que se sentem

ameaçados por seus superiores, que entendem serem eles os informantes que deram base à inspiração à minha denúncia.

Sr. Presidente, se esse sistema prevalecer, somente os heróis e os santos se dispõem a fornecer aos representantes do povo, dados e elementos para a composição das suas críticas e das suas denúncias. Temos, então, nessas circunstâncias, duas faces: de um lado, as críticas feitas em caráter impessoal, visando principalmente a correção daqueles males e daquelas doenças e apresentando uma rogação ao Sr. Presidente da República para saná-las; de outro lado, respondendo ao nosso protesto e à demonstração da nossa boa vontade, a direção da TV Rádio Nacional de Brasília ameaça e responde com um tribunal de inquisição, para punir pobres e indefesos servidores.

Dai desejar que conste dos Anais do Senado a minha censura e, mais do que ela a minha revolta, e apelar para a Mesa Diretora dos nossos trabalhos, a fim de resguardar os nossos pronunciamentos.

Sr. Presidente, confio nas providências de V. Exa. que, paladino das nossas imunidades e do respeito que deve cercar a majestade do Congresso Nacional, adotará as medidas indispensáveis para conter aquelas ameaças mesquinhas e, em alusão, aquela saralhada de ira, de ódio e de rancor. Confio em V. Exa. no sentido de que, hoje mesmo irá impedir que se consuma um delito de falsa direção, na ausência de penetração dos deveres daquela liderança, sem vocação e sem idealismo. E V. Exa. que, pelo seu passado revela uma constância do apelo à defesa do Congresso e das instituições democráticas, saberá, por certo, adotar as medidas indispensáveis a que aquela ameaça não se perpetue, sob pena de colocar o Senado da República numa posição moral muito incômoda perante a opinião pública. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Senador Eurico Rezende, falando sobre a Ata, solicitou providências desta Presidência sobre ocorrência ligadas ao fato que ontem denunciou, quanto à administração da TV-Rádio Nacional. S. Exa., entretanto, não fez nenhuma restrição nos termos da Ata, pelo que, vou colocá-la em votação, tal como foi lida pelo Sr. Primeiro Secretário.

Em votação a Ata.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovada.

C Sr. Primeiro Secretário irá proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte

#### EXPEDIENTE

Montagens do Sr. Presidente da República, de restituição de autorizações referentes a proposições legislativas sancionadas, a saber:

Mensagem nº 78-63 (nº de origem 112-63) — Relativa ao Projeto de Lei nº 1.543-B-56 na Câmara e número 11-63 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o terreno de propriedade da 3ª Base Aérea de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo terreno de propriedade de Ernesto Baron, situado no perímetro da referida Base;

Mensagem nº 79-63 (nº de ordem 113-63) — Relativa ao Projeto de Lei nº 1.214-B-59 na Câmara e número 64-63 no Senado, que isenta do imposto de importação e consumo equipamento a ser importado pela firma

Rupturita S.A. Explosivos, destinado à produção de nitroglicerina;

Mensagem nº 80-63 (nº de ordem 114-63) — Relativa ao Projeto de Lei nº 3.905-B-58, na Câmara e número 115-63 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para regularizar a despesa com a desapropriação da área mencionada no Decreto nº 42.627, de 13 de novembro de 1957.

#### Parecer nº 169, de 1963

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1962 (nº 51-A-60, na Casa de origem).

Relator: Sr. Senador Júlio Leite.

A Comissão, ao elaborar a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1962 (nº 51-A-60, na Casa de origem) que determina o registro de contrato de pagamento de Cr\$ 3.181.599,40 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos) à Companhia Siderúrgica Nacional, proveniente de fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, verificou que, no avulso anexado ao projeto e vindo da Câmara dos Deputados (fls. 4 a 6), consta o seguinte:

- a) a despesa não decorre de contrato (fls. 5, item 3);
- b) o seu registro foi, por duas vezes, denegado pelo Tribunal de Contas da União (fls. 4v);
- c) em Exposição de Motivos do Ministério da Viação e Obras Públicas (fls. 5 e 5v), foi exarado despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente da República aprovando os atos praticados com referência à despesa em questão (fls. 4v);
- d) em sessão de 29 de abril de 1960, o Tribunal de Contas da União, tendo em vista o despacho acima mencionado e nos termos do § 3º, do art. 77, da Constituição Federal, ordenou o registro "sob reserva" da referida despesa (fls. 6);
- e) na forma dos §§ 1º e 2º, do art. 56, da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, recorreu aquele Tribunal *ex officio* para o Congresso Nacional (fls. 4v);

f) na Câmara dos Deputados foi elaborado um projeto de decreto legislativo ordenando o registro do contrato de pagamento, sendo, em seguida, aprovado;

g) encaminhando ao Senado, foi o referido projeto aprovado sem emendas e remetido à Comissão de Redação.

Em síntese, este o histórico do presente projeto de decreto legislativo. Como se vê, pelo exposto, não existiu um contrato de pagamento e sim um despesa efetuada pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, despesa esta já registrada pelo Tribunal de Contas da União, embora sob reserva.

Esta Comissão apresenta, pois, a redação final do referido projeto de decreto legislativo, tendo em vista o exposto, nos termos do seguinte parecer em anexo.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1963. — *Porto Calizans*, Presidente. — *Júlio Leite*, Relator. — *Walfredo Gurgel*.

#### ANEXO AO PARECER Nº 169-A, DE 1963

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1962 (nº 51-A-60, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional, nos termos do art. 77, § 3º da Constituição Federal e em...

.....Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União referente à despesa de Cr\$ 3.181.599,40 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos) proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É tornado definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União referente à despesa de Cr\$ 3.181.599,40 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos) proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Pareceres nºs 170 e 171, de 1963

Nº 170, DE 1963

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1962, que dispõe sobre o tráfego de embarcações com arqueação até 60 toneladas sem serviços nos altos rios, e da outras providências.

Relator: Sr. Vivaldo Lima.

O presente projeto, de autoria do ilustre Deputado Valério de Magalhães, dispõe que o tráfego de embarcações com arqueação máxima de sessenta toneladas, quando empregadas no serviço de transportes de cargas e passageiros nos altos rios, fica isento, parcialmente, das exigências vigentes no que tange à fixação de tripulação e demais requisitos indispensáveis aos navios e lanchas de grande e pequena cabotagem (Artigo 1º).

Adota o projeto, ainda, outras providências que alteram bastante o disposto no Regulamento para as Capitâneas dos Portos, aprovado pelo Decreto nº 5.798, de 11 de junho de 1940.

Como subsídio ao estudo da matéria, vieram à esta Comissão dos arquivos, sendo um da Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais no Estado do Amazonas e outro do Exmo. Sr. Ministro da Marinha. Ambos os documentos agasalham razões bem fundamentadas e contrárias à proposição, sendo de destacar, entre as demais, as formuladas pelo Ministério da Marinha e que são:

a) deixaram de ser considerados, no projeto, alguns aspectos relevantes ligados ao exercício da Polícia Fluvial, principalmente os concernentes à segurança da navegação e, mesmo, à segurança das próprias embarcações;

b) o projeto motiva a subdivisão dos dispositivos regulamentares que dizem respeito à navegação interior, criando normas especiais para os altos rios que não se justificam;

c) a proposição altera dispositivos de legislação trabalhista, dando maior apoio ao pequeno proprietário e deixando o empregado quase que inteiramente à sua mercê, pelo que é il-

cito admitir-se que, também sob o aspecto social, é discutível a conveniência do projeto;

d) que o assunto é de mais alta complexidade, principalmente pelo fato de que numerosas outras entidades intervêm diretamente na navegação mercante, disciplinando as suas atividades; e

e) que se evidencia a importância de os diferentes órgãos interessados acompanharem e acompanharem cada um de per si o assunto, para que se disser respeito, opinando, que se manifestadas isoladamente, poderiam acarretar defeitos, de natureza judicial, ao alcance do projeto, como já em vista.

Além dos argumentos acima mencionados, ressalta o Sr. Ministro da Marinha que a sua pasta está diante do problema e consciente da sua importância, procedendo a estudos preliminares para submeter ao Conselho dos Ministros, para solução por via do Poder Executivo. E posição de Motivos, acompanhada do respectivo projeto de Decreto regulamentador.

Diante do exposto, somo para rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 25 de janeiro de 1962. — *Uma Traveira*, Presidente. — *Vivaldo Lima*, Relator. — *Meneses Pimentel*. — *Sebastião Archer*. — *Dir Hunt Rowland*.

Nº 171, DE 1963

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o projeto de Lei da Câmara nº 47-62 (nº 594-B-39, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o tráfego de embarcações até 60 toneladas em serviços nos altos rios, e da outras providências.

Relator: Sr. Irinel Bornhausen.

O presente projeto de lei, oriundo da Câmara dos Deputados, e de autoria do Sr. Deputado Valério Magalhães, estabelece modificações no regime das tripulações de embarcações com tonelagem até 60 toneladas, quando em serviço nos denominados altos rios.

Dispõe a proposição que o tráfego de tais embarcações fica isento parcialmente das exigências administrativas referentes à fixação do número de seus tripulantes e trata do regime de navegação a que devem sujeitar-se os mesmos.

O projeto em estudo vem modificar, em parte, o disposto no Regulamento das Capitâneas dos Portos, aprovado pelo Decreto nº 5.798, de 11 de junho de 1940, que disciplina em todo território nacional os serviços de transporte fluvial ou lacustre.

Verifica-se, entretanto, que essa regulamentação, atualmente em vigor, generaliza conceitos, sem descer aos detalhes específicos que cercam o tráfego de determinados tipos de embarcações, somente usadas em vias aquáticas de pequena profundidade, como é o caso dos denominados altos rios.

O caso da Baía Amazônica, para exemplificar, é típico. Os seus rios, na parte superior dos seus cursos, apresentam caracteres singulares de regime de água, variando entre limites muito afastados, com correntes de cheias e de vazantes contrastantes, com bancos de areia ou de lodo variando de posição. Esse tipo especial de curso d'água obriga o emprego de embarcações de pequeno calado, e de deslocamento reduzido, compatível com a profundidade e com a ocorrência freqüente de curvas de pequeno raio.

Essas restrições de caráter regional, evidentemente, não se verificam na navegação marítima nem nos cursos d'água francamente navegáveis. A regulamentação vigente, po-

em, não estabelece qualquer diferença nas exigências para registro de ziplação ou para sistema de exploração do comércio de transporte sobre água.

As imposições são as mesmas, quer se trata de um pequeno barco a motor, usado somente no curso superior dos rios, quer se trata de embarcação de grande calado e de elevado deslocamento. É um tratamento geral, que se reflete em sérios embaraços para a pequena navegação fluvial, na qual imperam dispositivos regulamentares excessivos no caso.

O presente projeto visa a eliminar as possíveis fontes de embaraço burocrático à pequena navegação, eliminando formalidades dispensáveis e dando maior elasticidade ao tráfego.

A Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, analisando a proposição, é de parecer que a mesma deve ser aprovada, com as emendas que oferece:

**Emenda nº 1 (C.T.C.O.P.)**

Ao Art. 1º:  
Onde se lê: 60 toneladas;  
Leia-se: 50 toneladas.

**Emenda nº 2 (C.T.C.O.P.)**

Ao Art. 2º:  
Inclua-se, *in fine*

... e segurança da navegação"

**Emenda nº 3 (C.T.C.O.P.)**

Substitua-se o parágrafo único do art. 4º pelo seguinte:

Parágrafo único. "Os demais tripulantes serão admitidos sem os requisitos referidos neste artigo, ficando, porém, obrigados ao registro, se permanecerem a bordo por prazo superior a 90 (noventa) dias".

**Emenda nº 4 (C.T.C.O.P.)**

Substitua-se o Art. 7º pelo seguinte:

"Art. 7º Os órgãos federais, que exercem jurisdição sobre a matéria de que trata esta lei, deverão baixar, dentro em 120 (cento e vinte) dias, os atos relativos à sua regulamentação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1963. — Irineu Bornhausen, Presidente e Relator. — Miguel Couto. — Sebastião Archer.

**Parecer nº 172, de 1963**

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 733-B-59 da Câmara, (no Senado, 21 de 1963), que concede pensão mensal de Cr\$ 5.000,00 a Guilherme Flores, ex-guarda-chaves da Vição Férrea do Rio Grande do Sul.

Relator: Sr. Sigefredo Pacheco.

É concedida pelo presente projeto a Guilherme Flores, ex-guarda-chaves da Vição Férrea do Rio Grande do Sul, que perdeu seu braço direito, quando no ano de 1924, cumpria seu dever funcional, pensão mensal de Cr\$ 5.000,00.

O projeto é originário da Câmara e de autoria do nobre Deputado Fernando Ferrari. Do exame da justificação do projeto verifica-se que o acidente ocorreu no ano de 1924, quando ainda não havia sido a Previdência Social instituída no país, e que o acidentado vive sem nenhum amparo legal, a mercê da ajuda e da caridade pública.

A providência legislativa ora em estudo apresenta-se-nos, portanto, justa e oportuna.

Em face do exposto, nada havendo a opor ao projeto, no âmbito desta

Comissão, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1963. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Sigefredo Pacheco, Relator. — Leite Neto. — Wilson Gonçalves. — Lopes da Costa. — Lobão da Silveira. — Men de Sá. — Victorino Freire. — Dinarte Mariz. — Daniel Krieger. — Irineu Bornhausen.

**Pareceres nºs 173 e 174, de 1963**

Nº 173, de 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1963 (nº 58-A-61 na Câmara), que mantém o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de outubro de 1953, entre o Ministério da Aeronáutica e Humberto Augusto Wilke Boratto.

Relator: Sr. Silvestre Péricles.

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, mantém o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de outubro de 1953, entre o Ministério da Aeronáutica e Humberto Augusto Wilke Boratto, para desempenhar, na Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, a função de Professor de Física (art. 1º).

2. O Tribunal de Contas, pelo Ofício nº 664, de 1954, encaminhou o processo em questão ao Congresso Nacional, para os fins previstos no art. 77, § 1º, da Constituição, que estabeleceu:

"Os contratos que, por qualquer modo, interessarem à receita ou à despesa, só se reputarão perfeitos depois de registrados pelo Tribunal de Contas. A recusa do registro suspenderá a execução do contrato até que se pronuncie o Congresso Nacional."

3. A decisão do Tribunal de Contas, de 11 de dezembro de 1953, foi mantida em sessão do dia 30 de dezembro do mesmo ano e comunicada ao Ministério da Aeronáutica, que deixou decorrer o prazo estabelecido no art. 57 da Lei nº 830, de 1949, sem se valer da faculdade prevista da interposição de recurso.

4. Alega o Tribunal de Contas ter negado registro ao referido contrato "por haver sido assegurado ao contratado, indevidamente, direito ao abono de emergência".

A Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, após estudar a matéria, apresentou o presente projeto de decreto legislativo, confirmando o ato denegatório de registro pelo Tribunal de Contas.

5. Em face do exposto, nada havendo a argüir quanto à juridicidade e constitucionalidade do projeto em exame, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 30 de janeiro de 1963. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Silvestre Péricles, Relator. — Lobão da Silveira. — Heribaldo Vieira. — Milton Campos. — Ruy Carneiro.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1963 (nº 68-A-61 na Câmara), que mantém o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de outubro de

1953, entre o Ministério da Aeronáutica e Humberto Augusto Wilke Boratto.

Relator: Sr. Sigefredo Pacheco.

O presente projeto tem por finalidade manter o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de outubro de 1953, entre o Ministério da Aeronáutica e Humberto Augusto Wilke Boratto, para desempenhar, na Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, a função de Professor de Física.

Alega o Tribunal de Contas ter negado registro ao referido contrato "por haver sido assegurado ao contratado, indevidamente, direito ao abono de emergência".

Examinando a matéria, a ilustrada Comissão de Constituição e Justiça desta Casa reconheceu nada haver, quanto à juridicidade e constitucionalidade, que contra-indique sua aprovação.

Caracterizada, assim, a legalidade do ato praticado pelo Tribunal de Contas, e feita a necessária observação de que a ação desse Tribunal orienta-se no sentido de acautelar o interesse do Estado no setor das finanças, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, abril de 1963. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Sigefredo Pacheco, Relator. — Lopes da Costa. — Wilson Gonçalves. — Leite Neto. — Lobão da Silveira. — Mem de Sá. — Dinarte Mariz. — Daniel Krieger. — Irineu Bornhausen. — Victorino Freire.

**Parecer nº 175, de 1963**

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1963, que dispõe sobre o corpo científico dos Institutos Universitários de Pesquisa Fundamental.

Relator: Sr. Pinto Ferreira.

1. O Projeto de Lei do Senado, de iniciativa do nobre Senador Jarbas Maranhão, nº 3, de 1963, redigido em dezesseis artigos, intenta organizar em novas bases o corpo científico dos Institutos Universitários de Pesquisa Fundamental.

O art. 1º do dito projeto procura conceder autonomia científica, didática, e administrativa aos ditos Institutos de Pesquisa Fundamental. O corpo científico destes Institutos se organizará nas duas carreiras de Professor e Pesquisador do Instituto Universitário, na conformidade dos arts. 2º e 3º do projeto em tela.

A carreira de Professor, de acesso gradual e sucessivo, é composta de pesquisadores com funções docentes e escalonados como professor assistente, professor-adjunto e professor do Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental.

Os arts. 5º a 8º do Projeto regulam a admissão e carreira no Instituto, prescrevendo que o cargo de professor assistente dependerá de Mestrado, o cargo de professor-adjunto ficará dependente de doutorado, e o de professor dependerá da apreciação de títulos, em provas de títulos a que concorrerão somente os professores-adjuntos. Para a apreciação destes títulos também poderão ser convocados cientistas estrangeiros ou nacionais de fama, caso não se queira admitir julgamento pelos professores dos Institutos.

Já a segunda carreira, a de pesquisador, obedecerá às mesmas normas de provimento e se compõe de Assistente de Pesquisa, Adjunto de Pesquisa e Pesquisador-Chefe do Instituto Universitário de Pesquisas (artigos 12 e 13).

O Projeto de Lei equipara os Professores e os Pesquisadores-Chefes dos Institutos Universitários de Pesquisa, para todos os efeitos, exceto a vitaliciedade, aos atuais catedráticos das Faculdades e Escolas Profissionais (arts. 11 e 15).

Permite ainda que os cientistas de renome internacional poderão ser admitidos ao cargo de Professor de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental mediante apreciação dos seus títulos.

2. Não há dúvida, os Institutos têm um grande valor nas Universidades. É conveniente até lembrar que da pesquisa nas Universidades nasceu a física nuclear.

Foi justamente esta física nuclear que permitiu a instalação da primeira pilha atômica ou reator atômico em Chicago, em 1942, sob a orientação do cientista italiano Enrico Fermi. Justamente em 1945 o combustível atômico produzido pelos reatores especializados permitiu o fabrico das primeiras bombas atômicas como mais tarde das usinas atômico-elétricas, com o grande sucesso da usina de Calder-Hall na Inglaterra. Tudo isso partiu dos institutos de pesquisa e daí a sensibilidade do autor do projeto, preendo as possibilidades do desenvolvimento dos aludidos Institutos.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) regulou em diversos dos seus artigos, especialmente os arts. 67 e 79, § 2º, a instalação de Institutos, integrados em universidades, e atualmente algumas Universidades brasileiras, como a Universidade do Recife, através dos seus mestres, como os Prof. Nilo Pereira, Gilberto Osório de Andrade e Newton Sucupira, têm debatido o problema da integração e regulação dos Institutos nas Universidades.

Basta assim discutir a matéria sub-judice diante dos pontos de vista básicos sobre o ensino firmados pela Constituição Federal de 1946 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

3. O objetivo principal do projeto visa constituir o corpo científico de professores e de pesquisadores dos Institutos sem o tradicional concurso de títulos e provas. Ambas as carreiras, as de professor e de pesquisador, em suas etapas finais, teriam o seu provimento efetivado por concurso de títulos, muito embora os ditos professores e pesquisadores sejam equiparados, exceto na vitaliciedade, aos atuais catedráticos das Faculdades e escolas profissionais.

Ora, o art. 168, VI, da Constituição Federal é expresso, quando declara: "para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigirse-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade".

Destarte, o processo de seleção do professorado e dos pesquisadores proposto é visivelmente inconstitucional. Não nos parece também que a crítica estabelecida na justificativa contra esta seleção tradicional do professorado seja razoável.

É a seleção através do mérito, do "merit system", a seleção pelo concurso. Eliminada esta seleção, qual será a outra viável? A da seleção pelos títulos? Esta apresenta defeitos semelhantes aos das provas e títulos, pois tem também o mesmo grau de subjetividade de que se procura inquirir a primeira.

O concurso de provas permite à comissão examinadora auferir os méritos dos candidatos. A prova escrita assinala a cultura dos concorrentes de modo geral, a prova didática mos-



tra o seu poder de transmitir os conhecimentos aos alunos (que uma única prova de títulos nunca permitiria), a prova de defesa de tese exige a mobilidade e a agilidade intelectual dos candidatos, sem levar em conta que o processo de seleção do professorado exigido pela Constituição ainda prescreve o concurso de títulos. Trata-se, assim, nos quadros amplos da pedagogia, de uma seleção mais apurada, no que foi feliz o legislador constituinte.

Eliminar o concurso de provas e títulos significa, na sociedade brasileira de cunho patriarcal, refletido na empregomania política, um autêntico retrocesso. Um recuo para o passado.

Inúmeros candidatos de ideologias revolucionárias, como Tobias Barreto, desde que demonstraram o seu valor, foram aprovados em primeiro lugar por comissões conservadoras, mas de homens justos e serenos, examinando os candidatos com aquela *paixão fria* a que alude Pascal.

É bem verdade que outros países adotam sistemas diferentes do Brasil. Na União Soviética, por exemplo, o grau inicial da carreira de professorado, é dado pelo doutorado, depois prosseguindo em etapas superiores. A Alemanha desenvolveu o sistema do *privat-dozent*. Mas o Brasil pode prosseguir na sua linha tradicional, sem cópias nem imitações, aproveitando a sua própria experiência.

De outro lado, o critério proposto pelo projeto, fere o princípio da isonomia. Para alguns professores se exige só um concurso de títulos, para outros o concurso de provas e títulos.

A própria investidura nos cargos iniciais das duas carreiras, prevista no projeto, sem concurso, fere o artigo 186 da Constituição Federal, quando declara: "A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetivar-se-á mediante concurso, precedendo inspeção de saúde".

Outra inconstitucionalidade é a do art. 9º do projeto, admitindo que cientistas de renome internacional possam ser admitidos ao cargo de professor dos Institutos Universitários de Pesquisa Fundamental através da apreciação dos seus títulos.

Tal não é possível diante do artigo 184 da Constituição Federal quando afirma: "Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observados os requisitos que a lei estabelecer". Destarte, os professores estrangeiros poderão ser contratados, submetidos a um regime de contratação, mas nunca efetivados em cargos públicos, que deverão ser providos por brasileiros, natos ou naturalizados.

Carlos Maximiliano, em seus Comentários à Constituição Brasileira (Rio, 1948, nº III, pág. 232), esclarece: "Em sua primeira parte, o artigo 184 afirma e consolida o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei. Qualquer pode aspirar aos cargos públicos, desde que satisfaça a dois requisitos apenas: ser brasileiro e ter provas de possuir a capacidade especial exigida em lei ou regulamento".

4. O Projeto de Lei do Senado, no seu louvável intento de desenvolver os Institutos, cuida de lhes dar autonomia científica, didática e administrativa.

A autonomia universitária foi reputada como a pedra de toque da reforma do ensino superior. O art. 80 da Lei das Diretrizes e Bases proclamou: "As Universidades gozarão de autonomia didática, financeira e disciplinar, que será exercida na forma dos seus estatutos".

O abolido art. 80 se compunha ainda de três parágrafos e dez ali-

neas, concretizando os objetivos dessa autonomia, os quais foram vetados pelo Poder Executivo, reduzindo a autonomia universitária às simples três ou duas linhas do atual art. 80 da lei.

Esta autonomia é aliás relativa, eis que os estatutos da Universidade estão sujeitos à aprovação do Conselho Federal de Educação, que apreciará ainda os seus relatórios anuais (art. 9º, letras b e c).

A autonomia didática e administrativa dos Institutos Universitários colide com a mesma autonomia dada às Universidades.

Com efeito, a autonomia didática consiste no poder ou na faculdade: a) de criar e organizar cursos; b) fixar os respectivos currículos; c) estabelecer o regime didático e escolar dos diferentes cursos de acordo com a lei federal.

De outro lado, a autonomia administrativa abrangeria no caso vertente: a) o poder de elaborar e reformar com a aprovação do Conselho Federal de Educação, os seus estatutos e regimentos; b) o poder de indicar o seu Diretor; c) o poder de contratar professores e auxiliares de ensino ou indicar o candidato aprovado em concurso para nomeação pelo Governo nos estabelecimentos oficiais; d) o poder de admitir e demitir os seus empregados dentro das normas legais, bem como de suas dotações orçamentárias ou recursos financeiros.

Ora, conceder tal autonomia aos Institutos dentro das Universidades é eliminar a autonomia da Universidade. Ou a Universidade é autônoma, ou são autônomos os Institutos Universitários. Ambos não o podem ser ao mesmo tempo.

CURSOS	Alunos matriculados	%	Verbas gastas	%
Primário .....	7.000.000	86,5%	3 bilhões	8%
Médio .....	1.000.000	12,3%	6 bilhões	16%
Superior .....	100.000	1,2%	27 bilhões	75%
Total .....	8.100.000	100%	36 bilhões	100%

Isto significa que temos uma população universitária de apenas 100.000 estudantes, apenas 8% do que deveríamos ter, quando esta população universitária deveria ascender a .... 1.200.000 estudantes superiores, ficando ainda sem estudos universitários 92% de jovens, afora os ..... 18.000.000 analfabetos.

O acesso às fontes do saber universitário está assim impedido para 92% da juventude brasileira. São causas sociais e econômicas que impedem o aumento desta população universitária, mas a seleção do professorado em si nenhuma correção tem com esta última inautenticidade que o projeto de lei em aprço não corrigiria.

6. Pelas razões expostas, apesar do elevado aprço intelectual em que temos o ilustre autor do projeto, e dos propósitos que o inspiraram, formulamos o nosso pronunciamento con-

trário ao mesmo, em face da sua inconstitucionalidade.

5. O nobre autor do Projeto, em sua justificativa, fala da inautenticidade da Universidade Brasileira. Tal inautenticidade se revela na seleção de seu corpo docente e no constituir-se em privilégio de uma minoria dotada de condições econômicas que possibilitem o estudo nas Universidades.

A seleção do corpo docente pode ser aperfeiçoada. A Constituição já exige o concurso de títulos e provas para os professores catedráticos. A Lei Magna também prescreve que a primeira investidura em cargo de carreira será por concurso, e quase nenhuma escola superior brasileira respeita tal dispositivo no que concerne a instrutorias e assistências nas Universidades. O regime de contratação pode também ser seguido para com eminentes vultos da ciência brasileira ou estrangeira, que possam transmitir os seus conhecimentos além dos quadros normais de ensino.

De outro lado, só uma minoria da população ascende ao curso universitário brasileiro, não obstante os gastos do Estado para com as Universidades. Em 1961, o Deputado Paulo Sarasate, membro da Comissão do Orçamento da Câmara Federal, mostrou que as verbas orçamentárias de Educação foram as seguintes: 75% para o ensino superior, 18% para o ensino médio, 8% para o ensino primário.

O quadro abaixo mostra as relações entre matrículas e verbas, em números aproximados:

2. Qual a firma ou firmas que nela trabalham e se há possibilidade de ser enviado a cada parlamentar da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dados sobre a construção como também fotografias que possam demonstrar a obra monumental que se constrói, afindo os Estados de Mato Grosso e São Paulo?

3. De acordo com a Perspectiva de ação para 1963, do Ministério da Viação e Obras Públicas, ficará a referida ponte concluída até o fim deste ano corrente?

4. Em caso negativo, quais as providências que o Poder Legislativo, deverá tomar parte que a referida ponte venha a ser concluída ainda neste ano de 1963?

#### Justificação

A BR-34 — Porto Epitácio-Rio Brilhante — trecho rodoviário na extensão de 292 kms, fazendo entroncamento com a BR-16, que procede de Porto São Carlos, rumando para Rio Brilhante — Campo Grande etc., abrangeria, portanto, grandes e ricas regiões agrícolas do sul matogrossense e cujas terras são um prolongamento das manchas de terras fértilíssimas do norte do Paraná e oeste de São Paulo.

A perspectiva de ação para 1963, do próprio Ministério da Viação e Obras Públicas diz: "Ênfase especial deve ser dada à ponte sobre o rio Paraná, interligando Porto Epitácio a Porto XV de Novembro com .... 2.280 metros, no traçado da BR-34, cuja rodovia alcançará a cidade de Rio Brilhante.

Como autor da emenda no Senado Federal ao Orçamento que conceda setecentos milhões de cruzeros para a continuação da construção desta ponte, desejo cientificar-me das providências que possa tomar no âmbito legislativo para seu término antes deste ano, de acordo mesmo com a Perspectiva de Ação para 1963 do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Essa ponte de grande envergadura, será um marco de competência técnica da engenharia brasileira, além de se constituir realmente uma obra de grande significação econômica, e que trará benefícios a vários Estados da Federação ou sejam aqueles que a interligam.

Virá a facilitar enormemente o transporte da produção agrícola de vasta região do sul matogrossense, grande produtora de arroz, algodão, milho etc., além de trazer facilidade no transporte de centenas de milhares de bovinos que procedem, anualmente do centro sul de Mato Grosso, destinados às invernações de São Paulo e Paraná para engorda e outra parte para abate imediato.

O requerimento em questão se justifica plenamente.

Sala das Sessões do Senado Federal, em 16 de maio de 1963. — Lopes da Costa.

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento não depende de apelo nem de deliberação do Plenário. Será publicado, e, em seguida, irá a Presidência para ser despachado.

Solicito do Serviço de Taquigrafia faça chegar à Presidência as notas taquigráficas referentes à denúncia apresentada pelo Sr. Senador Eurico Rzesutski, por ocasião da discussão da ata, a fim de que examine quais as medidas a serem adotadas, no sentido de resgatar o exercício pleno do mandato dos Srs. Senadores, e quais as outras providências que, na esnécie, serão cabíveis, tanto junto àque-

#### Requerimento de Informações nº 188, de 1963

Requeiro, com fundamento na letra "a" do art. .... do Regimento Interno da Casa, sejam solicitadas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), por intermédio do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

1. Qual a situação da construção da Ponte que ligará Porto Epitácio a Porto XV de Novembro?

la rádio, quanto junto ao Governo Federal.

Com a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio por cessão do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

#### O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus agradecimentos iniciais ao eminente colega Senador Jefferson de Aguiar, pela gentileza de ceder-me a oportunidade de falar nesta tarde.

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados deliberou, por maioria de votos, rejeitar a emenda constitucional que visava a modificar a redação do parágrafo 16, do Art. 141, da Carta Magna e o Art. 147, a fim de que se pudesse realizar, neste País, a reforma agrária.

Foi, em verdade, uma decisão surpreendente que atingiu fundo a opinião pública brasileira, está provocando os mais desconcertados comentários e está a exigir pronunciamentos os mais decididos e os mais objetivos a respeito do magno problema.

Sr. Presidente, há inicialmente que ressaltar, no plano político, o que pode vir a representar a rejeição da emenda em face dos votos tomados na referida Comissão.

Tudo faz crer que aliou ou está para aliar a base parlamentar de apoio ao Governo da República.

Os votos computados na Comissão Especial da Câmara dos Deputados puseram, de manifesto, uma contradição evidente entre a representação do Partido Social Democrático e a do Partido Trabalhista Brasileiro. Surge então a indagação primeira: a medida encampada pelo Sr. Presidente da República, a providência que vinha sendo e vem sendo detida, com empenho, pelo Chefe do Executivo Federal, recebendo uma votação contrária da Representação do Partido Social Democrático na Câmara dos Deputados, não indica que a aliança governamental, se não está se extinguindo, está, pelo menos, sob ameaça de extinguir-se?

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muita honra.

O Sr. Victorino Freire — Na reunião das Bancadas do Partido Social Democrático, no seu Diretório Nacional, o Partido reafirmou a sua determinação de votar a Emenda Constitucional. A minha agremiação também apresentou emenda. O fato de nossos representantes, na Comissão Especial, não terem votado a favor da Emenda do Partido Trabalhista Brasileiro, não significa que esteja ameaçado o compromisso de apoio ao Governo. Deixei a meu eminente colega e amigo este esclarecimento na defesa da posição de meu Partido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Ao trazer este esclarecimento V. Exa. o faz com muita autoridade, pela posição que ocupa no Partido Social Democrático, onde é incontestavelmente, um de seus mais eminentes líderes.

O Sr. Victorino Freire — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Apenas fazia uma indagação que se impôs, que se torna necessária meu eminente colega. Em verdade havendo como há um empenho irremovível do Chefe do Governo em realizar a Reforma Agrária, por via da Reforma Constitucional, a votação que houve na Comissão Especial da Câmara dos Deputados criou um divisor de posição, colocando de um lado os representantes "pessadistas" e de outro os representantes "petebistas".

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exa. um outro aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muita honra.

O Sr. Victorino Freire — Agradeço a atenção com que V. Exa. me trata, há sem dúvida, entre nós uma amizade de muitos anos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Sabe o nobre colega da profunda admiração e amizade que tenho por V. Exa.

O Sr. Victorino Freire — Muito obrigado. Há empenho do Sr. Presidente da República, e de todos nós pela reforma agrária.

O Partido Social Democrático não poderá votar sempre de acordo com o que o Partido Trabalhista Brasileiro preconizar. Mesmo porque, desta tribuna, já declarou o eminente colega que o Partido Trabalhista Brasileiro é um partido revolucionário, enquanto que o Partido Social Democrático não é revolucionário. O nosso Partido deseja as reformas dentro da legalidade democrática, e, assim, sua linha é de apoio absoluto ao Governo, apoio que não tem faltando nas horas mais cruciais, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Se o Partido Social Democrático elaborou, emenda aceita pelas suas Bancadas, tem que lutar pela sua aprovação, ainda que levando o PTB, seu aliado, a uma fórmula que concilie as tendências dos dois Partidos — nem muito ao mar nem muito à terra. É isto que desejamos.

O Sr. Ruy Carneiro — É o centro.

O Sr. Victorino Freire — Na reunião do nosso Partido foi reafirmado que o P.S.D. reassumiria a sua posição de 4 de abril, quanto à Reforma Constitucional e à Reforma Agrária. A votação da Nota foi unânime, e V. Exa. pode ficar certo de que não fugiremos ao compromisso assumido de apoio ao Governo quanto à Reforma Agrária, desde que se processe em normas que atendam também às bases eleitorais do nosso Partido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado a V. Exa. que mais uma vez fala com autoridade. Recebo com alegria as suas palavras, que importam, até num compromisso do Partido Social Democrático...

O Sr. Victorino Freire — Perfeitamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Para votação da Reforma Constitucional e, posteriormente, da Reforma Agrária. Certo que haveremos de entrar em conversações; certo que muitos fatores, inclusive de natureza política, serão levados em conta, em decorrência mesmo do esquema parlamentar que representa a base de apoio ao Governo nas duas Casas do Congresso Nacional. Esse esquema faz parte, assim, das contradições políticas que existem no Brasil e que já tive oportunidade de ressaltar, nesta Casa. Em verdade, elas aí estão, à vista de quem se der a um exame perfunctório da vida partidária deste País.

Eu, de fato, declarei que o Partido Trabalhista Brasileiro é um partido revolucionário. Não é afirmativa minha, apenas repito o que declarou o seu fundador, o eminente Presidente Getúlio Vargas, quando o classificou como uma revolução em marcha e quando, mais adiante, durante a campanha eleitoral na Bahia falando ao povo, também garantiu que o Partido Trabalhista Brasileiro era o primeiro passo para a implantação, no Brasil, do Socialismo Democrático. Estou repetindo apenas palavras de Fausto de Alencar, quando afirmou que um Governo trabalhista há forçosamente que reconhecer a prevalência do trabalho sobre tudo o mais. E só esse enunciado de um dos grandes teóricos do Partido Trabalhista Brasileiro, o grande Senador Alberto Pasquini, se

apresenta um sentido revolucionário na política do Brasil.

O Sr. Victorino Freire — Mas a linha do saudoso Senador Alberto Pasquini não se afinava, muito bem com a seguida pelo Presidente Getúlio Vargas. Fomos colegas no Senado, e eu sabia disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Permite-me V. Exa. que eu não concorde, desta feita com a sua opinião. É possível que tenha havido alguma discordância no plano político, mas não creio que ela se tenha aprofundado até o plano doutrinário. Porque se há, neste País, um homem que interpretou o Trabalhismo, que pregou o Trabalhismo e que tudo fez para dar consistência ideológica ao Trabalhismo, esse foi, negavelmente, Alberto Pasquini.

O Sr. Victorino Freire — Estou de acordo com V. Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Inclusive através de discursos memoráveis, pronunciados nesta Casa, de um dos quais extrai esta declaração de que "num sistema de governo econômico e político, baseado no Trabalhismo, terá que ter prevalência o trabalho, sobre todas as outras coisas".

Mas, Sr. Presidente, vim à tribuna para fazer uma análise sobre os problemas de reforma agrária e de reforma constitucional, análise que procure tornar a mais objetiva possível, tirando pouco de mim e indo buscar nas estatísticas oficiais, nos algarismos, os elementos que informam a posição dos que vêm lutando com maior afinco no Brasil, para modificar a estrutura rural brasileira e dar-lhe um sentido verdadeiramente econômico e democrático.

Desde o dealbar deste século, Sr. Presidente, a partir de Campos Sales até Jânio Quadros, fala-se nessa modificação rural, propugna-se por essa transformação nos campos, prega-se uma reformulação das bases de nossa agricultura e do aproveitamento de nossas terras. Foram, até agora, mais de sessenta anos de palavras, enquanto o Brasil prossegue na sua caminhada para o futuro, crescendo no setor industrial e sofrendo uma explosão demográfica que só encontra paralelo em alguns países da Ásia do Sudeste. Com esse crescimento industrial e populacional agravou-se a crise agrária que atingiu aos nossos dias. Há um clima de tensão intolerável a preocupar quantos tenham uma parcela de responsabilidade na tranquilidade da vida nacional e na preservação dos princípios democráticos que informam a nossa estrutura jurídica.

Após 1961, vencida a grave crise militar que preocupou o povo brasileiro durante doze angustiosos dias, assumiu a Chefia da Nação o Sr. João Belchior Marques Goulart. Trazia o Presidente, das ruas, dos comícios, do contato com o povo um compromisso solene, desdobrado na pregação que fizera durante a campanha eleitoral e ao longo de sua vida pública, de lutar, alcançado o poder, pela transformação social, econômica e política do Brasil. Ainda sob o sistema de governo parlamentar, quando não dispunha das atribuições estabelecidas pela Carta de 1946, já o Sr. João Goulart, em 17 de novembro de 1961, em discurso, no encerramento do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, assim se manifestava sobre o problema da reforma agrária:

"O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite a revisão das relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural, para que seja possível li-

bertar a produção agrícola dos seus setores entrançados e proporcionar maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, para dotar o País de uma agricultura moderna, racional e mecanizada de alto rendimento produtivo".

E logo iniciado este ano, quando o povo, por determinação solene, manifestada no plebiscito de 6 de janeiro, devolveu ao Presidente os poderes que lhe foram amputados com a implantação do sistema parlamentar de governo, o Sr. João Goulart enviava mensagem ao Congresso capeando um anteprojeto de reforma agrária, e afirmava, na Justificação que o acompanhava, que a reforma agrária reclamada pela Nação não tem como propósito somente a criação de um mercado para a indústria, nem tem, igualmente, qualquer caráter coletivista; responde objetivos próprios e específicos do Brasil.

E mais adiante:

"País de dimensões continentais, e por isso mesmo de mais variada destinação agrícola, além de marcado por acentuados desníveis regionais quanto ao grau de desenvolvimento, não pode o Brasil, ao empreender a mudança de sua estrutura rural, deixar de levar, na devida conta, as características ecológicas, econômicas e sociais das diversas áreas".

E ainda, Sr. Presidente:

"A implementação de uma Reforma Agrária no País encontra-se, todavia, obstaculizada por determinados dispositivos constitucionais".

Referia-se, então ao § 16, do Art. 141, da Carta Magna. Pela primeira vez, após ser ventilado, no Brasil, por Campos Sales, o problema da terra, através de medida objetiva vinha ao Congresso. O Presidente cumpria com o seu dever perante o povo brasileiro, honrava os compromissos assumidos em praça pública.

Além da mensagem que enviou às duas Casas — à Câmara e ao Senado — também apresentou as Licenças partidárias de todas as agremiações com representação no Parlamento, sugestões aplicáveis, no seu entendimento, à reforma constitucional, para possibilitar a reforma agrária.

Ouví várias vezes na Câmara a afirmação de que não se acreditava que o Sr. João Goulart tomasse essa atitude, transformasse em objetivo de seu Governo esta deliberação. Mas, já hoje a Nação inteira tem conhecimento de que o Presidente cumpriu com sua parte, passando às nossas mãos a responsabilidade e a decisão na solução desse magno problema, que agita o País em todos os quadrantes e talvez seja o ponto culminante da tranquilidade que todos desejamos para a Pátria brasileira.

O Sr. Agnô Steinbruch — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Agnô Steinbruch — V. Exa. destaca muito bem que S. Exa. o Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso, visando a reforma da Constituição para que se dê a reforma agrária. É um mérito, realmente a ser apontado a S. Exa. o Sr. Presidente João Goulart. Mas V. Exa. deve considerar também em que outras mensagens foram remetidas pela Presidência da República e o Congresso votou leis do mais profundo alcance social, político e econômico. Refreime, entre outras mensagens presidenciais, ao Projeto da Remessa de Lucros. O Congresso votou o projeto que

foi transformado em lei há quase um ano, e está dependendo de regulamentação que ainda não se fez sentir. Mesmo com referência à lei anti-truste ocorreu a mesma coisa: a mensagem foi enviada ao Congresso e a regulamentação não se fez. V. Exa. sabe, porque conhece o meu ponto de vista, que sou favorável à reforma da Constituição para que se faça a reforma agrária. Quero citar aqui um cepimento escrito de um dos que a combatem — um representante da Bahia. O nobre Deputado João Mendes, presidente da Ação Democrática Parlamentar, que representa uma corrente de pensamento na Câmara dos Deputados, tendo discurso que produziu na Associação Comercial do Rio de Janeiro, assim se pronunciou expressando o seu ponto de vista:

“Ao declarar que ‘a Lei poderá promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos’, subordinou essa distribuição à ‘prévia e justa indenização em dinheiro’.

Querem os demagogos reformistas que a indenização seja pelo lançamento do imóvel, para efeito de imposto territorial, o que é in quo”...

Passaram os nobres Senadores: um Deputado que preside, como disse, a Ação Parlamentar que reúne se não me engano, uma centena de Deputados, não quer que a indenização mesmo em dinheiro se faça através do efeito de imposto territorial porque diz que “é iniquo”.

E continua:

“... pois o lançamento nunca corresponde ao valor do bem, mesmo porque, para efetuar-lo os proprietários tomam em consideração uma série de fatores que não dizem com esse valor.”

Confessou esse Deputado a fraude do fisco e quer que a indenização seja feita em dinheiro, pela avaliação dos bens, para que se realizem, através da reforma agrária, negócios agrários. Uma vez que combate essa ideia do Deputado João Mendes e todos quantos o acompanham, não posso deixar de acentuar que outros projetos de mais alta importância, votados pelo Congresso e sancionados pela Presidência da República, até hoje dependem de regulamentação, não foram postos em execução pelo Poder Executivo. Praza a Deus que, votado o projeto da reforma agrária, a regulamentação não demore, como tem ocorrido com outros projetos da mais capital importância para o desenvolvimento nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Agradeço o aparte do meu nobre colega e peço-lhe que me poupe de entrar, por hoje, no problema da remessa de lucros de capital estrangeiro no País, tema palpitante e que não poderia ser discutido assim, numa troca de apertes.

Ressalto o engano de S. Exa. com relação ao projeto de lei anti-truste uma vez que ainda não se transformou em lei; mas, sobre a Lei de Remessa de Lucros falei dentro em breve. Terei oportunidade de dar a Vossa Exa. todas as explicações possíveis e, inclusive, manifestar já aí a minha opinião pessoal sobre a causa desse atraso, do porque da não regulamentação, até hoje, de tão importante diploma legal que vem merecendo o mais acirrado combate por parte daqueles que se identificam com o truste internacional, travando em terras brasileiras.

Quanto ao aparte de V. Exa. sobre a declaração do nobre Deputado João Mendes, Presidente da Ação Democrática Parlamentar, é de fato estarrecedor que um homem público venha a declarar, oficialmente, a sonegação de impostos e argumente com

essa sonegação em defesa de um pseudo direito de proprietários de terras.

O Sr. Silvestre Péricles — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Silvestre Péricles — Quero dar uma opinião que reforça, dentro da experiência, o que foi dito pelo nobre Senador Aarão Steinbruch. Quando Governador de Alagoas, fui muito combatido por uma classe de gente que eu, empregando um neologismo, disse compor a “rapinologia”. Aquela época, havia em Maceió um hotel ocupado por famílias da classe média, inclusive oficiais do Exército. Certo cidadão, advogado que havia enriquecido por meios ilícitos, envolvido até no caso celebre do Senhor Brasileiro Sarmiento grande capitania, que não deixou herdeiros em Alagoas e cuja fortuna consequentemente, passaria ao Estado, foi um dos nossos maiores “rapinantes”. Não me declino o nome porque já morreu, e respeito os mortos. Queria esse cidadão tomar o prédio onde funcionava o hotel à fina força, para botar na rua as modestas famílias que ali residiam, uma vez que não havia casas para alugar em Alagoas. Para evitar um conflito social, desapropriei o hotel, paguei a dinheiro, baseado na legislação sobre o imposto territorial. O advogado gritou, fez escândalo, chamou-me de violento, quando eu apenas aplicava a lei. Como disse a V. Exa. nobre Senador Aarão Steinbruch, certa classe, acostumada com a “rapinologia”, aplica a doutrina dos “rapinantes”. É o que desejam neste País — o enriquecimento de um grupo, deixando a massa empobrecida. Quando nós outros queremos cumprir a lei, dizem, que somos violentos. Era o aparte que desejava dar ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito agradeço o aparte do eminente colega, Senador Silvestre Péricles, que incorporo, com muito prazer, ao discurso que venho pronunciando.

Sr. Presidente, a estrutura rural do Brasil, pelo número de propriedades e pelas áreas ocupadas por essas propriedades, apresenta estes dados significativos: Propriedades de menos de dez hectares — 710.934, ocupando uma área total de 3.025.372 hectares. Propriedades de dez mil hectares, ou mais, num total de 1.611.000, ocupam uma área total de mais de 45.000 hectares.

Isso ressalta os dois extremos nocivos ao aproveitamento da terra — O minifúndio anti-econômico e o latifúndio improdutivo, e também anti-econômico.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Paralelamente a esses dados estatísticos irrefutáveis, há que considerar os estudos da Sociologia brasileira segundo os quais, onde a propriedade está subdividida, o problema social é menor. Ele se projeta, se agrava e se complica como que coloca numa tela panorâmica todo o drama da situação rural brasileira. V. Exa. examina o problema com seriedade, com idealismo, desapassionadamente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — ... diria mesmo, usando termos de Medicina, como um clurgião, apenas sentindo que há, realmente, um clamor popular para que essa reforma seja feita. Devo dizer ainda, nobre Senador Arthur Virgílio, que o que houve em torno da ideia de um projeto de emenda constitucional — e essa ideia não foi citada pelo simples desejo

de emendar-se a Constituição — foi puramente uma guerra psicológica. Adulteraram, envenenaram e deterioraram.

Tive ocasião, no meu Estado, de explicar a um por um, que a reforma agrária não é a pura substituição do que tem terrapelo que não a tem; não é a simples mudança do rurícola pelo cidadão que vive na área urbana — creio que o assunto deve ser examinado ao seu tempo, e seu tempo é urgente, porque agora o examinamos sem pressão de quem quer que seja, dizia-se no meu Estado, vizinho ao Estado da Guanabara, onde os melhores jornais divulgam fatos que não tive a oportunidade de comprovar até agora, que há pressão sobre o Congresso Nacional. Sem embargo do parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ao Projeto de emenda Constitucional para a reforma agrária, nós no Senado temos uma saída para estudar esse assunto, indene de todas as paixões. Já há uma Comissão Especial devidamente constituída para a qual, de pronto, desejo apelar — e V. Exa. dela faz parte no sentido de que examinemos no alto sentido o interesse do Brasil e compreendamos que essa estrutura arcaica que perdura ainda nos campos, é um dos fatores do clima de mal estar que, inelutavelmente, começa a reinar em nossa Pátria — Solidarizo-me, pois, com V. Exa., embora suspeito para fazê-lo porque pertencemos ao mesmo Partido. Mas, pela atenção com que V. Exa. está sendo ouso, queri crer que o Senado da República mais uma vez será chamado para, em consonância com a vontade popular, resolver assunto tão grave que já transcendeu a arca do Legislativo e está nas camadas populares que esperam um pronunciamento a respeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito agradeço ao aparte do eminente colega que ressaltou, de fato, um dos aspectos mais importantes da luta que se trata no Brasil pró e contra a reforma agrária. Há uma distorção intencional, distorção de má fé que se vem fazendo quanto aos propósitos do Governo de modificar a estrutura da economia rural brasileira.

Não somos apenas nós que ressaltamos e denunciamos o fato ao País, mas também homens insuspeitos como o líder católico Tristão de Ataide, em artigo recente, publicado no *Jornal do Brasil* de 3 de maio deste ano, sob a epígrafe “Suicídio e Renascimento da Burguesia,” artigo que se inicia com os seguintes comentários:

(Lê o seguinte)

“Leio nos jornais que a Confederação Geral das Indústrias votou uma verba de cem milhões de cruzeiros para ser aplicada ‘na defesa da propriedade privada’.

O Sr. Aarão Steinbruch — E isso não é pressão sobre Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Considero, Srs. Senadores, precisamente por razões assim, por condutas dessa espécie, a má impressão que aí dá causa em alguns setores da opinião pública o esforço de homens bem intencionados que olham o Brasil com o espírito brasileiro, e desejam ver esta Pátria progredir, inclusive essa Confederação que gasta cem milhões de cruzeiros para campanha de defesa da natureza, que recusa a expansão, e que não a terá se não criarmos um mercado interno forte, no objetivo de frustrar medida que vem sendo reclamada cotidianamente pelas camadas mais importantes do povo deste País.

Pergunto o nobre Senador Aarão Steinbruch se isto é pressão?

Tenho a impressão de que eles responderão negativamente. Determinadas camadas políticas da imprensa, do comércio e da indústria deste País só consideram pressão quando operários fazem greve ou quando se dirigem ao congresso para

pleitear direitos junto aos seus representantes. Quando são homens das classes dominantes, quando se trata de representantes das classes empresarial e proprietária, eles não chamam de pressão.

Ainda há pouco, li um discurso do Deputado Aniz Badra, representante de São Paulo, em que dizia estar convocando cerca de trezentos mil proprietários naquela grande cidade da Federação, para irtem ao Congresso, não pressionar, mas defender os Congressistas não sei de que ataques, ameaças. Trezentos mil proprietários! Isso não consideram pressão, como também não é pressão a Federação das Indústrias votar uma verba de cem milhões de cruzeiros para gastar em publicidade contra medida que este país solicita, e para qual todos clamam!

Somos todos homens de consciência e crédito. Ouvi, lá pouco, uma conversa informal, o nobre Coluna João Arrupino afirmar que pressionar nenhuma modificação seu ponto de vista. Eu tenho o prazer de dizer, também, que nenhuma pressão modificará minhas posições. Os camponeses da Federação das Indústrias e os trezentos mil ruralistas do Brasil, Aniz, dra poderão ocupar Brasília, e a minha posição será esta, e a minha luta será esta, e a minha intenção será esta, em defesa do Brasil e dos interesses do povo brasileiro.

Sr. Presidente, prossigo para ressaltar, agora, os seguintes aspectos, baseado ainda em estatística oficial que revela o seguinte: em propriedades com área inferior a dez hectares — ocupadas por lavoura, 95,5%; com pastagem, 15%; cobertura de matas, 6,3%; terras incultas — 18,9%. Lá na outra ponta, no outro extremo, as propriedades de dez mil hectares ou mais: ocupadas por lavoura apenas 0,7%; com pastagens, 42,2%; cobertas de matas, 44,1%; e incultas, 8,1%.

É de ressaltar ainda, que do total de 19.000.000 de hectares ocupados por lavoura, 7.700.000 vêm de minifúndios ou de propriedades pequenas; a outra grande parte vem de propriedades médias, e só uma percentagem mínima se situa nas grandes propriedades.

Esta é a estrutura relativamente à terra. Examinemos, agora, as relações jurídicas entre a terra e o homem, atentando para as condições de trabalho que, segundo os estudiosos do problema têm vários aspectos. O primeiro deles, é a renda chamada trabalho, é o câmbio conhecido sobretudo no Nordeste, tipo de exploração feudal do homem, que dá por semana vários dias de atividade gratuita para ocupar uma pequena nega de terra, na área do latifúndio, na área das grandes propriedades.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os campainhas) Devo avisar ao nobre Senador Arthur Virgílio que, havendo três oradores inscritos de acordo com o Art. 163, § 2º do Regimento, a Presidência concederá a V. Exa. cinco minutos para concluir sua oração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Senhor Presidente, confesso minha estranheza por essa decisão de Vossa Exa. Ante-ontem, presenciei um orador ocupar a tribuna durante todo o Expediente, cerca de uma hora, falando sobre o problema da TV e Rádio Nacional de Brasília.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Senador Arthur Virgílio, permito-me informar a V. Exa. que quando não há oradores inscritos de acordo com o Art. 163, o primeiro orador inscrito não escolhe a hora do Expediente. No entanto, de acordo com o Regimento, V. Exa. poderá continuar sua oração após a Ordem do Dia.

O SR. T. UR VIRGÍLIO — Não posso dialogar com V. Exa., cortou-me a palavra e, em atenção ao Regimento, parei para escutá-lo, aliás, com o melhor prazer. Mas acontece que havia oradores inscritos, in-



efusivo eu. O eminente Senador Vasconcelos Torres, aqui ao meu lado, informou que também estava inscrito, assim como vários outros colegas.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Senador Gilberto Marinho, um dos inscritos de acordo com o Art. 163, § 2º acaba de declarar à Presidência que abre mão de sua inscrição. O Senhor Senador Joaquim Parente também abre mão de sua inscrição.

O SR. VASCONCELOS TORRES — (Pela ordem) Sr. Presidente, também abro mão da

O SR. PRESIDENTE — Não está inscrito nos termos do Art. 163. Está o Senador Arnon de Melo e como Sua Exa. não abre mão de sua inscrição, terá o nobre Senador Arthur Virgílio mais dez minutos para continuar ou concluir sua oração. Se o desejar, S. Exa. poderá prosseguir depois da Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Senhor Presidente, sou homem que preza a lei e me curvo à decisão de V. Exa., mas reafirmando minha estranheza pelo que assisti ontem, de ocupar toda a hora do expediente o eminente colega que acaba de entrar no recinto o nobre Senador Eurico de Resende, falando sobre o problema da T. V. e Rádio Nacional de Brasília. Curvo-me à decisão regimental e se me for dada a oportunidade, prosseguirei depois da Ordem do Dia.

O censo de 1950 — cito o desse ano porque é ainda o mais atualizado, uma vez que o último ainda não se concluiu. — o censo de 1950 apresentou, como vinha dizendo, dados sobre o regime de trabalho no campo, nas seguintes modalidades: renda-trabalho, a que já me referi, o cambão, forma feudal de exploração do homem; renda-produto, compreendendo a meação, a terça, a quarta; e renda-dinheiro. A renda monetária já representa uma forma capitalista de agricultura. Além dessas, há outras relações de produção, como a empreitada de cafeais, a roça no sul da Bahia e em Goiás, o regime de meação, e ainda o cambão e a renda-produto.

As relações jurídicas do ocupante das terras com os proprietários, segundo o I. B. G. E., num levantamento feito em 1 492 Municípios, são as seguintes: contratos verbais em 1 294 Municípios, e escritos, em 198 Municípios.

Sr. Presidente, todos os estudos do problema rural brasileiro ressaltam as consequências desastrosas, sob todos os aspectos, do aluguel, do arrendamento, da parceria, de todas essas formas feudais de exploração que ainda vivem em nosso País. São inúmeras. Gostaria de enumerar uma a uma, de comentá-las, mas falta-me o tempo. Reserva-me-ei para outra oportunidade.

Nesta análise, Sr. Presidente, se impõe ressaltar o fato de a população rural brasileira integrar-se de trinta e três milhões de indivíduos em 1950, dos quais treze milhões representavam a população ativa, população de agricultura, de homens e de mulheres trabalhando nos campos e dentre os quais contavam-se onze milhões de camponeses sem terra.

São Paulo é citado — foi citado — como exemplo de esforço para a solução do problema rural. Lembro-me de comentários os mais elogiosos, a propósito da taxação progressiva que objetivava possibilitar a distribuição equitativa da propriedade, notadamente por aqueles que a trabalhavam. Há, em São Paulo, um milhão de agricultores sem terra. Nos termos da tentativa de solução do problema, em São Paulo, onde a técnica agrícola é mais avançada, onde os problemas não se apresentam tão gritantes, em dez anos no desdobramento do plano que constitui norma de ação do para a solução do problema, o governo paulista conseguiu resolver apenas a situação de dez por cento do milhão de

trabalhadores com atividade nos campos paulistas.

O SR. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Desejo apenas dar um pequeno aparte, já que noto que V. Exa. está no final de seu discurso. É para lembrar que a afirmação de V. Exa. não pode ser contestada de maneira alguma, porque está nos livros. A taxa de ocupação da terra, em São Paulo, é inferior a 15%. Vê V. Exa. que uma grande área de terra se concentra nas mãos de pequeno grupo de proprietários, em detrimento do grande grupo que precisa de acesso à terra e não a tem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado a V. Exa. Se assim acontece em São Paulo, é de ter-se ideia do que ocorre no resto do País, onde as condições são muito mais prementes.

Ressaltaria agora, o problema da habitação rural, dos índices de alimentação rural e da saúde rural.

O Sr. Vasconcelos Torres — E do vestuário rural, que estereotipa a miséria do lavrador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Também farei alusão a isso mais adiante.

O tempo, entretanto, conspira contra mim.

Quero ater-me apenas a estatística, a dados oficiais sobre o quadro nosológico do Brasil, e citar a opinião de um grande estudioso do problema, Oscar Clark. Segundo dados oficiais, existem vinte e cinco milhões de brasileiros atacados de verminose, dezoito milhões e quinhentos mil de bócio endêmico, oito milhões de malária, um milhão de doença de Chagas, um milhão de tracoma contagioso, sessenta mil de lepra. Morrem, neste País, duas mil crianças por dia antes de completar um ano de idade. Lembro aqui declaração de um fazendeiro de Minas Gerais de que, se morressem tantos bezerros como morrem crianças, jamais seria fazendeiro em sua vida.

O Sr. Vivaldo Lima — Preferirá a criança ao bezerro!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Segundo Oscar Clark, ainda o Brasil perde em cada dez anos seis milhões de filhos até dezessete anos de idade.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. Aarão Steinbruch — Poderia juntar um pormenor estatístico que reputo da maior importância e gravidade. Se a cada pessoa que habita o Brasil fosse dado tomar leite, caberia, per capita, vinte gramas; enquanto na Suécia o consumo, per capita, é de um litro e cem gramas por dia, no Brasil é de uma colher de chá de vinte gramas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado.

Tenho aqui dados oficiais oferecidos pela ONU, que nos colocam, no quadro sobre a mortalidade infantil, entre treze nações, em décimo segundo lugar, com um índice de duzentas e dezessete crianças que morrem em mil que nascem neste País.

É a esse estado de coisas que se chama sistema de vida cristã; é a esse sistema de angústia, de miséria, de desespero que se chama de democracia ocidental. É para manter esse estado de coisas que discrimina, que esquece milhões de patricios nossos, é para manter esse estado de maldade permanente que coletam cem milhões de cruares entre os industriais de São Paulo, que proprietários tramam a marcha sobre Brasília, a fim de assegurar o seu estilo cristão de vida, que quer dizer, o seu direito de matar crianças, de matar adultos, negando aos brasileiros o direito elementar de

viver pelo trabalho, pela realização, pelo empreendimento, no conjunto do esforço comum.

Pena que o tempo me seja curto, porque trouxe uma infinidade de dados, depoimentos os mais insuspeitos, traçando assim o quadro doloroso do interior brasileiro entregue à desgraça, à exploração, à miséria, à fome, porque existe neste País uma instituição que se chama latifúndio, garantida por uma Constituição retrógrada...

O Sr. Vivaldo Lima — Superada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ...superada no tempo e no espaço, ... Art. 141 § 16, apêndice introduzido na Carta de 1946 como vitória do reacionarismo anticristão, anti-humano e anti-social.

Sr. Presidente, eu trazia vários depoimentos para incluir, com agrado, em meu discurso, no momento em que abordasse dois dos magnos problemas desta Nação — a criminalidade e a prostituição, ambos frutos de estrutura econômica e social superada, avelhantada insuportável. Mas, limitar-se-ia ao depoimento de um jornalista respeitado por todo o País, que fez uma viagem à Bahia pela estrada de rodagem e que, na volta, escreveu esta crônica que deveria envergonhar uma Nação, que deveria fazer corar os homens públicos, e que deveria fazer com que se modificasse a mentalidade daqueles que têm nas mãos os destinos do povo brasileiro:

(Lê)

"Como eu tivesse feito uma cara de espanto, o engenheiro me pegou pelo braço e disse: 'Venha, eu lhe mostro'. E lá estava, a menos de duzentos metros do póto do DNER, o grupo colorido das meninas. A mais velha não teria apenas mais de quinze anos, a mais moça talvez tivesse apenas doze. Muito pintadas, vestidos cintilantes de cetim, os lábios como duas feridas sangrentas. Ali se postam, todo fim da tarde, para o insólito 'trottoir' na beira da estrada. Sels, oito delas, precocemente desembragadas, o deboche juvenil e treinado. 'Por quê?' perguntou. O engenheiro me respondeu: 'Fome, necessidade'.

E o jornalista na crônica, pintando um quadro que não é apenas da Bahia, nem da Estrada Rio-Bahia. Estas cenas são vistas no Rio de Janeiro, em São Paulo...

O Sr. Vasconcelos Torres — Na Cidade Livre.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — São de todo o Brasil, de ponta a ponta. Meninas de doze anos que se prostituem levadas pela fome, que se constituem obrigadas pela sociedade, por um regime injusto que não dá a seus pais o direito de terem devidamente recompensado o trabalho que desenvolvem para o progresso desta Nação.

Pais de fome, Sr. Presidente. Pais de desgraça, Pais de miséria, no qual apenas uma minoria encastelada em privilégios tem direito de viver, de gozar e de ser feliz.

Gostaria de sentir o coração de um desses homens da indústria, do comércio e das elites intelectuais dominantes do País; gostaria de saber o que lhes passaria pelo coração só à ideia de que uma filha sua se pudesse prostituir aos doze anos de idade. Só para aquilatar se eles sentem este drama — o drama da jovem brasileira, ou a tragédia do jovem brasileiro; da jovem que se constitui e do jovem que se transforma em criminoso também pela miséria total, e que vai privar a Nação, como disse há pouco, de promissores jovens, como aquele moço Odílio, assassinado brutalmente, no Rio de Janeiro, por um menino de treze anos, criado nas ruas, abandonado nas ruas, formado criminoso nas ruas, pela sociedade que aí está.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo suas campanhas). Lamento ter que informar a V. Exa. que o seu tempo está esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Vou concluir, Sr. Presidente, e prosseguirei quando me permitir o Regimento, já então focalizando o problema do Nordeste em especial, por ser a região-problema, atualmente, deste País, por ser o ponto de maior fricção social. Ultrapassada então esta etapa, farei a análise da Reforma Constitucional que vimos defendendo, para que se realize a Reforma Agrária, neste País.

Todos esses dados, Sr. Presidente, formam o conjunto de uma estrutura que não aceitamos, de uma estrutura cuja permanência já não é mais tolerável. O nosso esforço, a nossa luta, a nossa pregação é porque ainda acreditamos no bom senso dos homens responsáveis deste País, ainda acreditamos possível encontrar uma fórmula pacífica, uma fórmula sem sangue, para o drama do povo brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Arnon de Melo, de acordo com o § 2º, do Art. 163, do Regimento Interno.

O SR. ARNON DE MELO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente:

Ao ser publicada a Instrução 239, da Sumoc, de tão grande repercussão na vida econômica e financeira, julguei interessante requerer ao Poder Executivo informações a respeito para, na base dos próprios dados oficiais, bem avaliar o Senado as razões e os efeitos da medida governamental.

A esse tempo, encontrei-me com o Sr. Ministro da Fazenda, e a S. Exa. disse dos meus propositos, referindo as indagações que iria fazer-lhe em requerimento através desta Casa. Expõe-me S. Exa. os motivos que o levaram a baixar a Instrução 239, acentuando a necessidade que a seu ver, tínhamos de exportar os excedentes de algodão, no total de 125 milhões de dólares; milho, no total de 40 milhões, e carne, no total de 40 milhões, produtos que já se haviam tonado gravosos com a anterior taxa de câmbio. E ao meu argumento quanto à nossa impossibilidade de exportar milho pela falta de aparelhamento especial dos Portos, respondeu-me S. Exa. que na última reunião da Sumoc ficou autorizado a aplicar na compra de sugadores para o Porto do Rio de Janeiro, a serem instalados dentro de 60 dias, parte do crédito destinado a compra de auto-guindaste e já à nossa disposição nos estabelecimentos de crédito do exterior.

Adiantou-me o Sr. Ministro Santiago Dantas que responderia, de bom grado, por escrito e no mais breve espaço de tempo, às minhas indagações antes mesmo que eu as encaminhasse ao Senado em Requerimento de informações, pois tinha sempre empenho em esclarecer sem demora todos os seus atos. E ontem Senhor Presidente, recebi carta de S. Exa. com as informações pedidas, que encaminharei à Casa, para a devida publicação.

Carta do Ministro da Fazenda:

Leio agora a carta que me dirigiu o Senhor Ministro da Fazenda:

Senhor Senador:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para que faça o uso que julgar necessário, os dados fornecidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil sobre a posição de Câmbio na data em que entrou em vigor a Instrução 239 da Sumoc.

Além desses dados numéricos, encontrará Vossa Excelência alguns comentários sobre as principais questões suscitadas por Vossa Excelência.

Dêsses elementos se evidencia, segundo creio, o fato fundamental de que a correção da taxa de câmbio, no momento em que foi feita, se impunha ao país para que não continuássemos dar estímulo injustificado às importações e desencorajar e mesmo tornar impossíveis as exportações de nossos produtos, com exceção do café, do cacau e do minério de ferro. Como sabe Vossa Excelência a taxa de câmbio, ou seja, o valor externo da moeda, deve guardar uma relação tão estreita quanto possível com a paridade dos preços internos, sob pena de passar aquela a tem um efeito distorsivo e a representar, como vinha sucedendo entre nós, um subsídio indireto concedido às importações.

A modificação da taxa de câmbio há de ser vista assim como um reajustamento do valor da moeda em que o aspecto de lucro ou de perda tem mera expressão gráfica, sem traduzir, na realidade, qualquer modificação na situação econômica do país. Em outras palavras, não há diferença entre considerarmos a Carteira de Câmbio devedora de dólares ao valor de 600 cruzeiros ou em mantermos a fixação do câmbio de que e a devedora dêsses mesmos dólares a razão de 460 quando esta última cifra já não exprime o valor da moeda e para ser mantida tem de impor severa penalidade aos setores de produção do país com acesso ao mercado internacional.

Por essa razão o Governo não teve dúvida em adotar a nova taxa, e fê-lo ao nível de 600 cruzeiros, após verificar que era esse o algarismo mais próximo da paridade de preços internos e o único capaz de permitir a franca exportação dos produtos nacionais. Não pareceu ao governo que pudesse ser tomado como índice satisfatório da taxa de câmbio atual o sobrepreço, conhecido como "boneco", pago pelos importadores aos exportadores, ao adquirir mercadorias através da rede de bancos particulares. Na verdade, esse sobrepreço apenas demonstrava que o dólar de importação estava sendo vendido abaixo do nível real, que o comércio importador se sentia em condições de pagar, dada a divergência acima apontada entre a taxa de câmbio e a paridade dos preços. Não era, entre tanto, em relação à importação que a taxa de câmbio precisava ser corrigida e sim em relação às exportações cujo fluxo o Governo tem o dever de incrementar.

Deve acrescentar algumas considerações sobre a posição específica em que ficam algumas empresas que manipulam moeda estrangeira para suas compras no exterior como por exemplo a Petrobras. Nenhum prejuízo adviria a essa empresa, uma vez que seus produtos importados a taxas mais altas sendo vendidos no país a preço correspondentes.

O curto período de desajustamento existente e agora aqui em que perduram os efeitos do fechamento antecipado de câmbio para importações altas sendo vendidos no país a preços inferiores ao câmbio para importação.

Com os meus agradecimentos a Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para agradecer os pontos de estima e consideração, com que me subscrevo. *Sr. Inúcio Dantas*."

#### A Instrução 233

Senhor Presidente.

A Instrução 233 reajustou o dólar oficial em Cr\$ 500,00 para as exportações e Cr\$ 250,00 para as importações.

Foi, e como mais um passo em direção à taxa única, de vez que a diferença que separa a taxa oficial do mercado livre é de menos de Cr\$ 100,00. Ao iniciar-se este ano, a diferença era de Cr\$ 400,00 para Cr\$ 800,00, isto é, de cerca de 80%.

Esse reajustamento se tornava realmente necessário face à desvalorização interna da moeda, que agravava os

custos da produção. Taxas irrealistas, isto é não correspondentes à situação inflacionária, desestimulam as exportações e estimulam a propensão a importar, agravando ainda mais a situação da balança de pagamentos, já bastante penosa.

A fase de crescimento econômico que vivemos e as modificações de estrutura exigem que nossa política econômica seja traçada sob dois fundamentos:

a) combater a inflação e evitar que a taxa de câmbio se desajuste, não permitindo que desestímulo graves se descarreguem sobre o orçamento de câmbio;

b) diversificar e expandir a pauta de exportação e ampliar, por todos os meios, nossos mercados externos.

#### Desvalorização Cambial

É evidente que a desvalorização cambial atua sobre o encarecimento dos bens, particularmente de alguns setores econômicos, mas esse encarecimento é sensivelmente inferior ao que decorre da pressão inflacionária que emerge do desregramento monetário-financeiro interno, isto é, desequilíbrios enormes nas contas da União e expansão indiscriminada do crédito.

Somos do período de guerra com poderosos saldos em divisas, ou seja um total de US\$ 600 milhões, os quais em parte dilapidamos, tendo que recorrer a empréstimos externos para recuperar nossa infraestrutura econômica esgotada. Seguimos, depois, uma política de taxa de câmbio "amarrada" e irreal, que se conjugou com o controle direto do intercâmbio no promover sérias distorções em nosso movimento exportador e no provocar uma industrialização cheia de insuficiências e desequilíbrios.

Mais recentemente, estamos procurando corrigir esses vícios, simplificando o regime cambial e ordenando o movimento de industrialização, fundamental à emancipação econômica do país.

#### Exportar mais

Precisamos, porém, dar coerência à política comercial, aproveitando sobretudo, esse momento em que o Governo anuncia estar firme numa orientação anti-inflacionária.

Há, por exemplo, que mudar a mentalidade aqui predominante e que nos leva a só exportarmos os excedentes de nossa produção, os quais são insuficientes ao momento para atender às nossas necessidades de divisas. Com o nosso desenvolvimento e expansão demográfica, crescem, obrigatoriamente, de dia para dia, pelo aumento do consumo interno, as nossas importações de bens, essenciais, e hoje quase que só importamos matérias primas, equipamentos e produtos indispensáveis à nossa sobrevivência e ao nosso progresso. E, então, um caso que se alarguem os mercados internacionais para os nossos produtos, fixando-se uma política segundo a qual devemos antes de tudo exportar o volume correspondente às nossas necessidades de divisas para fazer face aos nossos compromissos financeiro e comerciais e nos prevenirmos contra dificuldades decorrentes da falta de atendimento dêsses mesmos compromissos.

#### Perda de substância

Desde logo ressaltamos que a estrutura de nosso intercâmbio nos castigava com uma relação de trocas de tendência altamente declinante, o que nos leva a uma perda de substância em nossas exportações e, portanto, a uma descapitalização inunda. Entre o primeiro semestre de 1961 e o de 1962, apenas para citar alguns dados, o índice das relações de trocas declinou de 100 a 89. Exportamos maior volume de bens e recebemos menor quantidade de divisas ou, o que é o mesmo, pagamos pela mesma quantidade de bens que importamos uma

quantidade maior de mercadorias. Isso decorre de exportarmos essencialmente produtos primários, cuja oferta tende a ser sempre superior à demanda, e importarmos produtos industrializados, cuja demanda cresce em função da renda real.

#### Tendências positivas

Algumas tendências positivas podem, no entanto, ser consignadas, como a que busca intensificar a promoção da área de livre-comércio latino-americano a que pertencemos, como Membros da ALALC. Estamos tentando, também, ampliar o intercâmbio com o Leste Europeu, mediante maiores atividades da COLÉSTE. São oportunas essas medidas, mas não podemos desconhecer que o mercado comum latino-americano não terá, para nós, maior expressão no custo e médio prazos, pois absorve apenas 9 por cento de nossas exportações e 8 por cento de nossas importações. Seus resultados são para daqui a 15 ou 20 anos. Os países do Leste Europeu representam uns 3,5 por cento a 4 por cento de nosso intercâmbio. Pela própria natureza desse intercâmbio e pelas peculiaridades econômicas dos países do bloco socialista, ainda tenderemos por certo tempo a financiá-los com saldos positivos no comércio recíproco.

#### Aspectos negativos

Outros aspectos de nossa política econômica externa são negativos, e grandes as omissões.

As nossas relações com o Mercado Comum Europeu estão praticamente paralizadas, mesmo depois do resultado que obtivemos em nosso diálogo com a Comunidade Econômica Europeia, ao ver reduzidas as taxas aduaneiras sobre o café e o cacau na Comunidade, taxas que passaram de 16 por cento a 9,6 por cento e de 9 por cento a 5,4 por cento, respectivamente.

A Comunidade tem um órgão executivo para assuntos comerciais e financeiros externos, órgão que possui um núcleo administrativo específico para os assuntos da América Latina. O Brasil tem uma Embaixada junto a Comunidade, cujo titular, porém, não está em exercício há longo tempo. Nenhuma proposta objetiva sobre comércio, sobre assistência técnica, sobre cooperação financeira levamos à Comunidade Econômica Europeia. Ficamos nas críticas ócas, como a que acaba de fazer o Diretor Executivo da SUMOC, segundo o qual o Mercado Comum Europeu é extremamente perigoso para nós; ficamos em atitude de contemplação, esperando que a Comunidade se interesse voluntariamente pelos nossos próprios interesses.

#### Relações com a França

Mais do que isso, vemos deteriorarem-se as nossas relações com a França, país-chave na Comunidade, fato que tem ocorrido sobretudo pela impetuosidade do Itamaraty. Quer o caso do Contencioso, quer o da Lagosta, resultaram em pontos de atrito porque nos faltaram liderança e objetividade na condução dos negócios respectivos. E não conseguimos, sequer, esquematizar os contatos financeiros estabelecidos pelo Embaixador Roberto Campos, num momento em que as aperturas financeiras se tornam ameaça severa ao ritmo de crescimento econômico do país.

Em meio a tal situação, cria-se, agora, para mais agravá-la, o caso da Air France, que pleiteia a terceira frequência nos termos do "memorandum" secreto anexo ao Acordo que temos com a França. Aqui chegou a 26 de abril último o Sr. Robert Sparrow, Secretário da Aviação Civil Francesa, para tratar, do problema, e daqui partiu duas semanas depois sem qualquer resultado para a sua missão.

Não defendo esta ou aquela solução para os casos pendentes, todos eles inteiramente hoje parados e, no meu entender, não são complexos antes se apresentam fáceis de decisão. O que pleiteio é uma solução, seja ela qual for, que se alcançará se o Governo brasileiro capacitar-se da necessidade de restabelecer o nosso entendimento com a França, e agir em consequência. No momento, a França retirou do Brasil o seu Embaixador, atualmente em Paris, e já lhe deu novo posto, e o Brasil mantém em Paris um encarregado de negócios, pois o Embaixador Alves de Souza se encontra no Rio, e os jornais referem que será substituído. Não é possível perdurar tal estado de coisas. E não é possível que o Embaixador do Brasil na França continue sem instruções precisas do Governo brasileiro para encaminhar as démarches no sentido de abrir caminho para a restauração do nosso diálogo com o Governo daquele país.

Vale acentuar que a deterioração de nossas relações com a França, traz-nos dificuldades progressivamente, para valerem-nos da cooperação francesa, que pode ser de muito, em face da posição galesa no Mercado Comum Europeu, e de sua situação financeira. A França teve um saldo de cerca de US\$ 3 bilhões em sua balança de contas, aumentando seu prestígio no mercado internacional de capitais, no Fundo Monetário Internacional e em outras entidades. A aba de emprestar ao México US\$ 50 milhões, e oferecem aos próprios Estados Unidos algumas centenas de milhões de dólares. Surge deste modo, como uma força imensa e seu crescimento entre as duas maiores potências do mundo.

#### Indiferença

A mesma atitude de indiferença com que nos conduzimos em face das nossas relações com a França, sumamente importante para o nosso desenvolvimento, é adotada por nós de uma maneira geral no que diz respeito aos nossos interesses na Europa. Quanto devíamos defendê-los, através de uma política mais dinâmica e objetiva no sentido de intensificar e aumentar cada vez mais e quanto antes o nosso intercâmbio comercial com os países do velho continente, que agora se elevam numa extraordinária afirmação de poder econômico e visão política, nós não nos preocupamos sequer em estudar os mercados ocidentais para ativar nossas exportações. Esperamos simplesmente que nos comprem!

Dois áreas existem na Europa que pelas próprias disposições de política comercial adotadas, vão ter um largo período de Renda crescente e mercado em expansão: a área de livre comércio, englobando grandes mercados como o escandinavo, o inglês, o suíço, o austriaco e outros, e a Comunidade Europeia, verdadeiro colosso com a integração dos mercados alemão, francês, belgo-holandês e italiano e que agora conta com novas adesões, como a Grécia e a Turquia.

Não há, por parte dessas aglutinações, qualquer hostilidade dirigida à América Latina e ao Brasil. Estão abertas à cooperação e fiéis aos bons propósitos de impedir que a aglutinação de representação também o crescimento de seu intercâmbio com o resto do mundo.

Precisamos nós produzir mais e melhor, combater e desestimular inflacionário, evitar as falaciosas valorizações cambiais e sobretudo ter organização interna, especialmente no setor público, para conhecer oportunidades, promover cooperação, enobrecer interesses legítimos com aqueles grandes e crescentes mercados, que, em conjunto, ainda compõem cerca de 30 por cento do nosso intercâmbio internacional.

O Itamaraty não se tem mostrado realmente à altura da tarefa de liderança esse movimento de expansão de co-



mércio e de cooperação técnica e financeira, a começar pelo abandono em que deixa o conhecimento que deve ter das necessidades e das inúmeras produções regionais, que podem ter melhor colocação nos mercados tradicionais do Brasil, se por isso vierem a interessar-se nossos órgãos oficiais.

#### Exportação e Importação

No ano passado, segundo os dados do Relatório do Banco do Brasil, as exportações brasileiras atingiram US\$ 1.214,2 milhões, receita menor — note-se em US\$ 188,8 milhões — que a de 1961 a qual foi US\$ 1.403 milhões. Reduziram-se, também, de 355 mil toneladas, em volume, as nossas exportações, que chegaram a 12.361. Tene-ladas. Vendemos menos ao exterior ao exterior em 1962 café, açúcar, cacau, óleo cru, pinho, óleo de mamona, arroz, manganês, carne bovina, cêra de carnaúba, praticamente todos nossos produtos de exportação.

Enquanto isso, aumentaram de US\$ 15 milhões, em 1962, as nossas importações, elevando-se a US\$ 1.475 mi-

lhões, nelas se destacando o petróleo e o trigo, os primeiros com US\$ 174,2 milhões, pouco mais que em 1961, e o segundo com US\$ 161 milhões, ou sejam mais 16% que em 1961.

E ainda tivemos em 1962 apenas US\$ 19 milhões de importação de bens sob a forma de investimentos diretos, cifra sumamente baixa, tendo em vista os anos anteriores, especialmente 1957, quando tais investimentos chegaram a US\$ 119.159,5 milhões.

#### Endividamento

Estamos fortemente endividados no exterior, e se bem, ao longo dos últimos anos, tenhamos conseguido crescer e reformar nossas estruturas econômicas sem aumentar o nível de endividamento, esse já é oneroso demais para nos dar receita cambial tal como se apresenta no momento.

Aqui está o quadro do endividamento total do país, publicado no já referido Relatório do Banco do Brasil de 1962 (1).

Vencimentos em:	Posição em 31-12-62
	US\$
1966 .....	1.126,8 (2)
1964 .....	536,5
1965 .....	363,9
1966 .....	281,1
1967 .....	223,0
1968 .....	174,5
1969 .....	147,5
1970 .....	122,8
1971 .....	106,7
1972 .....	93,4
1973 .....	86,9
1974 .....	75,7
1975 .....	63,5
Anos posteriores .....	444,2
<b>Totais .....</b>	<b>3.846,3</b>

(1) — Inclui, entre outros itens, a dívida pública externa consolidada e os juros dos empréstimos compensatórios.

(2) — Inclui cerca de US\$ 130 milhões de atrasados.

Por esse quadro verifica-se que precisamos ampliar a receita de câmbio. US\$ 3.846 milhões das nossas obrigações em moeda conversível, US\$ 1.126,8 devem ser pagos este ano e US\$ 2.027,2 no triênio 1963-65, o que nos é impossível dentro de nossa realidade atual e das perspectivas futuras. Então faz-se indispensável um reescalonamento de pagamentos, ou seja um "funding-logan", mas para termos autoridade de negociar-lo se impõe que sigamos uma política econômico-financeira firme, que só se executa com êxito dentro de um melhor entrosamento dos órgãos da administração pública responsáveis pelo setor econômico-financeiro hoje tão desencontrados nos seus planos e nas suas ações.

#### Petróleo e Minério

Para continuarmos o desenvolvimento econômico do país e atender aos nossos compromissos financeiros, é fundamental ampliar nossa receita cambial de modo a fazê-la capaz de amortizar regularmente os empréstimos contraídos e assegurar uma importação regular de matérias primas, de bens de reposição, de equipamentos novos, indispensáveis ao próprio processo de substituição de importações que vimos perseguindo.

Acreditamos que, se porfiarmos em não permitir uma taxa de câmbio irreal, poderemos contar com o incremento de vendas ao exterior de diversos produtos que têm sua saída prejudicada pelo encarecimento de custos sem correspondência numa taxa cambial que reflete esse encarecimento.

Contudo, nas dimensões em que pre-

cisamos ampliar a receita de câmbio, outras medidas se impõem. O aumento da produção de óleo bruto, para eliminar uma parcela dos grandes dispêndios com a importação de petróleo, é uma decisão que devemos tomar e que pressupõe imediata providência para que a Petrobrás, aumente ao máximo a sua eficiência e possa no mais breve espaço de tempo atender as nossas necessidades. E medida da maior urgência e importância ativar novos programas de produção e de exportação de minérios, que nos podem oferecer, a prazo curto e médio, um forte incremento de receita, alcançando facilmente a casa dos US\$ 150 a 200 milhões de dólares, pois são excelentes os mercados que se abrem para o Brasil nesse setor.

#### Ministério do Comércio Exterior

Não há que manter ilusões a respeito de exportações significativas de produtos industrializados. Bem sabemos que a produtividade comparada não nos favorece, determinando os ônus relativos de custos e preços que superam qualquer amparo que possamos imaginar em termos de financiamento ou contatos específicos de compra e venda amparados por cartas gráficas.

Devemos caminhar também na direção dos mercados tradicionais, estudando-os, propondo medidas e cooperação, de modo a ampliar a área de penetração de nossos produtos. E lembro aqui a conveniência da criação de uma futura reforma administrativa do Ministério do Comércio Exterior, como

há em vários países, tais como a Rússia e os Estados Unidos. Ouvi de um dos nossos representantes na 1ª Delegação Comercial a Moscou, em 1959, que já naquela oportunidade o Ministério de Comércio Exterior da URSS detinha sobre o nosso mercado interno, informações, no momento, do que as de que dispunhamos então.

#### Uma consciência

Para tudo isso é preciso uma consciência, uma diretriz, um comando, uma organização, elementos de cuja ausência nos ressentimos hoje, perdidos que estamos na inércia do Itamaraty, nas críticas ligeiras do Diretor Executivo da Sumoc, na descoordenação entre diversos órgãos, executivos que têm atribuições sobre a política comercial do País. E, mais que isso, esmeramo-nos em criar e manter casos, como esses que deterioraram nossas relações com a França e como o que tornou anódinos os contatos com a Missão Alemã chefiada pelo Ministro Granow, e outros.

A Missão Granow vinha com a incumbência de esboçar uma aplicação dos DM 50 milhões que o Governo alemão havia destacado, dentro do Fundo de Desenvolvimento, para investimentos no Brasil. Trazia, naturalmente, suas condições de aplicação, entre as quais a que procurava preservar a liquidez dos empréstimos. Tivemos empenho de transformar esses requisitos, normais de negociação em um caso de soberania, que terminou por fazer regressar a Missão sem qualquer resultado concluinte.

#### O Plano Trienal

Senhor Presidente,

O Plano Trienal de Governo se propõe a tarefa, verdadeiramente gigante, de conter o ritmo inflacionário e, ao mesmo tempo, assegurar uma taxa de crescimento do Produto Bruto de 7% ao ano, cumulativamente no triênio 1963-1965. Sabemos todos que se trata de uma tarefa ingente, que exige a mobilização de todas as energias nacionais. Para levar a cabo esse programa, necessitamos de créditos externos de US\$ 1,5 bilhão no triênio, e uma receita cambial, em média anual, não inferior a US\$ 1,4 milhões.

Depende assim, o Plano, e, portanto, a política financeira em curso, e bem assim a própria economia nacional, de nossas relações com o exterior. Isso pressupõe que não só a política comercial se amolda a essas metas, mas também que as relações diplomáticas sejam pautadas ao serviço de uma orientação compatível com a expressa pelo referido Plano.

Cumpra alcançar esse objetivo, de fundamental interesse para o nosso futuro. Reconhecamos, entretanto, que muito pouco do que vêm fazendo os órgãos executivos com atribuições de política externa, comerciais, financeiras e diplomáticas, pode ser admitido como útil ou condizante nos esforços que concebe, a orientação adotada pela política econômica em curso, de combater a inflação e assegurar uma taxa de crescimento correspondente ao dobro da taxa de expansão demográfica do país.

A coletividade nacional tem hoje clara consciência dos destinos econômicos da Nação. E sabe que o futuro deste país não pode ser comprometido por questões pessoais e regionais, por questões de pretensão fundo ideológico, por omissões quase que dolosas, pela incompetência pela desídia ou pela desorganização administrativa.

#### A Responsabilidade do Senado

Sr. Presidente,

O Senado tem responsabilidades definidas na política externa do país, já que pelo artigo 63 da Constituição Federal lhe compete privativamente aprovar e rejeitar os chefes de mis-

são diplomática permanente. E, como parte do Congresso Nacional, cabe-lhe, também, examinar e decidir sobre os tratados e convenções internacionais celebrados pelo Presidente da República, como ainda autorizar o Chefe da Nação a declarar guerra, fazer a paz, e chamar as forças armadas brasileiras em auxílio pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nele permanecer temporariamente.

Ao Senado compete, nos, dentro de sua esfera de ação, exercer a vigilância que naturalmente requer uma política consciente de relações internacionais a serviço do desenvolvimento social e econômico do país.

Dentro da política externa os assuntos comerciais e financeiros têm evidente papel decisivo, sendo mesmo o eixo da representação e da ação política. Creio, assim, que devíamos chamar a nós a tarefa de tomar conhecimento de como estão sendo equacionados nossos problemas na área externa e comprovar que diretivas imprimem os órgãos executivos na condução deles.

Existem, nesta Casa duas emendas à Constituição, de autoria do eminente Senador Daniel Krieger, que merecem aprovação, pois que, ampliando e melhor definindo as responsabilidades do Senado no campo da política internacional, nos permitem prestar à Nação, em setor de tanta significação, os serviços que ela tem o direito de esperar de nós.

Poderia, então, o Senado, através da Comissão de Relações Exteriores, tão bem dirigida pelo nobre Senador Jefferson de Aguiar, estruturar um programa de trabalho permanente para acompanhar de perto e sistematicamente os esforços dos que conduzem e orientam nossas relações externas, comerciais, financeiras e diplomáticas, dentro do objetivo maior de colocá-las a serviço do desenvolvimento econômico racional e intensivo deste país. — (Muito bem! Muito bem!)

#### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO REQUERIMENTO

Requeiro, na forma regimental por intermédio da Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, por seus diversos órgãos:

1) Qual o montante, em dólares, ou seu equivalente, em outras moedas do descoberto, ou "posição vendida" de câmbio do Banco do Brasil, no dia da Instrução nº 239 da SUMOC, incluídos nessa posição juros sobre créditos compensatórios e os "swaps".

2) Qual o valor dos contratos de câmbio, em dólares ou equivalentes em outra moeda, relativos às importações, cujos importadores já entregaram os cruzeiros ao Banco do Brasil, mas este não entregou o correspondente em moeda estrangeira no exterior? (atrasados financeiros).

3) Qual a taxa de câmbio nesse descoberto.

4) Qual a sobretaxa cambial no mercado de taxas livremente negociadas, paga pelos compradores, sobre a taxa de 475 cruzeiros por dólar, nas operações realizadas com bancos particulares. É público e notório que, à véspera do dia da divulgação da Instrução 239, essa sobretaxa era de pouco mais de 60 cruzeiros por dólar.

5) Se a cotação real e verdadeira do cruzeiro, resultante da lei de oferta e procura no mercado cambial privado, era de 520 para compra e 535 para venda, (460 a 475 e mais 60 cruzeiros de sobretaxa), por que motivos a SUMOC, sob pretexto de reajustar as taxas do Banco do Brasil, igualando-as às do mercado de câmbio dos bancos particulares, as elevou para 600 e 620 cruzeiros por dólar, respectivamente? a) Por que se era de apenas de mais ou menos 13% a diferença entre as taxas do Banco do

Brasil e as do mercado real de câmbio, a SUMOC elevou as do Banco do Brasil de mais de 30%?

6) O Ministro da Fazenda alegou que estava "fechado" o câmbio para importações de trigo e petróleo do primeiro semestre deste ano, cujos preços em cruzeiros não precisariam ser reajustados agora. Ao fechar esse câmbio, a 475 cruzeiros por dólar, o Banco do Brasil comprou a respectiva cobertura? Se não a comprou, como é de presumir, voltou o Tesouro a subsidiar aquelas importações?

7) Quando serão reajustados os preços do trigo e do petróleo, e em que proporções?

8) Quais os saldos de dívidas, em moedas estrangeiras, por empréstimos, compras no exterior ou outras causas:

a) da Rede Ferroviária Federal;  
b) da Petrobrás;  
c) da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda;  
d) da Companhia Hidrelétrica de São Francisco

e) da Companhia do Vale do Rio Doce.

9) Em quanto se estima o crescimento dessas dívidas, expresso em

moeda nacional, como consequência do aumento de 125 cruzeiros por dólar, na taxa cambial, resolvida pela SUMOC?

10) De onde virão os recursos necessários ao pagamento das várias centenas de bilhões de cruzeiros dos prejuízos resultantes da elevação das taxas cambiais?

11) Em que proporção espera o Governo que se eleve o custo de vida, em consequência da Instrução 239?

12) Qual o valor real do dólar importação, antes e depois da referida Instrução, computando-se nesse valor:

a) as taxas de câmbio de 535 e 620;  
b) os juros vigentes no mercado creditício;

c) o deságio das letras do Tesouro, oferecidas como alternativa para o recolhimento de 60%, em lugar de 80%;

d) os juros presumíveis para depósito, no Banco do Brasil, de 100% do valor do câmbio.

13) Como efetuar a 239 na presente conjuntura econômico-financeira e que benefícios, ao ver do Ministro da Fazenda, trará ela ao país.

14) Considera o Ministro da Fazenda inflacionária ou não a 239?

#### RESPOSTAS DO SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS AS INFORMAÇÕES PEDIDAS PELO SR. SENADOR ARNON DE MELLO

Compromissos com garantia de taxa, segundo os registros da Carteira de Câmbio

Abril de 1963

ESPECIFICAÇÃO	Importância (US\$ 1.000.000)
<b>POSIÇÃO DE CÂMBIO</b>	
<i>Empréstimos compensatórios</i>	
Eximbank-Empréstimo de US\$ 168,0 milhões	161,62
Eximbank-Empréstimo de US\$ 92,1 milhões	66,36
Eximbank-Empréstimo de US\$ 212,59 milhões	212,59
Consórcio de banqueiros americanos:	
Empréstimo de US\$ 200,0 milhões	171,50
Empréstimo de US\$ 38,0 milhões	25,33
Banqueiro americano, empr. US\$ 10,0 mil	6,67
Fundo Monetário Internacional	162,45
Agência Internacional de Desenvolvimento	
Empréstimo de US\$ 100,0 milhões	74,50
Departamento do Tesouro Americano	
Empréstimo de US\$ 70,00 milhões	60,17
Crédito Stand-by Europeu	20,75
Acordo de Consolidação Europeu	29,68
Total	991,62
Swaps	408,46
Atrasados comerciais e financeiros (+)	158,97
Créditos comerciais a cobrir	124,56
Linhas de créditos utilizados	10,00
Outros compromissos (saldo líquido)	1.109,00
Promessas de venda de câmbio	5,39
Total dos compromissos com garantia de taxa	1.868,00

(+) Em 8 de maio de 1963 estes atrasados estavam reduzidos a US\$ 132,5 milhões.

#### Respostas

##### Item 5:

A correção geral nas taxas cambiais feita mediante a Instrução nº 239 baseou-se nos dados relativos à elevação geral de custos registrada na economia nacional desde o último reajustamento de taxa cambial. Em verdade, o reajustamento feito através da Instrução nº 239 foi um pouco além da taxa efetiva vigente no mercado dos bancos comerciais, calculada em termos da soma de taxas estabelecido pelo Banco do Brasil mais o ágio pago pelos demais bancos.

A razão de não ter o Conselho da SUMOC escolhido precisamente essa taxa efetiva do mercado para servir de base ao reajustamento das taxas do Banco do Brasil é haver sido considerado o nível registrado à data da Instrução nº 239 como anormalmente baixo, em consequência dos ajustamentos que vinham-se registrando na economia nacional, entre os quais destaca-se a redução da estocagem de mercadorias nacionais e estrangeiras para fins especulativos, bem como a redução da fuga de capitais nacionais para o exterior, de par com menores folgas no crédito bancário. Observe-

se que a sobre-taxa a que alude o Ilustre Senador já atingia nível superior a Cr\$ 90/dólar em período anterior. Entendeu o Conselho da SUMOC ser inconveniente aos interesses do país a fixação de nova taxa cambial em níveis inferiores àqueles apontados pela elevação geral dos custos de produção, inclusive pela necessidade de preservar-se a estabilidade da nova taxa por razoável lapso de tempo e evitar, assim, variações perturbadoras dos cálculos das empresas em geral.

A razão da correção monetária realizada mediante a Instrução 239 foi ajustar o valor externo da moeda em função da modificação ocorrida no seu poder aquisitivo no mercado interno.

Sem isso, agravar-se-ia certamente a situação do balanço de pagamentos, pois, em verdade a elevação geral de custos de produção ocorrida nos últimos sete meses reduzirá o nível "real" da taxa cambial, ou já da renomeação das exportações, enquanto que baixara, em termos relativos, o custo da importação de mercadorias estrangeiras assim como a tributação aduaneira, em termos reais. A elevação média de preços ocorrida entre outubro de 1962, quando estabelecida a taxa cambial de Cr\$ 480,00/dólar para as exportações e de Cr\$ 475,00/dólar para as importações, e abril de 1963, quando foi baixada a Instrução número 239, foi da ordem de 30%. Essa elevação era de magnitude suficiente para, mantida invariável a taxa cambial, representar desestímulo à apreciável faixa de produtos, assim como a aumentar a capacidade competitiva dos produtos estrangeiros no mercado nacional, além daqueles níveis que foram julgados razoáveis quando se fixaram os níveis de proteção aduaneira à indústria nacional.

O imposto aduaneiro é calculado em base "ad valorem", ou seja, na base de uma percentagem do valor da moeda estrangeira em cruzeiros. Se a taxa cambial permanece invariável, o imposto de importação a ser cobrado representa um valor em cruzeiros fixo o qual, se confrontado com elevação constante dos custos internos de produção, representa uma margem de proteção que se reduz progressivamente.

##### Item 6:

O sistema de fechamento de câmbio para importação de petróleo e derivados tem sido tradicionalmente ajustado ao regime de exame trimestral dos preços de venda desses produtos no mercado interno. Não nos parece conveniente passar-se a um regime de revisão mensal ou semanal de tais preços, pelas dificuldades que iriam provocar em todo o país. No fechamento de câmbio em base trimestrais para importadores de petróleo ou derivados é estabelecida, de fato, uma taxa cambial efetiva mais alta que aquela fixada para as operações correntes, de vez é cobrada uma sobre-carga adicional de 0,5% ao mês. Na medida, evidentemente, que as taxas cambiais correntes no mercado se elevem em ritmo superior, no trimestre, pode dizer-se que as importações referidas receberam "subsídio" indireto.

Dada a repercussão nacional dos reajustamentos dos preços de petróleo e derivados, em certas ocasiões o Governo acha prudente devar-se no tempo, tais modificações em relação a outros de caráter geral. Foi o que se fez por ocasião da Instrução nº 239. As

considerações acima feitas, relativamente às importações de petróleo e derivados estendem-se de modo geral ao caso das importações de petróleo e derivados, e de notar-se ser bastante elevada a tributação incidente pelo imposto único, que, no caso da gasolina, é de 150%, e para a gasolina azul é de 250%. Tais níveis de tributação foram calculados, e de lembrar-se em época em que vigorava o sistema cambial de forte subsídio às importações de petróleo e derivados (câmbio de custo) de modo que o imposto efetivamente cobrado, por incidir sobre uma taxa cambial artificialmente baixa, era bastante mais modesto, em verdade.

##### Item 10:

Não nos parece acertado afirmar que a correção da taxa cambial representará prejuízo para as empresas mencionadas no item 8 a não ser que se queira chamar de prejuízo o não recebimento de subsídio indevido, que resultaria da manutenção de uma taxa cambial artificialmente baixa como, aliás, é a preocupação legítima expressa pelo nobre Senador no quesito nº 6. Vale notar, ainda, nesse particular, que as empresas que destinam parte de sua produção à exportação, terão sua remuneração aumentada, em consequência da melhoria da taxa cambial. Mesmo quanto aquelas que produzem exclusivamente para o mercado interno, só haverá que tolerar em prejuízo se elas não puderem ajustar seus preços de venda aos novos níveis de custos. O problema, assim, pode ser colocado em termos de níveis e preços, não em termos de prejuízo para as empresas.

##### Item 11:

No passado, as elevações de preços resultantes de reajustamentos cambiais foram mais elevadas que os cálculos técnicos prévios, isso porque havia, geralmente, à disposição da economia quantidades excessivas de crédito e de moeda, enquanto que as expectativas gerais eram de elevação contínua dos preços, o que tornava extremamente fácil às empresas menos escrupulosas remarcar seus preços em excesso daquela parcela justificável em função de reajustamento motivado pelo Governo. A situação atual, ao contrário, não é de molde a facilitar reajustamentos especulativos.

##### Item 13:

A Instrução nº 239 representa importantes benefícios para o país, pois se destina a remover sérias distorções na economia nacional e impedir o agravamento da situação cambial. Na presente conjuntura econômico-financeira do país a Instrução 239 deve desempenhar um importante papel corretivo permitindo e estimulando a exportação e desestimulando a importação de produtos da pequena mas não desprezível faixa de mercadorias supérfluas ou não indispensáveis ou daqueles produtos que poderiam oferecer uma concorrência inteiramente desleal à produção nacional se continuasse a vigorar uma taxa artificialmente baixa que equivaleria a um virtual subsídio à importação. Ao contrário do café cuja situação do mercado internacional ainda é de superprodução e para o qual uma desvalorização de taxa se refletiria numa queda de preço internacional muito mais do que numa expansão de vendas, muitos outros produtos provenientes de setores menos abastados da economia, tais como produtos agrícolas, manufaturados ou artesanais precisam de uma taxa que reflita o aumento dos custos de produção a fim de não se tornarem gravosos. Caso contrário,

obrigar-se-ia o Governo a comprar a produção com um pesado ônus financeiro ou agravar-se-ia o problema do subemprego ou mesmo de desemprego de vários setores da economia, sobretudo as áreas rurais ou as áreas das indústrias nascentes. A manutenção de uma taxa de câmbio que não acompanha o ritmo do aumento dos custos em geral necessariamente viria a significar o subsídio a um setor de população relativamente pequeno e sobretudo urbano às custas da maioria da população sobretudo do setor rural.

Embora a desvalorização cambial possa representar a curtíssimo prazo um aumento corretivo de preço em certos setores, a longo prazo seu efeito é estabilizador da economia, criador de divisas que nos tornam menos dependentes de financiamentos para o pagamento das importações indispen-

sáveis ao esforço de desenvolvimento e emancipação econômica do país, ao mesmo tempo em que evita a queda real da receita da União proveniente da arrecadação aduaneira.

#### Item 14:

Vale notar que mais grave que a elevação do nível médio geral dos preços em si, é a elevação *desigual* dos preços, pois é essa desigualdade que gera distorções e injustiças na economia nacional. A remoção dessas distorções nas relações entre os preços individuais na economia é de fundamental importância, e deve ser realizada, ainda que isso signifique levar avante, um pouco mais, a elevação geral de preços. Em verdade, não teria sentido o esforço governamental de estabilização se objetivasse congelar os preços aos níveis vigentes no início do programa, mantendo as distorções

existentes. Assim, se os níveis dos salários "em termos reais", se haviam reduzido drasticamente pela elevação ocorrida nos preços, havia que admitir a restauração do seu poder aquisitivo. Se as taxas cambiais se haviam reduzido "em termos reais", cumpria restabelecer o nível de remuneração adequada das exportações e eliminar estímulos artificiais às importações. Se as tarifas dos serviços públicos havia sofrido o mesmo processo de desgaste real dos valores nominais fixos, era preciso reajustá-las para evitar o colapso total desses serviços.

Há que distinguir, pois, aquela inflação que prossegue cumulativamente em decorrência de desregramentos financeiros que, exacerbando a procura nos mercados, elevam os preços de forma desigual e distorsiva, e certos reajustamentos necessários, de imedia-

to, à remoção de distorções geradas por esse tipo de inflação.

#### Questão 12:

Qual o valor real do dólar-importação, antes e depois da referida Instrução, computando-se nesse valor:

- a) as taxas de câmbio de 535 e 620;
- b) os juros vigorantes no mercado creditício para o recolhimento de 80% em 150 dias e 240 dias;
- c) deságio das letras do Tesouro oferecidas como alternativa para o recolhimento de 60% em lugar de 80%;
- d) os juros presumíveis para depósito, no Banco do Brasil, de 100% do valor do câmbio.

#### Resposta sugerida:

As variações das taxas e dos juros de que tratam os itens b, c e d, deste quesito, não permitem resposta precisa. Em caráter informativo, anexamos um demonstrativo dos cálculos que fizemos.

(\*) A obrigatoriedade do depósito de câmbio se limita a 10% do fechamento, no caso de bancos particulares. No entanto, por dificuldade de encaixe, alguns bancos autorizados vêm exigindo 100%. Neste caso, na ausência de sobretaxas, se igualam as taxas do Banco do Brasil e dos demais bancos.

Daniel Krieger. — 18.



*Votação; em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961, de autoria do Senhor Gilberto Marinho e outros Srs. Senadores, que modifica o § 1º do art. 191 da Constituição (aposentadoria aos 30 anos de serviço), tendo parecer favorável, sob nº 354, de 1961 da Comissão Especial.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Este projeto, de iniciativa do Senhor Senador Gilberto Marinho, acha-se no primeiro turno da sua primeira tramitação no Senado.

A primeira discussão foi encerrada em 6 de junho do ano passado.

Figurou a matéria, para votação, nas sessões de 13, 15, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 27, 28 de junho, 2 de julho do mesmo ano, sem que fosse possível submetê-lo à deliberação do Plenário, por falta do quórum qualificado que o art. 367 do Regimento Interno exige.

Na sessão de 4 de julho foi retirado da Ordem do Dia a requerimento do Sr. Senador Cláudio Mondim, para re-impressão de autos.

Dai por diante, com a aproximação do pleito de 7 de outubro, não houve mais condições de número que permitissem a votação do projeto nessa natureza.

Depois, sobrevieram os trabalhos de elaboração orçamentária e o final da sessão legislativa de 1962 dificultou a apreciação da matéria.

Vem ela agora ao Plenário para a sua primeira votação, que terá que ser feita pelo processo nominal, sendo lido o encaminhamento; pelo prazo de 15 minutos (Pausa).

De acordo com a ordem de inserção para encaminhamento da votação, concedo a palavra ao Ilustre Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

*(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quis o destino e eu autor como Deputado Federal de uma proposição idêntica que vai ser votada neste instante, aqui esteja como Senador para apoiá-la entusiasticamente.*

Na outra Casa do Congresso foi constituída uma Comissão Especial para dar parecer à minha Emenda, parecer também favorável, de autoria do Ilustre Deputado Floriano Paixão, aguardando o Projeto somente a inclusão na Ordem do Dia.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou praticamente numa posição de autor, porque se o Senado da República entender como espero e depreco, de aprovar a proposição, a da Câmara dos Deputados terá, praticamente, sua tramitação terminada, embora seja verdade que estendi o benefício da aposentadoria aos trinta anos, não apenas aos servidores da União, como também aos funcionários autárquicos e aos trabalhadores das sociedades de economia mista das quais o Governo ossuía a maioria das ações.

Por isso, Sr. Presidente, aposentadoria aos trinta anos? Por que o legislador volta às suas vistas para o servidor da União, encurtando o prazo da aposentadoria que a nossa Carta Magna fixou em trinta e cinco anos? Porque esta lei merece o apoio e o aplauso, não apenas das partes interessadas, mas também daqueles que, longe do debate, sabem que ela visa corrigir uma anomalia inqualificável e imperdoável no texto do Estatuto máximo que rege a nacionalidade.

Os funcionários da União, só após trinta e cinco anos de ininterrupto labor, podem apresentar sua petição ao Governo requerendo aquilo que não deveria ser prêmio, antes um direito, eles que trabalham pelo País, sem as vantagens de outros grupos de servidores, e aqui cabe prestar, ao Ilustre Senador Gilberto Marinho, um prelo de louvação por sua independência e seu coragem. É que S. Exa. sendo militar, atende aos funcionários civis da União, ciente da desigualdade gritante entre os militares e os funcionários civis da União, no que concerne à aposentadoria.

Aos trinta e cinco anos de serviço, militar requer da reforma, vai para casa, tem a promoção no posto imediato e mais uma série de benefícios. Isto não discute. A injustiça, entretanto, é que se o militar, de igual ao funcionário civil, porque o militar não tem a milícia a contagem de instantes, em que ele ingressa nas escolas militares, de guerra, da Marinha ou da Aeronáutica, ou mesmo, nas escolas preparatórias.

O que se vê — e me permito citar o exemplo — é a insuspeita, como é o caso do Senador Gilberto Marinho, de virtudes cor-de-rosa, em pleno vigor da idade, que ainda poderiam prestar serviços ainda, mas que, pelo Estatuto particular da reforma, ou seja, da aposentadoria que eles têm lá, denominada reforma, vão cedo para casa e podem prestar à Nação, à indústria ou uma atividade privada ou concurso de suas atividades quando o País desde o instante em que se matriculou numa dessas escolas de guerra, lhe pagou o soldo, como aluno, lhe deu casa, comida, roupa lavada, além de autoridade e prestígio. E lhe deu, além disso tudo, uma situação — que existe e talvez venha a ser corrigida agora — de profunda desigualdade entre aqueles brasileiros que, pelos próprios termos da Constituição, têm direito ao mesmo tratamento, porque todos são iguais perante a Lei.

Aqui se vê, pois, a emenda que dá aposentadoria aos trinta anos de serviço aos funcionários públicos, de maneira geral. Minha emenda, apresentada na Câmara dos Deputados quando eu fazia parte daquela Casa, é um pouco mais ampla. Não posso emendar neste instante, a proposição que ora apreciamos porque o Regimento não o permite; mas era minha intenção dar aposentadoria também aos funcionários autárquicos e aos trabalhadores das sociedades de economia mista. Isso posso declarar corajosamente, não com o intuito de agradar à laboriosa classe dos funcionários públicos do País, pois esta não é época de eleições. É bom que assim não seja, porque cada um manifestará seu ponto de vista de acordo com os sentimentos de justiça que, espero, norteiam o voto de todos os Srs. Senadores.

Avesso à demagogia, entendo que a realidade é esta: ou se dá aposentadoria aos trinta anos aos funcionários da União e, portanto, aos funcionários do Legislativo e do Judiciário, que aí estão incluídos, ou então, nós mesmos, embora tenhamos oportunidade de corrigir injustiças, vamos agravar a desigualdade existente. Eu iria além, estabelecendo para a mulher que trabalha para a União, para as autarquias e para as sociedades de economia mista a aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço.

Por que, Srs. Senadores? sem querer praticar liberalidades à custa do erário, porque basta consultar as estatísticas do Ministério da Saúde, da ONU e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para se ter à frente dos olhos a curva de vida do brasileiro.

Todos sabem que se ingressa no funcionalismo por concurso ou, então, pela via às vezes fácil do prestígio político. Mas nunca se ingressa muito jovem: é sempre depois de uma idade em que o cidadão já tem responsabilidade a cumprir. Depois de trinta e cinco anos, quando a curva da vida média do brasileiro, ainda não atingiu os cinquenta anos — agora começa a melhorar mas ainda não é de cinquenta anos — como deixar de dar ao servidor civil aquilo que já se deu ao militar? Não se toca, não se pensa em tocar de maneira nenhuma, e eu também não discuto e desejo que se mantenha, porque não quero lutas de classes. Não quero que o civil seja distinguido do militar, no seu serviço à Nação; quero, apenas sublinhar a desigualdade que nós mesmos legisladores, o Governo e a Constituição estabelecemos entre as duas classes que prestam serviços ao País.

Ouvir dizer que eminentes Senadores têm ponto de vista contrário a esta Emenda. Tenho que respeitar. São dos melhores elementos desta Casa e do Brasil que se manifestam contra. Respeito, sim, mas não posso deixar de apelar para esses dignos e eminentes colegas, no sentido de que revejam suas posições, numa hora em que se tem a oportunidade feliz, mais adequada, mais própria e mais específica de pôr termo a essa gritante desigualdade para com o funcionalismo civil da União. Abalanço-me a este pedido, simplesmente esdrilhado no sentimento de justiça que há de presidir à deliberação que que este Plenário daqui a pouco irá tomar.

Sr. Presidente, se, de certo modo, o Senado mais uma vez toma a dianteira na grande decisão legislativa como fez recentemente, quando jogou por terra aquele anacronismo, aquele apêndice que já nasceu infectado, aquele parlamentarismo esdrúxulo que, por iniciativa do Senado, foi abolido da nossa Constituição, agora é oportunidade, também — e falo insuspeitamente, por ter sido, como disse no início do encaminhamento desta votação, autor de emenda idêntica na Câmara dos Deputados — de o Senador corrigir a injustiça ou melhor, de atenuá-la, porque não vai atender ainda, todos os males. Não concederá um favor, um prêmio, mas reconhecerá um direito, direito que ainda não será totalmente atendido, porque para ser direito completo deverá o funcionalismo civil ter o mesmo direito do funcionalismo militar. Este, desde o instante da matrícula na Escola conta o tempo de serviço enquanto que para o funcionalismo civil da União não se conta tempo de escola, não se conta tempo de faculdades de direito, de engenharia e de medicina. Aquêles profissionais que exercem funções nos Estados, muitas das vezes conseguindo diplomas à custa de enormes dificuldades. A injustiça, entretanto, prevalece e até agora não pôde ser corrigida. Vislumbro a oportunidade, Sr. Presidente, neste instante e com uma coincidência muito feliz, de ter sido o primeiro orador a encaminhar esta proposição. Cabe-me a mim, que na outra Casa do Congresso tão apaixonadamente debati o assunto, agora investido na função de Senador da República, apelar para meus pares, no sentido de que dêem o apoio a essa justa, humana e digna proposição, que irá corrigir as injustiças que ainda estão consignadas em nossa Carta Magna, mas já estão em tempo de serem extirpadas para possibilitar o funcionamento pleno do dispositivo constitucional que considera todos iguais perante a lei.

Com esta espécie de radar que me permite sentir quando o tempo está esgotado, antes que V. Exa. me advirta quero dizer na certeza, de que este pensamento, não é só meu, mas representa o denominador comum en-

tre todos que desejam no dia de hoje, não homenagear o funcionalismo da União — não se trata disso, não se trata de dar prêmio — mas reconhecer que ele tem sido injustiçado; quero dizer que a oportunidade de atenuarmos essa injustiça é a que nos oferece o projeto de emenda à Constituição nº 3, de feliz e aplaudida a iniciativa do prezado colega Senador Gilberto Marinho.

Aqui ficarei até o fim para assistir à consagração desta ideia, uma conquista de há muito retardada mas que terá a vitória pela compreensão de todos os Srs. Senadores. (Muito bem).

#### O SR. JOÃO AGUIPINO:

*(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com uma vivência de mais de 17 anos no Parlamento, habitude-me a verificar como eu próprio me delibero a votar e como, de um modo geral, o deputado ou senador se decide a apoiar ou a combater qualquer proposição.*

Todos somos sensíveis aos pedidos de amigos; todos somos sensíveis aos nossos próprios interesses; todos somos sensíveis aos interesses de nossos correligionários; e todos nós somos impulsionados pelo interesse partidário.

Na vida parlamentar os deputados e senadores se decidem, geralmente, através da leitura dos pareceres técnicos das Comissões que opinam sobre as matérias, ou através da opinião de seus líderes em qualquer das Casas do Congresso. Cada um de nós, ao se decidir a votar, quando não tenha a parcela direta da responsabilidade na proposição, se limita a seguir a opinião de um outro, companheiro; via de regra o líder que a Comissão técnica, certo, de que a sua responsabilidade está ressalvada e que se erro houver caberá a culpa a quem, tendo obrigação de estudar a proposição, não o fez bem. É fora de dúvida que, a despeito dos erros sucessivos do Congresso na votação de proposições, cada um de nós, em cada membro do Senado, existe parcela menor ou maior de espírito público. É fora de dúvida que muitas vezes que nos arrebatamos, por inteiro, das amizades pessoais, dos parentescos, dos interesses partidários, dos pedidos de correligionários, para nos atermos, só e só, ao interesse público, à Pátria.

Este projeto é um dos que exigem a quebra de todas as amarras que nos possam prender aos partidos aos amigos, aos parentes, ou correligionários. Não quero fazer apelo ao espírito público do Senado sem lhe dar os elementos de minha convicção de que a aprovação dessa emenda pode representar a queda do arcabouço financeiro de um País já a esta altura bastante combalido.

Vejamos, Sr. Presidente, a despesa da União em relação ao pessoal civil, ativo e inativo. Em 1954, a despesa com os inativos atingia dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros, em números redondos, e com os ativos, sete bilhões de cruzeiros, o que significava dizer que a União pagava a inativos 38,3% do que pagava a ativos. Em 1955, a despesa de inativos foi de três bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros, e a dos ativos, nove bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros, representando um percentual de 37%. Mas, em 1956, sobreveio a lei que equiparou os proventos dos inativos aos vencimentos dos ativos, e a partir de 1956 a situação se alterou profundamente, sendo a União compelida a uma despesa maior com o pessoal civil. Nessa ano de 1956 a despesa de inativos subiu a quatro bilhões e trezentos milhões de cruzeiros e a de ativos a sete bilhões, repre-



sentando a despesa dos inativos, relativamente a dos ativos, 61,3%. Passou-se de 37% dos anos anteriores a 31%.

Em 1957 a despesa foi de 56,7%; em 1959, 66,2%; em 1960, 60,6%; em 1961, 78,2%. Em 1962, por força das nomeações eleitorais que se fizeram, a percentagem reduziu para 51,5%. Foram muitas as nomeações de funcionários para a atividade.

Sr. Presidente, gostaria de indagar da Comissão Especial que estudou projeto sobre esta Emenda, qual a preocupação financeira, quanto representa de despesa para a União, o rendimento de aposentadoria compulsória de cinco anos?

Quais funcionários, aprovada a Emenda consultacional, pedirão aposentadoria imediatamente? Quanto isto importa em recursos a serem retirados da despesa ou da receita?

O Sr. Duarte Mariz — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Pois não.

O Sr. Duarte Mariz — Queria apenas pôr em esclarecimento. Parece que V. Ex.<sup>a</sup> falou em compulsória, quando desejaria dizer aposentadoria voluntária.

O SR. JOÃO AGRIPINO — E' voluntária, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão; perdoo-me.

A Comissão Especial não tem a melhor estatística, o menor dado, o melhor elemento de informação a esse respeito. E' como se estivéssemos votando uma brincadeira, um favor a conceder. E como é favor a conceder-se, não se procura saber sequer se há recursos, se o Tesouro está em condições de pagar, se não se agravará ainda mais o descalabro financeiro que preside a situação atual do País.

O Sr. Vasconcelos Tórrès — E' relativamente ao caso dos militares, que diz V. Ex.<sup>a</sup>?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Digo simplesmente isto, nobre colega: Vossa Excelência apontou o Senador Gilberto Marinho como General jovem, capaz de prestar ainda relevantes serviços à União, e não direi, reforma do mas na reserva. Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Isso é um mal que existe na Constituição brasileira, mal apontado muito bem por V. Ex.<sup>a</sup> que, em vez de propor-lhe a correção, propõe que se agrave o mal, que seja ampliado. O que V. Ex.<sup>a</sup> dá é um testemunho da incapacidade do Congresso brasileiro de corrigir os males.

O Sr. Vasconcelos Tórrès — O que quero é fazer justiça.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Assim se deixa uma parcela de jovens, transferidos para a reserva, servindo em companhias de navegação aérea, em companhias privadas, ganhando pela União para não trabalhar, e ganhando pelas companhias para trabalhar.

O Sr. Vasconcelos Tórrès — Quero que se faça justiça. Que V. Ex.<sup>a</sup> esteja, então, uma igualdade, um nivelamento.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Aceito a igualdade, se V. Ex.<sup>a</sup> propuser que se suprimam os privilégios, mas nunca que se igualem privilégios pela incapacidade de suprimi-los.

O Sr. Vasconcelos Tórrès — Mas, não se cometa injustiça.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Nobre Senador, sou daqueles que têm coragem de desagradar para servir melhor.

O Sr. Vasconcelos Tórrès — Respeito a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>. Mas há Estados da União que concedem esse favor não digo, mas esse direito.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Cite V. Ex.<sup>a</sup> esses Estados.

O Sr. Vasconcelos Tórrès — Entre outros, o Estado de Mato Grosso e do Amazonas.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Que importa que o Estado de Mato Grosso e o Estado do Amazonas concedam aposentadoria aos trinta anos, se não pagam sequer a seus funcionários, se estão atrasados dez e até dezoito meses no pagamento, se vivem de chapéu na mão os Governadores, implorando do Presidente da República letras do Tesouro, empréstimo de toda ordem, para pagar o funcionalismo?

O Sr. Vasconcelos Tórrès — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Senador Vasconcelos Tórrès que o Regimento Interno não permite apartes em encaminhamento de votação.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Que adianta oenemerência dessa ordem,

#### Despesas com Pessoal Civil, Militar, Inativos e Pensionistas

	Cr\$	Cr\$
Pessoal Civil .....	74.303.310.944,60	
Pessoal Militar .....	57.733.610.549,30	
Inativos .....	38.230.681.052,70	
Pensionistas .....	8.620.268.641,50	
Subtotal .....	178.917.771.188,10	
Custeio das despesas de Pessoal e de administração geral e das insuficiências financeiras, etc. ....	25.000.000.000,00	
Cobertura do 13º Salário a Previdência Social .....	1.000.000.000,00	
Rede Ferroviária Federal (Leis 3.115, 3.780 e 3.826) ..	36.466.800.000,00	
Comissão de Marinha Mercante: .....		
49.752.967,00		
225.000.000,00		
500.000.000,00		
167.425.312,20		942.178.279,20
Companhia Nacional de Navegação Costeira .....	259.785.358,00	
Linha Brasileira .....	285.332.569,90	
Servi. Nav. Baía Prata .....	127.671.949,40	
Servi. Nva. Amaz. e P. Pará .....	799.833.690,60	
Administração do Porto do Rio de Janeiro: .....		
283.450.000,00		
1.289.000.000,00		
400.000.000,00		
450.000.000,00		
560.000.000,00		2.932.450.000,00
Subtotal .....	67.863.051.947,10	
Gerai .....	246.780.823.035,20	

Total da despesa do pessoal da União, 246 bilhões! E — note-se — não está computado o pessoal das autarquias, não está computado o pessoal das Sociedades de Economia Mista nem o pessoal das Universidades que recebem por auxílios e subvenções.

Computado tudo isto, a despesa da União com pessoal ativo e inativo, civil e militar, em 1962, foi de 342 bilhões e 620 milhões de cruzeiros para uma receita de 497 bilhões.

Ora, 342 bilhões e 620 milhões de cruzeiros para uma Receita de 497 bilhões! Vê V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente, em que ponto está a despesa da União com o pessoal.

Senhor Presidente, a Receita da União em 1962 — já o disse — foi de 497 bilhões e 800 milhões de cruzeiros; a Despesa, de 344 bilhões. Houve um desequilíbrio orçamentário de 350 bilhões.

Para esse desequilíbrio orçamentário, o Governo procura recursos de toda forma — e não os tem — pois já não tem como aumentar os impostos; e recorre a empréstimos compulsórios, para não pagar. Não tem sido pago um só deles, nem o da Guerra nem o da Petrobrás, nem os últimos sobre a renda. E se recorre a empréstimos compulsórios é porque não tem coragem de aumentar impostos, que já considera excessivos. Todos sabemos que qualquer popula-

que adianta o Congresso mandar conceder aposentadoria aos trinta anos, se os Institutos de Previdência não pagam uma só aposentadoria? Estão aí aos milhares os pedidos de aposentadoria aos Institutos de Previdência, e eles não têm condições financeiras dos Institutos? Que adianta ao trabalhador aposentar-se aos trinta anos, se não recebe dos Institutos? Seria melhor trabalhar até os trinta e cinco anos. São crises bancárias que não quero, e não tenho medo de desgastar político por negá-las.

O Sr. Vasconcelos Tórrès — Como V. Ex.<sup>a</sup> também disso não tenho medo. Apenas quero fazer justiça.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Vejamos, Senhor Presidente, a situação do País em relação ao pessoal civil e militar.

e a toda ordem de instituições, de proteção à infância, por que o Governo não está presente na Câmara, na hora em que se vota um projeto desta ordem, cuja reparação financeira pode ser muito mais rápida e danosa do que abrir as portas e rebanhar esse Plano de Previdência para pagar as subvenções aos hospitais, colégios, aos hospitais de saúde, às maternidades, aos...

Por que, Senhor Presidente, a primeira que se cava aqui sobre o projeto é precisamente a da Previdência da Mineria? Por que não se apresenta o Ministro da Fazenda, Senhor San Tiago Dantas, que, a respeito de seu estado de saúde, não cansa, e, ainda ontem, praticava esportes e horas, na Comissão Especial de Estudo do Funcionalismo Público da União? Por que S. Ex.<sup>a</sup> não mandou fazer os cálculos?

O SR. PRESIDENTE (Fala de ouvir as câmaras) — Lanço por que informar V. Ex.<sup>a</sup> de que o tempo de que dispunha está esgotado.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Senhor Presidente, sou dos que mais respeitam o Regimento. Até porque que pretendo fazer as vezes de Líder do Governo, porque, em verdade, gostaria, como ambição maior da minha vida, poder ser líder do Brasil que o interesse do meu País coincida com o que eu entendo devesse ser o interesse do Governo. Por isso, consulto a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente, não querendo infringir o Regimento nem as Instruções da Mesa, se, de agora em diante, posso falar como Líder da Minoria, nos termos precisos do Regimento.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex.<sup>a</sup> falou, até agora, como Senador. Vossa Excelência exerce, no Senado, a função de Líder da Minoria. Nesta qualidade, V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito de falar por mais 20 minutos.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Dizia eu, Senhor Presidente, que não posso entender que o Ministro da Fazenda e que o Ministro Planejamento ou Ministro sem Pasta e Doutor Celso Furtado, autor do Plano Trienal, não estejam presentes no Senado, com elementos de esclarecimento para demonstrar que a aprovação deste projeto é muito mais danosa do que se aumentar de quarenta para setenta por cento, ou de setenta para oitenta por cento os vencimentos do funcionalismo público.

Que adianta, Sr. Presidente, estarmos todos no interesse, no empenho de salvar a situação calamitosa do Tesouro Nacional se as comportas, aqui e acolá, são abertas, precisamente aquelas não previstas ou não previsíveis, e justamente num assunto desta ordem em que, uma vez aprovada a emenda na Câmara e no Senado, ela se transforma em Lei, em Lei Magna independente da vontade do Chefe do Executivo? Fosse uma lei em que votássemos erradamente, ainda poderia haver o remédio da correção do voto e o reexame do Congresso para aprová-lo ou rejeitá-lo, conforme considerasse erro ou não.

Sr. Presidente, se o Plano Trienal é o apêrito em determinadas torções e o afastamento total noutros, então, este Plano é uma pilhéria; não pode ser levado a sério e muito menos levados a sério podem ser os Ministros que o engendraram e o Governo que pretende executá-lo.

Sr. Presidente, a tarefa que estou exercendo nesta hora é tarefa do Governo. O Líder da Maioria é que devia estar fazendo o discurso que faço; devia ser a Maioria empenhada, apelando para o espírito público da Minoria, da Oposição, para que não se aumentassem os encargos já por demais pesados do Erário.

O Brasil é o único País do mundo que convida o funcionário à inatividade. Até há um ano, a Lei brasileira, diariamente, convidava o civil e o militar a se transformarem em inativos, porque lhes dava aumento e até maior remuneração, maior vencimento, maior provento do que se estivessem na ativa; pagava-lhes mais para não trabalhar do que para trabalhar.

Foi no projeto de aumento de vencimentos, hoje Lei, que, como relator, introduzi um dispositivo, concedendo a mesma vantagem que já se dava para a inatividade, ao funcionário que permanecesse na atividade, podendo ir para a inatividade. Parece um país rico, próspero, feliz, quando é um país miserável, que começou a aumentar vencimentos de funcionalismo de quatro em quatro anos, depois, de dois em dois anos, depois, com um ano e, agora, com menos de um. Se continua essa inflação galopante, mal sairá daqui um projeto de lei votado, concedendo aumento, já estará entrando na Câmara mensagem pedindo novo aumento. Será isto benefício que se conceda ao funcionalismo civil da União, ou é apenas uma forma ilusória de se atender as tais justas reivindicações?

O melhor que o Governo poderia fazer pelo funcionalismo, como por todas as classes trabalhadoras, seria conter a inflação, sendo duro e aprendendo a negar. É certo que se impossibilitaria nos primeiros tempos, mas não é menos certo que se consagraria como um grande administrador logo depois.

Sr. Presidente, há um outro aspecto para o qual desejo pedir a atenção da Casa. Não sei se sabem os Srs. Senadores que da receita de 497 bilhões de cruzeiros, de 1962, não houve um centavo sequer para inversão de capital, para obras. A receita pública da União está inteiramente absorvida pelas despesas de pessoal, pelas despesas de administração que compreendem material de expediente, material permanente ou coisa semelhante, contratos, transcrição, mais isso, e pelas despesas vinculadas, obrigatórias, que são os Fundos da Marinha Mercante, da Aeronáutica e outros. Não sobra um centavo, um centavo, para qualquer investimento de qualquer tipo.

Se quisermos desenvolver ou não parar a marcha de desenvolvimento econômico do Brasil, temos que recorrer a empréstimos, a outras fontes de receita, empréstimos internos ou externos ou, então, temos que emitir.

Aíás, Sr. Presidente, se a situação do País é esta, com que direito o legislador se atribui a si a benemerência de fazer concessão que agrava ainda mais esta situação?

Todos, temos em cada um de nós uma grande parcela de responsabilidade e uma grande parcela de irresponsabilidade. Qualquer um de nós entra por aquela porta, numa hora de votação, e se dirige a qualquer dos companheiros que lhe inspire maior confiança, pergunta o que se vota e como se vota. Esta é a nossa parcela de responsabilidade. Nos órgãos coletivos do Legislativo. Esta é a nossa parcela de responsabilidade. Nos órgãos coletivos do Legislativo do mundo inteiro, cada um de seus membros tem uma responsabilidade que é apenas uma parcela da responsabilidade total. E por ser apenas parcela mínima, porque cada um dos nossos votos vale um sessenta e seis avos, não entendemos que a responsabilidade de um erro, de um desacerto, não é somente nossa, ou não é somente minha, é da maioria que votou com o mesmo pensamento meu.

Mas, Sr. Presidente, quando se trata de uma coisa de maior relevância é necessário que cada um se capacite de sua própria responsabilidade que vota por si próprio, desligado de com-

promissos, para ter apenas um só compromisso: — o da preservação do regime em que vivemos.

Ninguém tem a menor ilusão: se o Congresso de um país mais organizado — com os Estados Unidos da América do Norte ou a Inglaterra — começasse a desandar, a sacrificar a situação do próprio país na Inglaterra, seria simplesmente dissolvido por força do regime parlamentar, e na América do Norte, que se tem como uma democracia enraizada, dificilmente a opinião pública deixaria de apupá-lo ou fechá-lo antes que sacrificasse sua própria pátria. Pois no Brasil, país que vive em crises repetidas, em ameaças constantes de fechamento do Congresso de revoluções e golpes, temos que preservá-lo e temos que legislar precisamente procurando nos policiarmos a nós mesmos para evitar que a opinião pública tenha motivos de nos apontar como responsáveis pela situação a que tenhamos chegado.

E não tenho dúvida: Sr. Presidente de que os interessados e beneficiados pelos nossos erros — os funcionários militares pela "Lei da Praia", Lei Comunista e outras mais, são os primeiros a nos apontar como indignos de legislar pelas facilidades concedidas. O interesse só importa na hora de ser satisfeito, mas depois a opinião pública se levanta e os próprios interessados com ela fazem coro, apontando-nos como irresponsáveis.

Recordo-me de que, quando debatíamos e votávamos o aumento do funcionalismo pela última vez, houve uma emenda que retirava os vinte por cento ou a promoção que se dá ao civil ao se transferir para a inatividade, e também retirava ao militar o direito de se transferir para a reserva com maior provento do que percebia na ativa. Os elementos que recebi dos Ministérios Militares e dos Ministérios civis foram no sentido de que seria imprevisível o número de pedidos de transferência de militares para a reserva e o número de pedidos de aposentadoria de civis, por força da aprovação daquela emenda. Isso porque, todos aqueles que tinham tempo para a aposentadoria ou para a transferência para a reserva, se imediato a requerer, com o objetivo de não serem atingidos por aquela emenda, se transformada em dispositivo de lei.

Pois bem perguntaria ao Senado: não vale, em relação a esta emenda, o mesmo argumento? Quantos civis poderão pedir aposentadoria amanhã ou no momento em que esta emenda passar a ser dispositivo constitucional? Quantos civis requererão aposentadoria tendo atingido os trinta anos de serviço? Quantos servidores civis existem entre os trinta e os vinte e quatro anos? Fração de serviço e quanto representará essa aposentadoria em nossa despesa para a União, neste ano calamitoso de 1963? Para liquidar a situação, o Tribunal Nacional teria que emitir ou então entrar para balanço, ou atrasar o julgamento do pessoal, como ocorre nos Estados, com exceção de São Paulo que é exceção entre as Unidades da Federação. Todos os Estados que concederam o direito de aposentadoria aos trinta anos, se fossem empresas privadas, teriam ido à falência. Todos — a começar por Minas Gerais — que não têm condições de pagar o seu funcionalismo se não recebem letras do Tesouro ou outros empréstimos do Banco do Brasil.

Por que imitá-los? Por que desastarmos, que a União chegue aquela situação de insolvência?

Sr. Presidente creio que já transmiti aos nobres Senadores os elementos de convicção que me levaram a combater esta Emenda. Agora o problema é de cada um deles, já não é meu. Desincumbi-me de um dever que não era de Líder da Maioria ou de Líder da Oposição, mas era de um

Senador que conhecia o problema e o estudara.

Acertando ou errando, o Senado o terá feito consciente de sua decisão e inteiramente certo de que as responsabilidades, de lá acentuantes podem atingir-nos a todos, quer tenhamos acertado, quer não o tenhamos.

Não pretendi, Sr. Presidente, exortar o espírito público de meus companheiros simplesmente na base de palavras. Procurei transmitir todos os elementos que me levaram a esta atitude, na certeza de que, em cada um deles, existe espírito público que, nesta hora, há de falar muito mais alto do que o interesse de qualquer compromisso assumido com amigos, com correligionários ou com seu próprio Partido.

É indispensável se ouça aqui também a palavra do Governo para que nós possamos orientar, de agora em diante, na votação de outras proposições. Não queremos ser, Sr. Presidente, os únicos a participar das apreensões decorrentes da situação financeira do País, não queremos ser os únicos a defender o Erário, não queremos ser os únicos a fazer o papel desagradável de não conceder.

Queremos colaborar sim, Sr. Presidente patrioticamente com o Governo em tudo, aquilo que nos parecer certo para retirar o Brasil da situação catastrófica em que se encontra. Mas se verificarmos que não encontramos a solidariedade do Governo sabermos que são falsos seus propósitos, mentirosas suas afirmações e já não nos incomodaremos de que tudo soçobre ainda que, na enchente, possamos ir também.

O Governo não pode esperar contar com o nosso patriotismo, se falta nele ou em seus homens patriotismo igual. Ou todos tomamos uma atitude de sacrifício para retirar este País das garras da inflação, ou então que todos afrouxemos o barco e o deixemos navegar nas vagas do favoritismo político, do empregulismo desenfreado, de nossa responsabilidade, pleiteado por nós, porque então não haverá apenas um responsável. A responsabilidade será de todos, pela manifestação da nossa incapacidade de governar e, sobretudo, da nossa incapacidade de legislar voltados, como deveria ser sempre, para o mais elevado interesse nacional. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Merinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

#### O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, ouvimos atentamente as palavras de todo condenatórias veementes, do nosso particular amigo, o nobre Senador João Agripino.

S. Ex.<sup>a</sup> pintou-nos um quadro tão tenebroso que quase nos levou a mudar de opinião. Ninguém duvida do patriotismo do Senador pelo Estado da Paraíba. Ninguém duvida das suas convicções democráticas. Mas, quanto ao pessoal civil da União, S. Ex.<sup>a</sup> laborou em profundo erro, em face daqueles dados que o orçamento da República nos fornece.

O Sr. João Agripino — Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que os dados não são do Orçamento, são da Contabilidade Geral da República.

O SR. AURELIO VIANA — Lemos aquilo que aprovamos depois de debates constantes dias e noites a fio, lemos que as despesas totais da União, com o seu funcionalismo civil e militar, despesas de custeio, alcançam a cifra de Cr\$ 186.203.126.307,00 e as despesas com o pessoal inativo, com os pensionistas, alcançam a cifra de

Cr\$ 55.951.215.000,00. Adicionando-se as parcelas, temos uma soma — para pagamento do pessoal ativo e inativo da União — de Cr\$ 242.164.341.307,00; verificamos que não alcança 20% das despesas totais da União para 1962.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu também gosto de basear os meus argumentos em dados estatísticos, frios, embora cortantes. Sou daqueles, como o Senador João Agripino que votam depois de analisar as proposições incluídas na Ordem do Dia. Torno-me, muitas vezes, enfadonho; eu mesmo me enfado comigo mesmo, porque gosto de ser consciente. Não é de hoje que luto pela aposentadoria aos 30 anos de serviço para o funcionalismo civil da União, mas não me deixo levar pelos argumentos, de que existem discriminações. São importantes, porém secundárias. Não me baseio em Constituições estaduais que concedem aos servidores civis aposentadoria aos 30 anos de serviço. Baseio-me na realidade nacional, baseio-me mesmo em dados que comprovam o que vou ler.

Nestes 9 meses de 1962, pagamentos aos inativos civis Cr\$ 20.167.974.000,00. Estou contra-argumentando; também apresentando cifras e dados fornecidos pelo Governo da União no projeto que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civil e militar.

Despesa com pensionistas, Cr\$ 6.349.464.000,00.

Esta é uma casa de debates. Nós podemos mudar a nossa opinião se nos ouvirmos uns aos outros. Ouço os argumentos, e depois respondo com outros argumentos. Sem usarmos os princípios dialéticos de Hegel, na verdade esta deverá ser uma casa em que a cada tese se contrapusesse uma antítese, para que houvesse uma síntese. Muitas vezes há as teses e quem as defende, sai. Então, a antítese é apresentada; mas não pode haver uma síntese, que seria a resultante do debate.

Senhores Senadores, então pagou a União aos seus pensionistas civis, seis bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros. Inativos militares — notem bem. Senhores Senadores — Cr\$ 19.042.510.000,00; quase a mesma importância que se despendeu com os inativos civis. Pensionistas militares, Cr\$ 2.227.065.000,00.

Uma análise perfunctória do que foi dito e apresentado, nos leva à seguinte conclusão: cresce o número de pensionistas, herdeiros dos inativos civis, uma proporção alarmante, donde se conclui que morrem cedo os funcionários da União, porque, para vinte bilhões pagos aos inativos, temos mais de seis bilhões de cruzeiros, aos pensionistas.

Isto tem um significado importante: morre cedo aquele que trabalha para o serviço público da nossa Pátria. Já não me louvo naquelas estatísticas de que a vida média do brasileiro é de 47 anos para o homem e de 49 anos para a mulher; já não me louvo naquela outra estatística de que a vida média do nordestino, em certas regiões, não vai aos trinta anos de idade. Vou a esses outros dados que comprovam a saciedade, pelas cifras que os próprios relatores oficiais apresentam, que vão crescendo e crescendo e crescendo as despesas com os pensionistas civis, enquanto o crescimento com os ativos é aquele que já apresentei.

Já não faço comparações entre as vantagens dos militares e dos civis; já foram feitas. Não as faço porque seria ocioso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, convém ainda apresentarmos um argumento. A maior parte dos inativos, dos pensionistas, não representa um peso morto para a Nação brasileira. Todos nós sabemos que dificilmente um funcionário civil ultrapassa os ses-

enta anos de idade. Li um trabalho que me colocou preocupado. Então se nós o aposentássemos aos cinquenta — aos cinquenta para argumentar — teria ele no máximo a grosso modo, mais dez anos, quando iria receber, pelos trinta anos de serviços prestados, essas vantagens, se vantagens são, que os inativos recebem. Com trinta ou com trinta e cinco anos a verdade é uma só: como inativo, teria muito pouco tempo para gozar daquilo que é apresentado como uma grande vantagem.

Sr. Presidente, se está chegando o término do meu tempo, pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, como Líder de Bloco...

O SR. PRESIDENTE — O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está terminado.

O SR. AURELIO VIANA — Estava eu, pois também tenho bom radar, solicitando, como Líder do Bloco, os vinte minutos que foram concedidos ao Líder do outro Bloco o nobre Sr. senador João Agripino.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex.<sup>a</sup>, tal como o Sr. Senador João Agripino, falou até agora como Senador, e quer falar daqui por diante como Líder de Bloco.

O SR. AURELIO VIANA — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de mais vinte minutos.

O SR. AURELIO VIANA — Muito obrigado, Sr. Presidente. Logo, sim; e os pensionistas continuariam, e o seu número iria crescendo, porque, morram aos cinquenta ou aos cinquenta e cinco anos, trinta e cinco, ou trinta, ou menos, o número de pensionistas será cada vez maior.

Quanto ao funcionalismo civil da União, as despesas viáveis, — dados fornecidos pelo Governo da União, pelos seus órgãos técnicos, — em nove meses alcançaram os Cr\$ 94.084.515.342,00. Logo, os dados do Orçamento estão praticamente certos, não há nenhuma discrepância, porquanto nós calculamos que as despesas com o Funcionalismo Civil da União, os ativos, alcançariam, nos 12 meses de 1962, Cr\$ 99.819.918.307,00 e estamos em Cr\$ 84.515.000.000,00.

Calculamos, também, que com inativos civis e militares e pensionistas civis e militares gastaríamos 55 bilhões e 900 e tantos milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizem que palavras não mudam votos. Foi um célebre político brasileiro que assim se pronunciou, não me lembro mais quem. Mudem ou não mudem votos, nós estamos aqui para discutir e debater, é a função do Parlamentar, e a palavra diz muito bem o que significa isto.

Come dizia Goethe àquela época, e transfiro suas palavras para hoje, o homem deve manifestar o seu pensamento, as suas convicções não deve temer.

Não temo catilinárias, quando estou com a razão; se concordamos e calculamos para que a União faça despesas desnecessárias, é outra questão, mas não colocamos no nome dos funcionários públicos civis da União, como tábua que iria receber as nossas pancadas todas.

Está se criando uma espécie de dolo, confundindo-se o bom com o mau, o que trabalha com o que não trabalha. Em toda a organização humana é assim; aqui ali e acolá há quem trabalhe e quem não trabalhe.

Mrs. Sr. Presidente, agora me parece — já sei comparar e não gosto de comparações — se beneficiem as leis abolidas e algumas confessem que há tais absurdos, e a Lei da Pátria é uma delas, eu não votarei nenhuma delas, digo que existem essas leis absurdas — porque militares se beneficiam de leis abolidas, votam delas, de votar leis injustas para o funcionalismo civil da União e inativos para o funcionalismo militar? Digno, está escrito, é o traba-

lhador do seu salário. Então, os funcionários têm culpa das leis de nomeações desnecessárias, quando desnecessárias? Tem culpa o funcionário público civil da União quando, como aconteceu há poucos meses, na regência do Governo parlamentar, Ministros, para agradarem ao seu Partido, nomeavam, nomeavam, isto é, indicavam, indicavam, indicavam e assinavam atos que eram levados ao Presidente da República para que, com a sua assinatura, tivessem plena validade? Que tem isto com a aposentadoria aos trinta anos de serviço?

Aqueles que nos contraditam é que deveriam apresentar os dados das despesas futuras...

O Sr. Vasconcelos Torres — Muito bem!

O SR. AURELIO VIANA — ... porque o ônus da prova compete a quem afirma.

O Sr. Vasconcelos Torres — Muito bem!

O SR. AURELIO VIANA — Onde estão as cifras daqueles que dizem estão as cifras daquele que dizem gada se a aposentadoria for concedida aos trinta anos de serviço? E qual a sobrevivência daqueles aposentados depois dos trinta e cinco anos de serviço?

O volume das despesas. Senhores Senadores, não advém do número crescente de aposentados aos trinta e cinco anos de serviço — e isto é importante; advém dos aumentos justos que demos aos inativos. Então, apresentamos despesas tais e tais e tais e afirmamos: Isto advém do número do Funcionalismo Público Civil da União, que está vivendo cada vez mais o índice de vida crescente. Já atinge aos sessenta, aos sessenta e seis anos. Ora, nas nações de vida mais organizada, de equilíbrio econômico e financeiro mais perfeito, a vida média do seu povo não vai além dos sessenta e oito anos. Creio que, na Inglaterra, é de sessenta e quatro; era há pouco tempo, na América de sessenta e dois; na Holanda, de sessenta e cinco. Admitindo que tivéssemos chegado a esse grau, a essas alturas, e que o índice de vida média do funcionalismo fosse sessenta anos, quantos anos mais teriam aqueles aposentados com trinta anos de serviço para gozar dessa aposentadoria, dessa inatividade?

A verdade é que os inativos, em geral, ganham tão pouco em face da alta do custo da vida que, de algum modo continuam trabalhando e trabalhando até o fim de seus dias, fazendo aqueles "biscates" que sempre fazem. Só alguns poucos privilegiados estão livres disso. A maioria dos servidores civis da União trabalha como funcionário e trabalha por fora. Ganha do povo, trabalhando para o povo, e contribui, indistintamente, para o progresso da Nação trabalhando naquelas denominadas horas vagas para completar seus vencimentos e dar uma vida digna à sua família aos seis filhos. Quando pedem aposentadoria, sua satisfação maior decorre da perspectiva de poderem descansar parcialmente. Levavam duas cargas e três e quatro, agora vão levar uma só, até o fim da vida. Naturalmente, em toda regra há exceção mas aqueles que recebem altos proventos de aposentadoria, que lhes permitam viver tranquilos até exvirem, até passarem para a eternidade, são poucos.

Estamos preocupados com a saúde econômico-financeira da Nação! Entretanto certas medidas fundamentais, que provocariam o desenvolvimento deste País ainda não foram tomadas, quer pelo Executivo, quer pelo Legislativo! Falo em tese. Não acuso este, nem aquele, nem aquele outro. A evasão de divisas continua. O contrabando é aberto. São bilhões de cruzeiros perdidos que dariam para pagar muitas vezes a muito maior número de inativos que tivéssemos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, há poucos dias, quando o nobre Senador Gilberto Marinho e outros tentaram transferir, pela opção, funcionários que percebem dos cofres da Nação e servem a outro Estado, houve uma oposição tremenda a essa atitude.

Lemos no Orçamento da União que a Nação brasileira gasta cerca de dezesseite bilhões de cruzeiros com órgãos transferidos da União para um Estado do Brasil. Quero declarar que estou usando deste argumento, não para condenar o legislador quando assim procedeu, mas como um contra-argumento, porque aqueles que acham que a Nação irá à falência se concedermos a aposentadoria ao funcionalismo público civil da União aos trinta anos de serviço, esses mesmos poderiam ter evitado a despesa de cerca de dezesseite bilhões de cruzeiros feitas pela União em benefício de um Estado. Entretanto, votaram por que essa despesa continuasse.

Note-se que é um contra-argumento! Com esses dezesseite bilhões — argumentando pela ponta das ramais — por quantos anos não pagaríamos a esse excesso de inativos que surgiram pela aposentadoria aos trinta anos? Então, por que razão não cortaram, não votaram a favor do Projeto que eliminaria essa despesa pela União? Ora! Por política? Não chego a dizer isto mas quero declarar que não é por política de fundo eleitoral ou eleitoral, e eleitoral, que nós, os defensores da aposentadoria aos trinta anos, assim argumentamos, tanto que nos baseamos em dados.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Informo ao nobre orador que dispõe apenas de dois minutos para concluir sua oração.

O SR. AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, recebo com prazer a comunicação de V. Ex.<sup>a</sup>.

Estou preocupado com a Emenda que, em boa hora, apresentou o nobre Senador Gilberto Marinho. A velha aspiração do funcionalismo será satisfeita hoje? Nós não demos aposentadoria aos trinta anos ao trabalhador brasileiro? Cometemos uma injustiça então? Prejudicamos, propositalmente, a vida econômica da Nação brasileira? Mas nós não demos aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço a tantas outras classes? Mas nós sem comparação, não demos vantagem, neste setor, aos militares, alguns dos quais proclamam que se envergonham porque, muito moços ainda, são transferidos para a reserva remunerada em virtude de leis que eles não pediram? Muitos deles nos acusam, declarando que não pediram essas vantagens. Nós lhes demos muito mais do que desejavam! Então, agora, neste momento, queremos justificar todas aquelas injustiças que cometemos? Se achamos que não é justo dar aposentadoria aos funcionários civis aos trinta anos de serviço, estamos confessando que tudo quanto fizemos até agora foi uma injustiça, uma clamorosa injustiça, e vamos escolher como vítimas os funcionários públicos civis da União para justificar todos os erros que porventura cometemos até hoje?

Então, abrimos uma exceção apenas para esse poder desarmado, que usa como pressão o argumento respeitável e aceito nos sistemas democráticos. Eu me recuso de aceitar isto, mas estou preocupado, confesso que estou.

Há pureza e há pureza, e há muita inquietação e muito inquietação.

Conclusivamente, os dados foram apresentados e as despesas com o funcionalismo público civil da União e as despesas com o funcionalismo público militar da União as despesas totais com inativos pensionistas e ativos, não, chegam a vinte por cento das despesas preconizadas no Orçamento de 1962. Totalizam, 242 bilhões 164 milhões 341 mil e 307 cruzeiros.

Aqueles que contrariam o pensamento contido na emenda que votem por outros motivos, por estes, não. Ninguém os aceita, e às vezes, estou cren-

do que se aqui estivesse, honesto como é, o brilhante Senador pela Paraíba, faria uma revisão de seu pensamento, porque não foi de ma fé que apresentou aqueles argumentos. Aquilo foi bem preparado, mas os argumentos são apresentados pelos dados oficiais e oficiais que acabamos de apresentar.

Srs. Senadores da República, multidões esperam que lhes façamos a justiça que merecem. Felizmente, atitudes com o Congresso Nacional, garantidos quanto ao seu futuro, trabalharão melhor, trabalharão mais, com mais satisfação, e serão, como sempre foram até hoje, um dos sustentáculos, uma das vigas mestras do sistema democrático de governo que nós defendemos, porque lutamos, porque não entendemos vida sem liberdade, embora dentro dos quadros, do que a lei traçou. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Silvestre Péricles.

O SR. SILVESTRE PERICLES:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, para minha ventura — ou desventura — tenho tomado parte, desde a Constituinte, nas questões referentes ao funcionalismo.

Em 1946, juntamente com os honrados Senadores Magalhães Barata e João Arruda, representantes do Ceará, executamos a parte relativa às Forças Armadas. Naquela ocasião não se cogitou de limitar ou determinar o tempo de serviço dos militares, para efeito de reforma, e agora percebemos que era medida muito necessária.

A Comissão de Serviço Público Civil, no entanto, entendeu, em sua alta sabedoria, de determinar o tempo para a aposentadoria dos funcionários públicos civis o que foi um erro.

Não criticarei os Senadores que me antecederam, que me merecem o máximo respeito. Devo, porém, dar minha opinião com franqueza e lealdade. O erro principal vem do passado.

Como já foi dito, temos concedido aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço, o que é uma demasia. Agora, quando chega a vez de fazer justiça — pois justiça é igualdade — porque o funcionalismo público civil, muito numeroso, colabora conosco para a grandeza deste País; quando devemos promover essa igualdade que é facilitativa porque por lei eles não são obrigados a se aposentar aos trinta anos de serviço, encontramos quem nos combata.

Contrariando a lição de Professor Pontes de Miranda — que entendo não deve ser dada aposentadoria aos trinta anos de serviço — vários Estados da Federação a adotam. Então, o Brasil é um País de brincadeira. Os Estados membros dão aposentadoria aos trinta anos de serviço; outros, não, e há, agora, do ponto de vista federal, esta enorme discussão sobre aposentadoria aos trinta anos.

Sr. Presidente sustento meu ponto de vista desde o início. No Título 7 das Forças Armadas, — qualquer pessoa pode verificar — não consta tempo de aposentadoria. Isso está confiado à legislação comum, à lei ordinária. Fica ao critério do Legislativo estabelecer a reserva remunerada dos militares.

Houve, assim, uma impropriedade de linguagem, quando se falou em reforma, porque reforma é o fim. Pondo de lado esta impropriedade de linguagem, quero dizer ao Senado que o parecer que emití recebeu maioria de votos. Formulei-o dentro da unanimidade, da justiça e da igualdade, uma vez que várias Estados da Federação concedem a aposentadoria aos trinta anos de serviço, no entender de Pontes de Miranda contra a Constituição. Além disso, na legislação federal já



concedeu aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço, e até menos.

Por que, então, recusarmos agora, esse direito à grande massa de funcionalismo, ferindo esses cidadãos?

Sr. Presidente, nada na vida como a prática e a experiência. Fui Governante em Alagoas, aliás muito maltratado e criticado. Diziam constantemente, que eu era violento.

Sr. Presidente, o que estabeleci em Alagoas foi o seguinte: havia um determinado número de indivíduos que se consideravam donos do mundo; roubavam, matavam e nada lhes acontecia. Entendi que aquilo não era direito, e estabeleci que quem mata e quem rouba, está sujeito à cadeia.

O Sr. *Aloysio de Carvalho* — Mas isto está no Código Penal.

O SR. SILVESTRE PERICLES — Exato. Mas que se aplique a lei, era o que não se fazia. Levantou-se então uma onda contra mim; quiseram intimidar-me. Mas, Sr. Presidente, não aceito intimidação de ninguém. E assim, passei por violento.

Estabeleci no Estado, uma coisa nova, e um ano depois, a renda estadual havia duplicado. Como? Por uma razão muito simples. No Brasil, como no Estado de Alagoas, há a sonegação dos impostos. Desde que se tomem providências para evitar a sonegação a renda melhora. Infelizmente, no Brasil há a "rapinologia"; existem capitalistas, cidadãos que fazem falcaturas e para eles não existe a justiça nem polícia. Enriquecem rapidamente, enquanto que outros indivíduos que trabalham desde o início da vida como os professores, os intelectuais, militares e civis, homens de bem, morrem pobres. Outros, através de um emprego qualquer, ficam, de repente, ricos; não sei como essa indústria.

Voltando ao caso de Alagoas, Senhor Presidente impedi a sonegação dos impostos e dupliquei a renda do Estado. Não permiti se cometessem mais crimes e a polícia lá estava presente para impedi-los. Desenvolvi o trabalho para o povo, fiz obras, não tomei emprestado um centavo; e o Brasil vive de sacola na mão mendigando. No final da minha administração, deixei o Estado com saldo. Aumentei três vezes os vencimentos do funcionalismo, ainda concedi-lhe abono de Natal, num certo ano. Era aposentadoria, consequentemente, era melhorada. Com tudo isso o Estado não foi à falência. Subiu.

Depois que deixei o Governo, os sábios tomaram conta do Estado e este desapareceu, está anarquizado, individualizado; morre gente a todos os dias, enquanto que eles continuam. E eu continuo não sou pobre, sou até homem rico não de dinheiro, mas de independência.

Essa história de Alagoas onde não sou querido mas onde me sinto feliz. A verdade, Sr. Presidente, é que nunca deixei de estar ao lado dos funcionários públicos do Brasil. Os sonegadores de impostos, os compradores de votos em eleições, esses indivíduos que enriquecem da noite para o dia todos estão vivendo no Brasil, a tapalforra, enquanto que o funcionalismo honesto está na miséria. Isto não está certo.

Estou — repito — firmemente ao lado do funcionalismo federal, estadual e municipal do País. Há funcionários, certo que não são muitos mas eles constituem uma minoria. O funcionalismo brasileiro, em sua grande maioria, é honrado, trabalhador e patriota. O mesmo se pode dizer em relação às classes armadas.

Não será a despesa resultante dessa redução de cinco anos para aposentadoria do funcionalismo que afundará o País. Não é isto, Sr. Presidente. Vemos constantemente no *Diário Oficial* listas e mais lista de nomeações para cargos públicos e o que se verifica em todos os governos, que se evita o emprego, que se cumpre

a Constituição, obedecendo à exigência do concurso, e o Brasil melhorará. Que o governo agarre os sonegadores de impostos, os rapinantes e os meta na cadeia! Para os compradores de votos em época das eleições, também a cadeia. Inquerito em cima deles. O Brasil estará salvo.

Dizia Ruy Barbosa: "A crise brasileira é uma crise moral".

Ouçó falar por aí, todo dia, em economia e finanças. Fui Ministro do Tribunal de Contas. Devo entender um pouco de finanças e de economia. Mas calo-me diante dos "sábios". São certos Senadores e Deputados que conhecem de fato a matéria. Ao ouvir tenho até vontade de rir. Fico quieto, por uma questão de educação.

Voltando ao caso do funcionalismo, Sr. Presidente. Tenho convivido com eles desde o início. Comecei, como disse aqui, em discurso, como funcionário militar. Aos 14 anos de idade, fui reservista do Exército. Aos 15 anos, revisor de jornal, no *Diário Oficial* de Alagoas. Em seguida, revisor-redator desse mesmo jornal. Depois, fui para o Rio Grande do Sul, com o que me parecia porque apareci numa escola de honradez a minha única pontuação. Mestre foi o doutor Antônio Augusto Borges de Medeiros. Com ele aprendi a respeitar, sagradamente, os dinheiros públicos.

Da minha família, Sr. Presidente de sete irmãos, quatro ingressaram naquela Academia do Rio Grande do Sul. Dois já morreram; dois estão vivos.

Essa é a razão por que o Rio Grande do Sul é o meu segundo Estado. Quem sabe não será o primeiro, pois ali tive a minha formação moral e política.

Fui, como disse, funcionário militar, no sentido genérico; em seguida operário, porque revisor e operário. Depois, intelectual. Intelectual pequeno. No Rio Grande do Sul, fui Juiz, já com uma parcela da soberania nacional. Lá fiz um concurso e tirei o primeiro lugar. Fui nomeado Auditor de Guerra, aos trinta anos, naquele Estado. Tenente-Coronel! Até hoje, nem Caxias teve esse posto com trinta anos embora honrar. Mas Deus me proteja! Deve ter sido isso. Não tenho essas qualidades nem virtudes (Não apolados).

Conheci, consequentemente, muitos funcionários civis e militares, e posso afirmar, categoricamente, que eles não são perfeitos, mas são, em sua grande maioria, gente boa, que ama e honra o nosso País.

Como ato de equidade, de equanimidade, de justiça, não devemos deixar de aprovar esta emenda à Constituição apresentada pelo nosso eminente colega Senador Gilberto Marinho — e sem fumaça, nem da Oposição, nem do Governo.

Isto é o que interessa. A emenda do Senador do Partido Social Democrático foi recusada por elementos do P.S.D., e da U.D.N., e aprovada por outros elementos do P.S.D., da U.D.N. e do P.T.B. Ganhámos por um voto, na Emenda Constitucional. O Governo não teve a menor interferência na matéria. Foi um projeto de inteligência, do patriotismo do Senador Gilberto Marinho. Nós nos reunimos e fui escolhido Relator, sob a Presidência, do eminente Professor Aloysio de Carvalho, um dos elementos mais brilhantes deste Senado. O Senador Daniel Krieger foi meu companheiro e parece-me que o Senador Alêm de Sá e outros. Os nomes estão aqui todos. Pois bem, ganhamos. Agora atribuir essa emenda ao Governo ou à Oposição, não é verdade. Esta emenda é de todos nós. Ela é o resultado das várias correntes em que se divide o Senado. Daí a razão por que este é mais o meu testemunho do que um esclarecimento ao Senado, que é mais esclarecido do que eu. E o meu testemunho é que o Governo não tem nada com esta emenda, nem a Oposição. Nós aqui no Senado é que resolvemos apoiar a por um voto a mais. Disse ao Senador Ruy Palmeira, meu

collega de Alagoas jué se ele não tivesse votado comigo, talvez tivéssemos perdido porque ganhamos por um voto.

Assim, quero repetir ao Senado que a emenda não é do Governo como não é da Oposição. A emenda partiu do conjunto dos Senadores, e estivemos a pique de perder. Eu sei porque fui o relator.

Sr. Presidente, para não estar repetindo as mesmas ideias, quero lembrar ao Senado que não devemos, em hipótese alguma, deixar a nossa legislação fragmentada.

De um lado, o Exército com aposentadoria, isto é, a passagem para reserva com umas tantas vantagens antes até de 30 anos. De outro, os funcionários civis, o próprio trabalhador e o operário também com aposentadoria aos 30 anos. Enquanto que os funcionários públicos civis brasileiros ficam presos 14 e 35 anos de serviço, sem que se possa alterar, melhorar a situação dessa gente.

Acontece, Sr. Presidente, que o bom trabalhador e aquele que serve com boa vontade. E já agora, o funcionário público civil sente-se injustiçado porque, com os debates, tudo ficou esclarecido. Eles ficaram ressentidos, aborrecidos e, vamos dizer, um tanto revoltados com a injustiça, já não digo da Câmara que ainda não tomou parte nessa questão, mas de nós, se a praticarmos aqui, no Senado.

Nos, Senadores, devemos abertamente aprovar ou desaprovar a emenda, para que o povo brasileiro saiba e o mundo inteiro, que o Senado não tem receio de coisa alguma.

Cada senador é um homem de bem. Naturalmente, faço alguma ressalva (Riso). Mas, a verdade é esta: De aprovar a emenda seria fazer injustiça ao funcionalismo civil. Devemos aprová-la. Respeito muito a opinião daqueles que forem contrários à emenda mas devo também defender o meu ponto de vista. Por dois motivos: primeiro, seria injustiça não concedermos aposentadoria após 30 anos de serviço público. Ela não é obrigatória, seria facultativa, ainda mais quando há precedentes votados pelo próprio Congresso. Segundo, o Brasil não se vai afundar por causa do dinheiro que a ser gasto na execução da medida.

O grande Euclides da Cunha dizia que "a estatística é serva desleal da Sociologia". Ora, o Brasil não vai afundar-se por causa dessa aposentadoria. Afunda o Brasil a larapice o sonegadores de impostos, os velhacos os compradores de votos; isso no âmbito interno. Lá fora, são os espíões, como dizia o General Góes, e é verdade. De maneira que é isso, Senhor Presidente, o que afunda o Brasil; não são os funcionários públicos que já percebem uma ninharia dado o alto custo de vida, esta a verdade, e é o que sinto porque me comunico com todos — a vida no Brasil está agreste. Nunca fui rico, mas nunca fui pobre, sei porém que hoje a questão de sobrevivência é um problema grave. Já declarei de uma feita no Senado que quando me aposentei, somando a minha aposentadoria com os subsídios de Senador, estou rico também. É só o que tenho: neste País em que de repente um cidadão sai de uma pobreza e acaba rico, eu deveria estar super-milionário. Não vou citar certos nomes da política brasileira mas todos sabemos quais os que estão super-milionários. E eu pergunto: como foi isso? Tem que ter o velho problema da "mão da providência". A mão da providência se estende, e o cidadão fica rico; mas não é a mão da Providência, de cima, é a mão da qual mesmo — a mão de gato.

De modo que não seria a aposentadoria aos trinta anos que vai empobrecer o nosso País. O Brasil é um país rico, riquíssimo. É triste vermos num país rico, um povo para-olalmente pobre.

Vemos aqui ilustres Senadores, homens de cultura, de saber, professores, intelectuais, juristas, civis e militares, enfim homens de todas as cas-

tas. Pois bem, quais os ricos? Quase nada; ricos no Senado são poucos. Então, somos remediados, classe média. Na Câmara dos Deputados também acredito que seja a mesma coisa. Mas aí por fora estão os que o saudoso Presidente Getúlio Vargas chamava "os tuparões".

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar as campainhas) — Permitto-me interromper V. Ex.<sup>a</sup> para avisar que a hora regimental está por terminar.

Há, entretanto, sobre a mesa requerimento de prorrogação da sessão que vai ser lido pelo Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 190, de 1963

Nos termos dos arts. 134, letra b, e 211, letra k, do Regimento Interno, requerio prorrogação da sessão por uma hora.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1963. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

A sessão está prorrogada. Continua com a palavra o nobre Senador Silvestre Pericles.

A Mesa lembra ao ilustre orador que dispõe de apenas dois minutos para concluir seu discurso.

O SR. SILVESTRE PERICLES:

Sr. Presidente, agradeço a fineza com que estou sendo tratado. Sabia da distinção do Senador que preside os nossos trabalhos, bem como dos demais membros da Mesa.

Sr. Presidente, já expus o que tinha a dizer. Meu pensamento foi expresso com franqueza, com lealdade. Peço desculpas ao Senado de algum excesso de linguagem. Mas a questão é que a franqueza está sempre ligada à rudeza. Confesso que, às vezes, sou rude, mas isto é aparentemente. No fundo quero só dizer a verdade, para que não se julgue lá fora que aqui vamos cometer alguma injustiça. Não! O Senado não pode cometer injustiças. Somos Legisladores, temos responsabilidade na República; cada um de nós é uma parcela da soberania nacional. Devemos, consequentemente, acudir às necessidades do povo brasileiro. Devemos fazer deste País, o grande país que tem de ser. Isto é uma questão de tempo, porque não é possível que este País, com a mesma idade da América do Norte, esteja de sacola na mão pedindo emprestado. Nós temos de emprestar aos outros, pois somos ricos, poderosos; somos um povo valoroso.

Sr. Presidente, morei onze anos no Rio Grande do Sul, e não vi covardia. Lufamos em 22, 24, 26 e 30, de armas na mão e tudo isso abertamente, às claras. Venho, assim, dessa escola. Agora, respeito o direito alheio: acho, consequentemente, que o funcionalismo público deve receber do Senado o galardão, um pequeno galardão ao seu patriotismo, à contribuição que tem trazido para a grandeza do nosso País.

Era isto, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem).

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, um notável parlamentar inglês dizia, com precisão e admirável propriedade, que tinha durante sua longa vida ouvido muitos discursos, mas não tivera a felicidade de ouvir um só que justificasse votos.

De acordo com essa tese, serei muito breve. Farei, inicialmente, como Líder da União Democrática Nacional, para declarar que a vota-

Discordo do nobre Senador Daniel  
Fieger, quando, acentua, em seu bri-  
lante discurso, que as palavras pro-  
feridas por Senadores nesta Casa não  
moveriam colegas de sua convicção  
de seu voto, reproduzindo pensa-  
mento de um filósofo inglês e acrescentou  
que o nobre Senador pela Paraíba e  
der da Maioria, Sr. João Agripino,  
surti todos os argumentos no seu



tido de que votássemos pela rejeição da proposição.

Vou votar favoravelmente, mas possivelmente modificaria meu voto se o nobre Senador João Agripino, ao mesmo tempo que censurava a proposição, apresentasse e tornasse vitoriosa, no Congresso Nacional, uma emenda determinando o mesmo número de anos para aposentadoria de qualquer servidor público, civil ou militar.

O que me levou a subscrever projeto idêntico ao apresentado pelo nobre Senador Vasconcelos Tôrres na Câmara dos Deputados, foi que sou contra, radicalmente contra, toda e qualquer discriminação. Aporei minha assinatura em qualquer proposição que mantenha esse princípio; trabalharei por ela e farei com que se dependa de meu voto, seja aprovada. Minha consciência repudia dar a uma classe e negar a outra.

Apresentassem o nobre Senador João Agripino e outros Senadores que o secundam nessa campanha, uma emenda, e eu seria um dos soldados da campanha a fim de que a emenda fosse vitoriosa, impedindo a discriminação entre servidores de qualquer espécie.

Com esta declaração de voto, é de consciência tranqüila que afirmo ao Plenário desta Casa que votarei favoravelmente à proposição, assim como a outra qualquer que tenha o objetivo de igualar a aposentadoria dos servidores da União. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

#### O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Não foi revisto pelo orador). — Senhor Presidente, Senhores Senadores, não imaginei que pudesse assombrar esta tribuna, na tarde de hoje, recebendo assim um banho de oitimismo, como recebi há pouco, ouvindo o eminente colega Senador Guido Mondin.

Pessimista quase crônico, homem que já acredita em pouca coisa em decorrência da estrutura deste País, homem com uma compreensão dos problemas brasileiros sem encherá-los com lentes de Pangloss, confesso ter recebido as palavras do nobre Senador Guido Mondin assim como de um poeta — e bardo brilhante ele é — que só sabe assim ver o belo, admirar a beleza, sentir que de puro e sugestivo a natureza e o meio ambiente possam oferecer.

Confesso, Sr. Presidente, que preciso revêr tudo que já li, preciso revêr tudo que já observei, preciso fazer um outro estudo da situação sócio-econômica deste País, para chegar a essa conclusão maravilhosa a que chegou o nobre colega, de que há apenas 133 mil pessoas neste País, em regime de economia natural! Só no meu Estado encontro muito maior número do que o apresentado na estatística do nobre representante pelo Rio Grande do Sul. O número de desempregados, no meu Estado, talvez ascenda a esse número, e se some a esse número ainda aqueles que são subempregados, como o seringueiro que percebe cerca de 40 mil cruzeiros por ano, aqueles outros que vivem à base do salário-mínimo ou com salários abaixo do salário-mínimo, que se inclui também nessa classe de subempregados, sem capacidade aquisitiva para enfrentar os gastos mais prementes do cotidiano.

Tenho informações de estudiosos, economistas e sociólogos, de que os indivíduos que vivem em regime de economia natural neste País somam 18 milhões, espalhados por todas as regiões. E quem olha o panorama desta Pátria, quem sente, assim, o drama popular, quem procura aus-

cultar esse drama popular, há de verificar que não existe exagero algum em uma estatística apresentar 18 milhões de indivíduos em regime de economia natural.

Amanhã, prosseguindo no debate sobre a reforma agrária, irei apresentar estatística também sobre o Nordeste; irei demonstrar, por essa estatística, que no Nordeste vivem, Sr. Presidente, em regime de economia natural, mais de 3 milhões de pessoas, e que as outras, aquelas que foram dadas como empregadas, como exercendo uma atividade, são apenas subempregadas do seu trabalho, desumanamente remuneradas pelas suas atividades.

O nobre Senador Guido Mondin, entretanto, é um otimista. Não vê o que eu considero um drama, o que eu considero um tragédia neste País. Pelo levantamento da média de vencimentos e salários no Brasil, do ganho pelas atividades que citou o eminente Senador e com um confronto sumário com o custo das utilidades, o que se verifica é que apenas uma minoria insignificante, que talvez ultrapasse a um milhão de pessoas, vive bem no Brasil, nesta hora crucial de nossa existência. Ninguém precisa ser matemático para saber o preço do arroz, do feijão, da carne, dos gêneros essenciais à alimentação, para fazer um confronto com o que ganha um funcionário, um comerciante, um bancário, um jornalista profissional aqueles que vivem do trabalho para constatar que a sua existência é uma luta constante pela sobrevivência, uma permanente batalha para manter sua saúde em dia, uma batalha que não cessa dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, dada a absoluta desconexão entre o ganho e as possibilidades de vida do homem.

Sr. Presidente, prefiro ficar com as minhas estatísticas, porque me o nobre Senador Guido Mondin...

O Sr. Guido Mondin — Não posso apartear V. Ex.<sup>a</sup>, mas amanhã o farei para interpretar o meu ponto de vista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... que ainda há pouco declarava aqui uma belíssimo poema de um poeta que não queria ver aquilo que o cercava. Tão triste, tão dramático, tão doloroso era o quadro diante de si, que o poeta preferiu não ver, para não sentir o sofrimento daqueles que o cercam.

Voltando ao assunto em debate, Senhor Presidente, depois dessa fuga para o otimismo do eminente gaúcho que me antecedeu na tribuna, devo fazer uma alusão ao discurso do nobre Senador João Agripino.

Não nego razão ao eminente parlamentar. Meditei muito sobre essa proposição. Procurei senti-la em todos os seus ângulos. Ouvi em a um dos meus companheiros de bancada, que me dão a honra da Liderança, Encontrei, no meu Partido, pontos de vista divergentes. Mas a maioria esmagadora foi favorável ao projeto. Sou um Líder que interpreta o pensamento da bancada. É claro que não poderia exercer essa Liderança se não falasse expondo a média de condições dos meus companheiros. Nesse caso, entretanto, serei de todo imparcial.

Vivemos uma hora de atitudes heróicas, e exigir atitudes heróicas dos homens públicos. Vivemos um momento em que qualquer esitação pode representar um perigo; um instante em que a condescendência pode se transformar num crime. Não é, em verdade, esta hora a mais propícia ao exercício do patriotismo, da cata de votos, da busca de popularidade fácil. Temos que olhar o Brasil como ele apresenta à nossa frente; temos que senti-lo na sua conjuntura econômica, social e política; temos de reconhecer que a inflação galopante que

ai está, destruindo todos os valores do trabalho, submetendo o povo brasileiro a agruras inimagináveis, terá de ser detida, sob pena de entrarmos, em breve, na área do caos e de não sabermos para onde caminhar.

Incontestavelmente, este o quadro que nos apresenta o País e que venho pintando em muitos dos meus discursos, procurando não carregar nas tintas, procurando não exagerar nos conceitos; apenas exibindo, numa tela para ser examinada com frieza, cifras e algarismos que nos apontam um futuro, escondido sob a cerração mais densa, absolutamente imprevisível.

Em tais circunstâncias, forçosamente, somos obrigados a encarar qualquer problema que se nos defronte, com absoluta frieza, com total isenção, com as vistas voltadas apenas para o bem público e para o futuro da Pátria.

Sr. Presidente, é assim que encaro este projeto, assim que o vejo. Negar que ele seria um prêmio, não negaria jamais. Acabei de apresentar estatísticas do quadro nosológico deste País. Há poucos dias fiz alusão à expectativa de vida dos brasileiros, nas suas várias regiões, a menor das quais o Nordeste, com vinte e sete anos de vida; expectativa que não vai a cinqüenta anos de idade nos Estados mais desenvolvidos, e no meu Estado poucos ultrapassam os trinta anos.

Somos um povo que vive, pouco, de poucos matusaléns, de homens que se podem considerar felizes quando ultrapassam a barreira dos setenta anos, por motivos que a ciência pode explicar, que o quadro social também pode explicar.

Na realidade, o que ninguém pode esconder é que os brasileiros vivem pouco, e em algumas das nossas regiões menos da metade do que vivem os europeus. Não seria exagero considerar-se para um povo em tais condições, como prêmio, uma aposentadoria aos trinta anos de serviço.

No exame da questão, não se poderá fugir, também, à apreciação dos fatores econômico-sociais. Não há quem possa assegurar, neste País, que um funcionário público vive bem. Há uma classe privilegiada, há uma minoria de teto alto, uns poucos que ganham salários que constituem até uma afronta às multidões de "bar-nabês", em permanente aflição. Os levantamentos do DASP têm comprovado que cerca de setenta e cinco por cento dos funcionários civis da União percebem de trinta e dois mil cruzeiros para baixo. Não há quem possa afirmar que trinta e dois mil cruzeiros, nesta hora, não é um salário de fome; não há quem possa negar que essa percentagem de setenta e cinco por cento vive mal e não pode nunca aspirar a uma vida que vá além das estatísticas de vida que nos têm sido apresentadas. Sob esse aspecto não seria um absurdo; não seria nada de mais aos homens e às mulheres das repartições, a esse anônimo colaborador da Administração pública, uma aposentadoria aos trinta anos de serviço porque irreversivelmente, aos trinta anos de serviço nas condições de vida que eles enfrentam, estarão aposentados. E já seria um ócio com dignidade já seria um descanso com merecimento.

Há outros aspectos, ainda, que poderiam ser exibidos, justificando essa aposentadoria aos trinta anos de serviço concedida pelo Poder Público. Há Estados que aderem, o meu inclusive, incluído pelo eminente Senador João Agripino entre aqueles que não pagam ao seu funcionário. Não sei a situação dos outros. Não ressalva em relação ao meu, que não pagando em dia aos seus servidores.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — É o caso do Estado do Rio, que dá aposentadoria ao trinta anos, e paga em dia o funcionalismo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — É o caso do Rio Grande do Sul.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — S' o caso do Estado do Rio, como diz o nobre Senador Vasconcelos Tôrres, e do Rio Grande do Sul que diz, o nobre Senador Aarão Steinbruch, vem pagando em dia.

Mas, não seria assim este o problema capital apresentado, nesta hora: se porque o Estado dá, a União também deve dar. O que se deve verificar, em verdade, é se a União pode dar. E, nesse sentido, tenho minhas dúvidas, Sr. Presidente; e, neste sentido, eu fico assim pensando, meditando, se numa hora em que se vota medida desta natureza, estaremos praticando o bem ou um mal ao funcionalismo público.

Eu ouvi, do Ministro da Fazenda, não faz muito tempo, que temos um teto a respeitar para as emissões neste ano. E note-se que esse teto não vai além do dobro do montante que o Governo emitiu, só no mês de novembro, no ano passado!

O SR. PRESIDENTE — Lamento interromper V. Ex.<sup>a</sup>. Mas, devo fazê-lo para informar que está esgotado o tempo de que V. Ex.<sup>a</sup> dispunha. Solicito, portanto, que V. Ex.<sup>a</sup> conclua suas considerações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Sr. Presidente, vou concluir estas considerações, pedindo apenas que Vossa Ex.<sup>a</sup> seja tolerante e me conceda alguns minutos, para que possa chegar ao fecho do meu discurso.

Sr. Presidente, dizia eu que só esse dado, só o fato de o Governo estar impossibilitado de emitir, este ano, o dobro do que foi emitido apenas em novembro do ano passado, só este fato revela a gravidade da hora que estamos vivendo. Mostra a impropriedade de se encavar o problema e a conjuntura brasileira com seriedade, de sufocarmos, em nós mesmos, nossos sentimentalismos e de agirmos assim com frieza.

Entendi-me, por isso mesmo, com o eminente Líder da Maioria, a quem se subordina minha Bancada, e a qual ele dá lustro...

O Sr. Barros Carvalho — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... com sua presença e brilhantismo. S. Ex.<sup>a</sup> acaba de apresentar à Casa o ponto-de-vista da Maioria, inequivocamente judicioso, irrecusavelmente aceitável. Não é definitiva a decisão do Senado. Iremos, realizar, aqui, apenas uma prévia. Iremos, apenas aqui, fazer uma primeira votação, porque no regime bicameral a outra Casa do Congresso irá pronunciar-se.

Declarou-me o eminente Líder da Maioria, estarem sendo feitos levantamentos a respeito da renovação financeira deste projeto; declarou-me mais, que esses levantamentos não são apresentados à Câmara dos Deputados, onde o Governo conta com a maioria maciça, integrada pelo Partido Social Democrático pelo Partido Trabalhista Brasileiro e pelo Partido Social Progressista. Nesta hora então, na base assim dos dados os mais irrefutáveis, os mais seguros os mais racionais a decisão não pode ser aquela que interessa realmente ao funcionalismo público do País. Não por que a minha bancada, nesta hora, está tendo a orientação dada inequivocamente pelo líder Barros Carvalho, da minha bancada — não por dar um pronunciamento definitivo e absoluto porque definitivo não será o pronunciamento do Senado — e devo dizer mesmo que

ronunciar estas palavras, vejo pessimismo o êxito desta pro-  
rio na outra Casa do Congresso.  
com pessimismo, Sr. Presidente,  
te se a hora é de compressão,  
hora é de poupança, se a hora  
o maior retraimento possível  
gastos, se a hora é essa, e um  
tamento das repercussões finan-  
s dessa emenda puder influir  
tivamente no plano econômico  
overno, não tenho a menor dú-  
de que a Câmara dos Deputados  
rá aprovação a essa emenda.  
a posição que quero deixar bem  
não falando em nome de mi-  
Bancada, como afirmei, onde  
á, inclusive, pontos de vista di-  
entes, embora a maioria favo-  
à aprovação do projeto, mas  
do pessoalmente e dentro da  
itação que traçou o líder Barros  
alho para todos que integram a  
ria desta Casa. (Muito bem).

**SR. PRESIDENTE:**  
ão há oradores inscritos para es-  
linhar a votação.

ai-se passar à votação, que deve  
feita pelo processo nominal, de-  
do com o disposto no Art. 367 do  
imento.

ai-se proceder à chamada de Norte  
a Sul.

(Procede-se à chamada)

**SR. PRESIDENTE:**  
s membros da Comissão de Rela-  
Exteriores que estava reunida se  
aminham para o Plenário para  
ar. (Pausa)

otaram 36 Srs. Senadores; 29 a  
or e 7 contra.

quorum mínimo exigido pelo Re-  
mento é de 44 Srs. Senadores.

ão há número.

**SR. JOÃO AGRIPINO:**  
Pela ordem. Não foi revisto pelo  
dor) — Sr. Presidente, V. Exa.  
unciou que os membros da Comis-  
de Relações Exteriores estavam a  
ninho do Plenário, mas antes que  
assem ao recinto, V. Exa. pro-  
ou o resultado da votação. De-  
o saber se foram computados os  
os dos membros da Comissão de  
lações Exteriores, quantos são e se  
m eles se alcançaria o quorum ne-  
ssário.

**SR. PRESIDENTE:**  
Informo a V. Exa que chegou co-  
unicação à Mesa de que os membros  
Comissão de Relações Exteriores  
estavam em Plenário, razão por  
e considere terminada a votação.

**SR. DANIEL KRIEGER:**  
(Pela ordem) Sr. Presidente, os Srs.  
nadores Mem de Sá, José Cândido  
Pessoa de Queiroz fazem parte da  
omissão de Relações Exteriores e  
io estão presentes. Creio mesmo que  
m todos os integrantes da referida  
omissão chegaram ao Plenário.

**SR. PRESIDENTE:**  
A Mesa resolve acatar as questões  
e ordem suscitadas pelos eminentes  
ideres João Agripino e Daniel Krie-  
er, porque está informada de que, de-  
to, só agora, os Srs. membros da  
omissão de Relações Exteriores estão  
regando ao Plenário.

A Mesa aguarda a p resença de to-  
os os Senadores que participavam  
a Comissão. (Pausa).

**SR. MEM DE SÁ:**  
(Pela ordem) Sr. Presidente, ainda  
á diversos Senadores na Comissão de  
lações Exteriores, creio que cinco,  
espeditando-se do Embaixador Rober-  
o Campos, que acaba de fazer uma  
xposição perante aquele órgão.

**SR. AURELIO VIANA**  
(Pela ordem) Sr. Presidente, a im-  
pressão que se tem é a de que V. Exa  
já foi demasiado prodígio no prazo  
que deu para que nos pronunciásse-  
mos. V. Exa já havia encerrado a vo-  
tação e a reabriu, atendendo a algu-  
mas ponderações. Perguntamos a V.  
Exa até quando a espera se fará sen-  
tir.

**Q SR. PRESIDENTE:**  
Vai-se proceder à chamada dos Se-  
nhores Senadores membros da Comis-  
são de Relações Exteriores.  
Faz-se a chamada

**O SR. PRESIDENTE:**  
Está encerrada a votação. Vai-se  
proceder à apuração. (Pausa).

Respondem à chamada e votam Sim  
os Srs.:

Adalberto Sena.  
Vivaldo Lima.  
Mourão Vieira.  
Arthur Virgílio.  
Zacharias de Assumpção.  
Cattete Pinheiro.  
Eugênio Barros.  
Sebastião Archer.  
Joaquim Parente.  
Siegfredo Pacheco.  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves.  
Dinarte Mariz.  
Walfredo Gurgel.  
Ruy Carneiro.  
Barros Carvalho.  
Silvestre Péricles.

Rui Palmeira.  
Júlio Leite.  
Josaphat Marinho.  
Jefferson de Aguiar.  
Eurico Rezende.  
Aarão Steinbruch.  
Vasconcelos Torres.  
Aurélio Viana.  
Gilberto Marinho.  
Líneu Gomes.  
Lopes da Costa.  
Humberto Neder.  
Nelson Maculan.  
Astônio Carlos.  
Guido Monsin. (32).

Respondem à chamada e votam Não  
os Srs.:

João Agripino.  
Pessoa de Queiroz.  
Aloysio de Carvalho.  
Milton Campos.  
Bezerra Neto.  
Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen.  
Daniel Krieger.  
Mem de Sá (9).

**O SR. PRESIDENTE:**  
Votaram Sim 32 Srs. Senadores;  
Não 9 Srs. Senadores.

Estão presentes, assim, 42 Srs. Se-  
nadores, contando com o Presidente  
que, pelo Regimento, não vota.  
Não há número.

A matéria continuará na Ordem do  
Dia de amanhã na forma do Regi-  
mento.

O tempo de prorrogação da sessão  
está esgotado.

Vou encerrá-la designando para a  
de amanhã a seguinte

**ORDEM DO DIA**  
Sessão de 17 de maio de 1963  
(Sexta-feira)  
**VOTAÇÃO**

**1**  
Votação em primeiro turno, do Pro-  
jeto de Emenda à Constituição nº 3,  
de 1961, de autoria do Sr. Gilberto  
Marinho e outros Srs. Senadores, que  
modifica o § 1º do art. 191 da Consti-  
tuição (aposentadoria aos 30 anos  
de serviço), tendo parecer favorável,  
sob nº 354, de 1961, da Comissão Es-  
pecial.

**DISCUSSÃO**

**2**  
Discussão, em turno único do Re-  
querimento nº 176, de 1963, pelo qual  
o Sr. Senador Catete Pinheiro soli-  
cita o desarquivamento, nos termos  
do art. 323, § 1º do Regimento In-  
terno, do Projeto de Lei do Senado  
nº 26, de 1953, que dá nova redação  
ao art. 2º e respectivo § 1º da Lei  
nº 2.284, de 9 de agosto de 1954.

**3**  
Discussão, em turno único do Re-  
querimento nº 177, de 1963, pelo qual  
o Sr. Senador Jefferson de Aguiar  
solicita o desarquivamento, nos tér-  
mos do art. 323, § 1º do Regimento  
Interno, do Projeto de Lei do Sena-  
do nº 8 de 1959, que dispõe sobre a  
forma de pagamento dos débitos dos  
cafeicultores amparados pelas Leis  
ns. 2.095, de 16 de novembro de  
1953, 2.697, de 27 de dezembro de  
1955 e 3.393, de 27 de maio de 1958  
e dá outras providências.

**4**  
Discussão, em turno único, do Re-  
querimento nº 178, de 1963, pelo qual  
o Sr. Senador Jefferson de Aguiar soli-  
cita o desarquivamento, nos termos  
do art. 323, § 1º do Regimento In-  
terno, do Projeto de Lei do Senado nº 6,  
de 1961, que dispõe sobre o horário  
semanal de trabalho dos servidores  
públicos civis do Poder Executivo,  
ocupantes de cargos que integram as  
séries de classes de Medico, de ad-  
ministração centralizada ou autár-  
quica.

**5**  
Discussão, em turno único, do Re-  
querimento nº 179, de 1963, pelo qual  
o Sr. Senador Jefferson de Aguiar soli-  
cita o desarquivamento nos termos  
do art. 323, § 1º do Regimento In-  
terno, do Projeto de Lei do Senado nú-  
mero 8, de 1961, que modifica o ar-  
tigo 2º e revoga o parágrafo único  
do mesmo artigo (referente ao local  
da sede da Companhia Vale do Rio  
Doce).

**6**  
Discussão, em turno único, do Re-  
querimento nº 180, de 1963, pelo qual  
o Sr. Senador Jefferson de Aguiar  
solicita o desarquivamento nos tér-  
mos do art. 323, § 1º, do Regimento  
Interno, do Projeto de Lei do Sena-  
do nº 34, de 1961, que assegura o  
mesmos vencimentos e vantagens  
que alude o art. 12 da Lei nº 1.441,  
de 24-9-51, aos servidores das  
secretarias do Ministério Público Fe-  
deral.

**7**  
Discussão, em turno único, do Re-  
querimento nº 181, de 1963, pelo qual  
o Sr. Senador Jefferson de Aguiar  
solicita o desarquivamento nos tér-  
mos do art. 323, § 1º do Regimento  
Interno do Projeto de Lei do Senado  
nº 49, de 1962, que declara de utili-  
dade pública a Associação Brasileira

de Escolas Médicas (A.B.B.M.), com  
sede na cidade de Belo Horizonte, Es-  
tado de Minas Gerais.

**8**  
Discussão, em turno único, do Re-  
querimento nº 182, de 1963, pelo qual  
o Sr. Senador Jefferson de Aguiar  
solicita o desarquivamento nos tér-  
mos do art. 323, § 1º do Regimento  
Interno, do Projeto de Lei do Sena-  
do nº 54, de 1962, que dá nova reda-  
ção aos arts. 358 e 1.605 do Código  
Civil.

**9**  
Discussão, em turno único, do Re-  
querimento nº 183, de 1963, pelo qual  
o Sr. Senador Jefferson de Aguiar  
solicita o desarquivamento nos tér-  
mos do art. 323, § 1º do Regimento  
Interno, do Projeto de Lei do Sena-  
do nº 4, de 1963, que dispõe sobre  
o aproveitamento agrícola de terras  
devolutas e áreas pertencentes a ór-  
gãos do poder público e dá outras  
providências.

**10**  
Discussão, em turno único, da re-  
dação final (oferecida pela Comissão  
de Redação, em seu Parecer nº 149,  
de 1963) do Projeto de Decreto Le-  
gislativo nº 6, de 1962, originário da  
Câmara dos Deputados (nº 74-A-61,  
na Casa de origem) que aprova o  
Convênio Cultural entre os Estados  
Unidos do Brasil e a República da  
Colômbia, assinado em Bogotá, em 23  
de maio de 1958.

**11**  
Discussão, em turno único, da re-  
dação final (oferecida pela Comissão  
de Redação, em seu Parecer nº 151,  
de 1963) do Projeto de Decreto Le-  
gislativo nº 12, de 1962, originário da  
Câmara dos Deputados (nº 122-B-62,  
na Casa de origem) que aprova o  
Convênio de Intercâmbio Cultural  
ent- os Estados Unidos do Brasil e  
a República Argentina, assinada em  
Buenos Aires, aos 25 de novembro de  
1955.

**12**  
Discussão, em turno único, da re-  
dação final (oferecida pela Comissão  
de Redação, em seu Parecer nº 150,  
de 1963) do Projeto de Decreto Le-  
gislativo nº 14, de 1962, originário da  
Câmara dos Deputados (nº 1.2-A-62,  
na Casa de origem) que aprova a  
Convenção Concernente às Carteiras  
de Identidade Nacionais dos Marít-  
mos adotada pela Conferência Geral  
da Organização Internacional do  
Trabalho, em 1958.

**13**  
Discussão, em turno único, da re-  
dação final (oferecida pela Comis-  
são de Redação, em seu Parecer nú-  
mero 160, de 1963) do Projeto de Lei  
da Câmara nº 118, de 1962 (número  
3.391-B-61, na Casa de origem), que  
autoriza o Poder Executivo a abrir,  
pelo Ministério da Saúde o crédito  
especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três mi-  
lhões de cruzeiros) destinado a aten-  
der despesas do IV Congresso  
Latino Americano de Psicanálise.

**14**  
Discussão, em turno único do Pro-  
jeto de Resolução nº 15, de 1963, de  
autor da Comissão Diretora, que  
nomeia Taquigrafatos de Debate, PL-4,  
Quadro da Secretaria do Senado  
Federal, Lizete de Almeida Castro,  
Leandro dos Santos, Alan  
Viana, Maria Luci Lopes, Arimar  
Oliveira Freitas, Serafim de Oli-  
veira e Lélia Mascarenhas de Moura,  
candidatos aprovados em concurso.

Está encerrada a sessão.  
(Levanta-se a sessão às 19 horas e  
30 minutos).

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR JOSAPHAT MARINHO NA SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1963, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.**

**O SR. JOSAPHAT MARINHO:**

(Sem leitura do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senhores, no quadro da atuação brasileira, ao lado das reformas institucionais, há questões relevantes que não podem ser esquecidas, ou estimuladas. Entre essas, ressalta o desequilíbrio econômico-financeiro no organismo da Federação.

É certo que, num País da extensão territorial do nosso, não é possível cogitar-se de unidade rigorosa. Ao contrário disso, há diferenças naturais que resultam da diversidade de fatores, segundo os quais se modela a vida das unidades da Federação. As características diferenciadas das unidades da Federação brasileira, porém, não tratam-se de diferenças administrativas inadequadas. As peculiaridades que a Federação proporciona, justificam uma diferenciação natural, que assegure a unidade com diversidade, mas não legitimem discriminação adversa ou odiosa.

A dimensão continental do País, a diversidade de clima, a variação de culturas, de poder econômico das regiões de tipos humanos são fatores que, efetivamente, justificam um regime de diversidade no quadro político, administrativo, econômico financeiro e social. Mas, é próprio também da ordem federativa corrigir as desigualdades excessivas por tratamento equilibrado do Poder Central. Em verdade, porém, a prática do regime federativo, no Brasil, vem agravando essas desigualdades naturais, sobretudo pela debilitação da capacidade financeira dos Estados.

O processo inflacionário, a política de confisco cambial, a imperfeita reforma da distribuição de rendas, o tratamento inadequado, pelo Governo, dos problemas regionais, são circunstâncias, entre outras, que revelam o descaso, o desinteresse por um razoável equilíbrio no sistema federativo. A propósito do processo inflacionário e de seus efeitos sobre a vida econômica e financeira dos Estados, o próprio Ministro da Fazenda, Sr. San Tiago Dantas, assinalou sua má repercussão, falando aos Secretários de Fazenda, em conferência recentemente realizada. Assegurou, mesmo o Sr. Ministro da Fazenda que no processo inflacionário reside o fator principal de debilitação das finanças dos Estados.

São seus, em termos literais, estes conceitos:

"Se deixarmos essa situação inalterada, ou se permitirmos que ela se agrave, o que desaparecerá — e desaparecerá em pouco tempo — será o próprio regime federativo. Governadores e prefeitos não poderão dar desempenho às suas obrigações para com o povo dos Estados e Municípios que governam, senão na medida em que granjearem auxílio federal. Com a autonomia financeira perder-se-á a autonomia política. O auxílio federal prestado para compensar o desequilíbrio orçamentário, se transformará num incentivo a novo e maior desequilíbrio, num desestímulo às administrações prudentes, num desencorajamento à arrecadação, e tornará letra morta o preceito, essencial ao funcionamento do regime, do art. 18º da Constituição".

De fato, com a inflação aumenta o preço de todos os materiais, agrava-se o custo da mão-de-obra, ao tombo em que os serviços têm sua manutenção duplicada ou multiplicada.

Enquanto isso ocorre, vê-se que os Estados não obtêm recursos compen-

sadores, não os podem exigir de suas Assembleias, nem podem buscá-los através do gravame tributário, até mesmo para não estender em perigo o aumento geral do custo de vida.

Em virtude dessa situação, os Estados, enraquecidos nas suas finanças, passam a viver mediante o apelo, por vezes até humilhante...

O Sr. Atem de Sá — Em terra...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... de auxílios, de subvenções, de socorro de toda natureza, ao Poder Federal.

Nesse quadro, vai-se desfazendo a autonomia política e administrativa das unidades federativas, que sucumbem, como bem o disse aqui, há a pouco tempo, o n.º 9 Senador Milton Campos, diante do piteir da municipalidade federal.

A barreira do Governo adota uma política cansativa, quase sempre espoliativa de interesses e recursos dos Estados membros.

Durante longos anos, a Bahia, por exemplo, recebia com retardamento invariável — quando recebia — a parte restante do imposto que lhe cabia pela exportação do cacau. Agora mesmo, na Instrução 239, repete-se, agravado, o processo de confisco.

Como há das live oportunidade de assinalar, essa Instrução aumentou a quota de exportação cobrada sobre o cacau e inovou, instituindo-a também sobre os seus derivados. Aumentou de 10 para 20 quanto ao cacau em bagas e em massa, e a instituiu na base de 8 sobre os derivados. Esse regime se estende a vários produtos do interesse fundamental da economia de inúmeros Estados.

Por outro lado, a Emenda nº 5, de 1961, à Constituição, sangrou também as finanças dos Estados, transferindo para os Municípios o imposto territorial-rural e o imposto sobre transmissão de propriedade inter-vivos. Sofreram todas as Unidades da Federação essa sangria e não receberam, até o momento, qualquer compensação oriunda de lei ou de medidas executivas. Afinal, tornou-se como uma tradição, que parece inalterável, o procedimento impróprio do Governo no plano administrativo quanto ao cuidado que dispensa aos problemas regionais e aos recursos que para eles canaliza.

Não há tratamento justo, nem há providências oportunas e eficazes salvo — como é natural — quanto a determinados setores da Administração, o que, entretanto, constitui, evidentemente, exceção.

Órgãos destinados ao planejamento regional e à solução de problemas essenciais ao desenvolvimento da economia dos Estados não exercem, plena e regularmente, suas atribuições e tarefas, seja por má administração, por falta de planos globais ou regionais ou, às vezes, por excesso de planos, por deficiência de recursos, por não pagamento das dotações orçamentárias. Por estes e outros motivos, variáveis em cada caso, as soluções não acodem às necessidades do conjunto da Federação.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Estou ouvindo o discurso de Vossa Excelência com a atenção que merece de todo o Senado da República, pois, na verdade, é um grande professor que ora ocupa a tribuna, para discorrer sobre o assunto da maior importância à vida política e administrativa do País. Estou de inteiro acordo com as declarações que V. Exª acaba de fazer. Realmente, a Federação só

poderá manter-se, através de, uma ação político-administrativa que venha a corrigir o excesso de desigualdade que realmente se verifica entre os Estados federativos. Parece-me estranho, V. Exª, que eu queira fazer algumas considerações em torno do pensamento que o nobre colega acaba de emitir, e, naturalmente, uma rebelião à distribuição de rendas — matéria votada pelo Congresso Nacional — ou às leis vigentes, a posição que V. Exª toma, neste momento. Como nordestino, entretanto, devo dizer a V. Exª, que, se de um lado existe precariedade de recursos financeiros e administrativos na Administração das Unidades Federativas, devemos reconhecer que, em grande parte, essas deficiências decorrem, muitas vezes, da falta de compreensão política e administrativa dos Chefes das Unidades Federativas. A meu ver, todos eles deveriam preocupar-se com o desenvolvimento político, econômico e administrativo de seus Estados, dentro dos recursos e possibilidades de cada Unidade. Nós, do Nordeste, não temos razão de queixar em relação à política adotada, sobretudo nos últimos anos, pelo Governo Federal ou pelos políticos do Centro e do Sul que integram o Congresso Nacional, dada a circunstância de que, se é possível fixar-se privilégios dentro da Federação, nós, nordestinos, os estamos recebendo. Parece-me que, sob o ponto de vista jurídico-constitucional, temos leis feridas, de certo modo, a igualdade de tratamento que a União deve ter em relação a todas as Unidades da Federação, sem discriminação de qualquer espécie. V. Exª, não se encontra presente aqui, quando após a seca de 1958, que assolou todos os Estados do Nordeste, os camponeses representativos dos Estados do Nordeste e do Sul se uniram num mesmo grito de apreensão, nos mesmos pedidos de providências para os nordestinos. Toda essa gente, do Centro e do Sul, uniu-se aos nordestinos, no sentido de apoiar medidas, excepcionais que fossem, para o Nordeste brasileiro. Não foi outro o motivo da criação desse órgão, a SUDENE, que tem ação vastíssima no plano de desenvolvimento social e econômico da Região nordestina. Esses recursos, como sabe Vossa Excelência, são imensos. Ainda há pouco, tive notícia de que, em depósito, no Banco do Nordeste, existem cerca de seis ou sete bilhões de cruzeiros não aplicados em favor da Região. Não só pelos benefícios concedidos, como corretivo à pobreza de recursos do Nordeste, se o Governo Federal, além dessa distribuição de rendas, que, de certo modo, beneficiará todos os pequenos Estados, ainda admite, com apoio do Senado e da Câmara, a organização política e administrativa de um outro Estado, a SUDENE — sim, porque a SUDENE é um verdadeiro Estado, atuando na Região, com recursos e possibilidades imensas para operar no sentido do desenvolvimento econômico do Nordeste; se recursos têm sido votados em benefício da Região nordestina, nós não temos muita razão de queixa. Sobre tudo nós nordestinos, não nos devemos rebelar contra essa mesma distribuição, em face das dificuldades atuais dos municípios, decorrentes do processo inflacionário e das deficiências dos Estados. Devemos reconhecer que há, também, por parte da União, uma dificuldade imensa para o processo de restauração da ordem econômica e financeira do País. Incontestavelmente, Vossa Excelência tem razão. Aplaudo a atitude que vem de ter, ao defender essa tese, no Senado Federal.

Mas, peço a V. Exª se lembre sempre de que os Estados nordestinos são favorecidos pela política federal,

com o apoio dos homens que compõem o Senado e a Câmara. Estão eles cedendo verdadeiros privilégios no tratamento que, dentro do sistema constitucional, deveria obedecer a um princípio de igualdade, não apenas material, não aquela que poderíamos sejar, mas uma igualdade que pertence aos Estados pequenos aos maiores, de economia mais precária, vida social mais difícil, receberem cursos excepcionais por parte da União. Com este aparte desejo expressar minha gratidão ao Governo, à Assembleia Federal, pelo tratamento especial que nos dá, através da SUDENE, que estamos recebendo em consequência da atuação política e administrativa da União. Se a SUDENE é órgão que não está correspondendo às esperanças do povo, se não está compreendendo direito os problemas nordestinos, ou não desenvolve a política necessária à Região, então, V. Exª, minha ajuda, modesta embora, sentido de solicitarmos, ao Governo, melhor aplicação dos imensos recursos postos nas mãos dos diretores da SUDENE para os bens da Região Nordeste. Era o que eu tinha a dizer a V. Exª.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço a V. Exª os excelentes serviços que, traz as considerações venho formulando. Peço-lhe que atente em que eu, mesmo, ao assinar críticas que me parecem cabíveis, regime e ao estilo de Governo do momento, acentuei que há exceções das de relevo. Vale dizer que, escondo, nem poderia esconder, há obras meritorias já executadas ou em realização, sobretudo no Nordeste. Mas atente V. Exª em que, regra, essas obras se destinam a atacar problemas de emergência, quando que hoje o quadro federativo revela uma crise de permanente e eficaz ajuda às unidades federativas, discriminações políticas, nem os tem velas embaraços e espertezas da burocracia prevalecente.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com todo o prazer.

O Sr. Wilson Gonçalves — Não obstante o nobre Senador Argemiro de Figueiredo haver manifestado um profundo critério de justiça, um pronunciamento que deve ser o de todos os nordestinos, que reconhecemos a vontade do Governo federal e do Poder Legislativo com as medidas adotadas para tirar a nossa região subdesenvolvimento, creio eu que, exemplo que S. Exª apontou, emilhante aparte ao discurso do nobre colega da Bahia, parece a confirmação do tema que V. Exª está expondo brilhantemente. Na verdade, a Federação existisse, na sua essência, se os Estados tivessem, aquela, como de direitos e de prerrogativas compatíveis com a Federação, não haveria necessidade de a União interferir socorro dos Estados fracos. Na verdade, o exemplo da SUDENE, SPEVEA e de outros mais denota que V. Exª demonstra agora, que a derrogação não está existindo e que a União cresce desmesuradamente, quanto os Estados cada vez mais crescem.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Grato a V. Exª.

O Sr. Affonso Arinos — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com todo o prazer.

O Sr. Affonso Arinos — Estou acompanhando, com grande interesse, o debate suscitado pelo discurso de V. Exª. Quanto aos termos em que a questão está colocada, neste momento, com referência às distorções de nosso sistema federativo, que



apenas lembrar que a Constituição de 1946 encarou o processo federativo brasileiro nos termos da nossa atual situação histórica, isto é, que a Federação não representa mais apenas um conglomerado de entidades políticas vinculadas por um nexo constitucional e baseada nos princípios da autonomia; a Federação representa, também, a imposição de certas realidades econômicas que transcendem os antigos limites da autonomia estadual. A prova disso é que a Constituição de 46 previu a existência da regionalização de certas entidades constitucionais que não são mais Estados isolados, como, por exemplo, como acaba de lembrar o nobre Senador pelo Ceará, a organização da Amazônia, o Vale do São Francisco e o Polígono das Secas. Lo quer dizer que a Federação brasileira não mais está, hoje, montada na antiga tradição dos Estados federados decorrentes ou herdeiros da Constituição do Império. Ela representa um acervo ou contribuição de elementos novos, como seja a ecologia regional, a economia regional, fundada na fusão de vários Estados em torno de problemas comuns e, também, o problema dos territórios que como V. Ex.<sup>a</sup> não ignora, era inexistente na Constituição de 1891 e que deu lugar à famosa controvérsia da incorporação do território do Acre. Temos hoje a nossa Federação fundada no conceito de Estados no conceito de regiões, em torno de realidades econômicas e geográficas e na entidade dos territórios em função do desenvolvimento político mais retardado. Esta a observação que queria fazer a V. Ex.<sup>a</sup>, não em defesa do monumento constitucional de que não participei, pois não fui Constituinte, mas apenas em obediência à referência, que me parece natural, dos trabalhos e das atividades dos Constituintes de 46. Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço, igualmente, ao nobre Senador Afonso Arinos as ponderações que acaba de fazer. Como S. Ex.<sup>a</sup>, também eu entendo que a estrutura da Federação mudou substancialmente, do regime de 1891 para o de 1946. Assim entendo, sobretudo, porque reconheço, à base da experiência universal de todas as Federações, que a tendência contemporânea é a de ampliação dos poderes da União, a fim de que ela possa, cada vez mais, acudir às necessidades de todos os setores, dentro da perspectiva histórica e segundo as diferenciações das regiões. Sem qualquer dúvida, é impossível negar-se esse crescimento de poder da União, essa necessidade de ampliação das suas atividades, ainda mais quando a própria civilização revela que, a cada passo, problemas que eram de caráter municipal ou estadual, se vão transformando em questões de índole nacional.

Fora de dúvida, portanto, que, em suas linhas mestras, procedeu bem o legislador constituinte aumentando os poderes da União, para que ela exerça, seguramente, sobre o conjunto federativo, a soberania, a autoridade, os poderes políticos, administrativos e econômicos que exigem uma legislação em desenvolvimento, e em desenvolvimento de caráter socializante, como o do Brasil.

Não tenho, portanto, conflito com V. Ex.<sup>a</sup> no particular.

O Sr. Afonso Arinos — Espero que não tenha no geral.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A verdade é que dentro de todas essas transformações, passando da Federação de equilíbrio para a Federação de superioridade da União sobre os Estados, de qualquer sorte, é inquestionável que a Federação deve assegurar uma unidade dentro da diversidade. Mas, para que possa assegurar essa unidade dentro da diver-

sidade, é indispensável que a União corrija o excesso das desigualdades que acaso advêm das diferenças de clima, de cultura, de potencial econômico dos Estados.

É exatamente neste ponto que a União não tem procedido com sistematização, com continuidade e com equilíbrio.

Órgãos como a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, a Comissão do Vale do São Francisco, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a SUDEN<sup>2</sup> realizam, sem dúvida, tarefas relevantes, não porém, aquelas que lhes cabem e que já poderiam estar em execução, se as administrações fossem menos variáveis e a distribuição de recursos e sua aplicação obedecesse a critérios sistematizados, mediante rigoroso regime de moralidade, e não a injunções do prestígio político.

E tanto isto é verdade que o próprio Sr. Presidente da República em suas últimas Mensagens ao Congresso Nacional, tem assinalado a propriedade de não desses órgãos. E apontando-lhes falta de um planejamento global, ora lhes assinalando procedimento incoerente com os interesses gerais das Regiões, ora contestando como foram poucos os recursos pagos. Na última Mensagem que dirigiu ao Congresso, o próprio Sr. João Goulart assinala esses fatos e confessa que da verba orçamentária de 1962, da ordem de dez bilhões de cruzeiros, destinada ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, pouco mais de quatro bilhões foram pagos.

Sabe-se, de outro lado, que entre esses órgãos há os que tem suas contas pendentes da aprovação pelo Tribunal de Contas, desde quase a vigência da Constituição Federal de 1946.

Fixando esta desigualdade na distribuição de recursos às Regiões, o Governador Miguel Arraes, cujos pronunciamentos se vêm caracterizando por uma sobriedade corajosa, afirmou a discriminação odiosa, apontando com dados numéricos o tratamento dispensado ao Norte e o tratamento dado à Região Sul, em convênios firmados com autoridades da Aliança para o Progresso.

O que se quer, portanto, é a correção dos erros e dos equívocos, para que, resguardadas — insisto — as diferenças naturais do quadro federativo tão amplo, a Nação resguarde, contudo, a sua unidade. Mas, não se vem fazendo o bastante, para este resguardo, dizem os fatos. Particularizarei um aspecto bem indicativo do desequilíbrio que se está agravando entre as regiões Norte e Nordeste e as demais Regiões do País, e que concerne à receita orçamentária dos Estados.

O Estado de São Paulo tem receita prevista para o Exercício de 1963 da ordem de duzentos e setenta e cinco bilhões de cruzeiros. Dêsse total, duzentos e trinta e sete bilhões e fração decorrem de receita tributária.

O Orçamento do Estado da Guanabara estima a receita deste Exercício em cento e cinco bilhões de cruzeiros. Dêsses, cerca de oitenta bilhões decorrem de receita tributária.

No Rio Grande do Sul, a receita prevista para o presente Exercício monta a quase cinqüenta e nove bilhões de cruzeiros, dos quais quase cinqüenta e cinco bilhões correspondem à receita tributária.

Enquanto isso, o Estado de Pernambuco, apesar do parque industrial que possui, conta com receita estimada, para este ano, em dezesseis bilhões de cruzeiros aproximadamente, segundo informação de seus nobres representantes nesta Casa.

O Sr. Pinto Ferreira — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com prazer.

O Sr. Pinto Ferreira — Acompanho, com muito interesse, o discurso proferido por V. Ex.<sup>a</sup>, que trata a possibilidade de político experimental a autoridade de proferir, das mais eminentes, de Direito Constitucional de uma Faculdade tão ou tão como e a da Bahia. V. Ex.<sup>a</sup> realmente traz para o Senado o debate deste tema que é, também, um braco de alarva inicialmente nesta discussão e anteriormente já veio a entendimento mais adequado do Federalismo brasileiro. Sobre todos nós, professores de Direito Constitucional e políticos, que há hoje em dia, no chamado Novo Federalismo uma tendência a ampliação dos Poderes Federais em detrimento do Poder Público dos Estados membros. Este Federalismo de equilíbrio e Federalismo hegemônico ou de superioridade, deve ter o seu limite, isto é, admite que não leve a supressão dos Estados membros. Do contrário, dentro em breve o Estado poderia ser uma lousa dentro do panorama da realidade política e jurídica brasileira. De outro lado, o próprio desenvolvimento político e econômico nacional leva a União a ampliar os seus poderes. É indispensável, porém que essa ampliação seja feita em função de dois fatores: primeiro, uma limitação natural para o resguardo da autonomia e, de outro lado, a existência de um tratamento discriminatório que leva até o próprio Estado à subversão. Em Pernambuco, se temos um clima de subversão, de agitação, e devido ao fato de que a nossa grande indústria, a do açúcar, se encontra em crise porque, enquanto de um modo geral ascende o custo de vida sobre o preço das utilidades no Brasil, não há igual correspondência com o preço do açúcar. Por exemplo, de maio de 1957 a 1962 o custo de vida subiu, no Brasil, duzentos e oitenta por cento, e o preço do açúcar cento e oitenta por cento, isto é, a indústria açucareira de Pernambuco não pode atender às suas necessidades.

Por consequência, essa limitação que se encontra na expansão do Federalismo é útil. Advertindo sobre esses problemas, V. Ex.<sup>a</sup> traz o debate, o diálogo para o problema indispensável isto é, de ampliar o poder da União até certo limite, atendendo às diferenciações regionais na sua variedade, sendo, sobretudo, que também não se realize a supressão do Estado-membro ou, de outro lado, o tratamento discriminatório que pode criar, inclusive, um clima subversivo no próprio Estado, e para o qual o poder do Estado é impotente para superar ou solucionar. Este o aparte que queria dar a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço o valioso concurso que me presta neste instante o nobre Senador Pinto Ferreira, que, além de confirmar a tese que venho sustentando, conduz de logo a uma conclusão definitiva: não pode haver União forte com Estados debilitados.

O Sr. Leite Neto — O nobre orador permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com todo prazer.

O Sr. Leite Neto — Na Constituinte de 1946, sustentei a tese de que o processo adotado para a discriminação de rendas era processo que mais poderíamos, realmente, considerar expoliativo para os Estados. Havia uma desproporção chocante na partilha feita entre as rendas da União, dos Estados e dos municípios. Sustentei, ainda, a tese de que uma das causas da diferença de progresso entre os Estados Unidos da América e o

Brasil é que o primeiro país a discriminação de rendas a concedeu em primeiro lugar aos Municípios, em segundo lugar aos Estados e em terceiro, à União. So a partir da Grande Guerra de 1914 é que o processo foi evoluindo no sentido de dar maior renda à União, por isso que ela passou a ter funções internacionais, no terreno especialmente da segurança, que requeriam rendas muito maiores. Inicialmente, porém, e até o princípio deste século, a discriminação de rendas na América beneficiava precisamente os municípios, o que ocorreu, decisivamente, para o progresso do Centro para a periferia. Assim, infelizmente, não aconteceu entre nós. É desnecessário dizer, a minha vez não teve eco, e a discriminação de rendas na Constituição de 1946, Evidentemente, hoje, todos os estudiosos da matéria estão de acordo em que é necessário fazer a revisão do processo de discriminação de rendas. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o que me permitiu fazer este aparte, e peço desculpas por haver interrompido seu brilhante discurso.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Eu é que agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> ter interrompido com tais esclarecimentos, no meu discurso.

Mas, como dizia, diante do procedimento que se verifica no País, ao invés de corrigir-se, agravava-se o regime da desigualdade entre os Estados.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Wilson Gonçalves — Para confirmar esta declaração de V. Ex.<sup>a</sup>, basta ter em vista que, em 1948, o Nordeste contribuiu com trinta por cento para formação da renda nacional e que, apesar de todo o esboço feito para levantar o Nordeste, essa região em 1959 apenas contribuiu com quinze por cento para o mesmo fim. Isto mostra que o Sul se desenvolve num ritmo muito maior, e que cada vez mais o Nordeste se distancia desse nível de progresso.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Ex.<sup>a</sup> assinala particularidade que mereceria, dentro desse processo discriminatório, ser mais desenvolvida no Plenário.

A ela não chegarei, propriamente, porque me estou fixando no exame particular da posição econômico-financeira dos Estados como unidades políticas e administrativas, em face do regime dominante. Mas, a afirmativa completa a tese geral.

A Bahia, por exemplo, com quinhentos e sessenta e três mil quilômetros quadrados e cerca de seis milhões de habitantes, produzindo noventa por cento do cacau do País, sendo a única fonte de petróleo explorado em termos comerciais na Nação tem, para 1963, uma receita prevista que não ultrapassa o montante de vinte bilhões de cruzeiros dos quais quinze bilhões correspondem à possível receita tributária.

Note-se, porém, o terrível contraste: pouco antes de deixar o Governo de São Paulo o Professor Carvalho Pinassilava que a dotação para a Universidade de São Paulo, no presente exercício, montava a oito bilhões de cruzeiros! Há dias, "O Estado de São Paulo" noticiou que, de janeiro a março, a Prefeitura da capital paulista arrecadou nove bilhões de cruzeiros. Vale dizer, só a dotação de uma unidade de serviço do Estado de São Paulo, ou a receita de três meses apenas de sua grande Capital, correspondem a mais de um terço da receita geral do Estado da Bahia.

E' evidente, Srs. Senadores, que essa situação não pode prosseguir; auxí-

tos, subvenções, trabalhos de emergência são úteis, mas já não bastam. De que os Estados estão necessitando e de recursos permanentes, não fujamos às oscilações de caráter político, administrativo e burocrático.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Reforçando as considerações de V. Exa. queria dizer que era a discrepância e desigual não se verificam entre as regiões nordestinas em confronto com as sulinas, nas mesmas condições. Se V. Exa. prosseguir na análise, e fizer o cortejo entre a Prefeitura de São Paulo e a Estado do Rio Grande do Sul, verificaria que o município da capital paulista tem orçamento semelhante a de todo o Estado do Rio G. O Sr. se confrontar Santa Catarina com o Estado de São Paulo, notará as mesmas disparidades. Daí a esse de V. Exa. ter pleno conhecimento do fato de que V. Exa., sobretudo, não se esqueça a terrível influência da inflação, a que ajudou e que, a meu ver, é o fator mais grave para este quadro tão bem pintado pelo nobre colega.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito obrigado ao nobre Senador Mem de Sá, cujo ponto de vista incorporo no meu discurso como um complemento que merece ser analisado em profundidade, para que o processo de portagens se amplie a todo o quadro da Federação.

As comparações estatísticas a que acabamos de fazer menção não têm por objetivo evidentemente, manifestar insatisfação pelo progresso crescente dos Estados do Sul. Os que somos filhos de outras regiões desejamos que esses Estados economicamente prósperos tenham, cada vez mais, seus recursos ampliados, para o bem do povo. O que estamos a pedir e reafirmar é que o Governo interfira vigorosamente no processo de desigualdade dentro da Federação Brasileira, para estabelecer aquele mínimo de igualdade razoável, sem o qual não se pode falar em identidade de propósitos e de destino no mecanismo da Nação.

Dentro desse processo de correção, o Senado brasileiro pode prestar, e dá, um grande e valioso serviço aos Estados-membros. Então em trânsito nesta Casa três projetos de singular importância para os Estados, particularmente para os Estados da região Norte-Nordeste: a Emenda à Constituição que altera a discriminação de rendas, para atribuir aos Estados uma participação de 10 e 15 por cento, respectivamente, na arrecadação do imposto de consumo e do imposto sobre a renda; o projeto que, modificando ou revogando o Decreto-lei nº 915, de 1938, disciplina o pagamento do imposto de vendas e contribuições no que concerne à competência tributária dos Estados; e, afinal, o projeto que cria o novo Plano Diretor da SUDENE, de caráter plurirregional.

Essas três proposições, convertidas em leis, poderão proporcionar medidas irreversíveis e imortais na correção do desequilíbrio regional na Federação brasileira. Dize adirão recursos de caráter tributário e investimentos para as diferentes regiões; um caso como outro, importará, e isso é fundamental, em aplicação de recursos pelo prestígio pessoal da lei.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Senador Josaphat Marinho, o discurso que V. Exa. pronunciou nos encanta, nos fascina mesmo, é objetivo e claro. E agora V. Exa. tocou no ponto principal: há, direi um nó górdio que precisa ser cortado definitivamente. Por que razão esses projetos de grande importância e repercussão, que provocariam o desenvolvimento das regiões menos ou subdesenvolvidas do País, permanecem dormindo, um sono atárgico e misterioso nas gavetas das nossas Comissões? Então, será preciso que o povo nordestino, o povo das regiões subdesenvolvidas, desperte, pressione, ameace ou pegue em armas, para que nós nos movimentemos? No dia em que seus clamores se fizerem sentir dessa maneira, porque não de nos andamento a esses projetos, como protestar? Com que autoridade? Vossa Exa. por certo, contará com a maioria do Senado nesta nova época, neste novo movimento que se faz para que tais projetos tenham andamento sejam discutidos e votados porque a verdade é esta: nós também — nós, Congresso Nacional — somos responsáveis.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Acredito, nobre Senador Aurélio Vianna, que a circunstância de se haver encerrado uma, para iniciar outra legislatura, determinou o retardamento que se verifica. Estou certo, porém, de que o Senado da República, pela unanimidade de suas representações, há de dar — como ora lhe peço — natural e compreensível prioridade a esses projetos, mediante a aprovação dos quais o Poder Legislativo não apenas dará estímulo ao Executivo, mas conquistará autoridade para dele exigir aquelas medidas que são da competência puramente administrativa.

O Sr. Aurélio Vianna — O caso do Decreto-lei nº 915, por exemplo. Há anos a Câmara dos Deputados vinha lutando para a aprovação daquele projeto, que evitaria a discriminação odiosa que se criou no Brasil. De tal modo a discriminação se fazia sentir em prejuízo das regiões menos desenvolvidas deste País, que até os Governadores do Estado de São Paulo mobilizavam suas forças políticas, para impedir a derrogação do Decreto-lei nº 915. Através desse diploma é que um Grande Estado, sem que o seu povo saiba do que se processa nas altas camadas econômicas daquela Unidade da Federação brasileira, vem impedindo que pequenas Unidades federativas se desenvolvam, se projetem e emancipem economicamente. Sou testemunha da luta, na Câmara dos Deputados, pela aprovação daquele projeto, da mobilização que se fazia sentir, principalmente no Estado de São Paulo, através dos seus Governadores. E vou acrescentar: quando da campanha presidencial, fui convidado para o debate com o Sr. Jânio Quadros e expus a S. Exa., então candidato à Presidência da República, a discriminação fruto do Decreto-lei nº 915, contra as regiões Norte, Nordeste e Centro do País, principalmente. Pedi a S. Exa. um pronunciamento claro, objetivo, pela revogação daquele diploma. Chamando o saudoso Deputado Federal Emílio Carlos, conversaram. Ficou então de fazer um pronunciamento que, até hoje, não foi feito, segundo me consta. Logo, V. Exa. toca em ponto importante, impressionante. A verdade é esta: estão aí os projetos à espera de que os empulsionemos e de que o Executivo, em os sancionando, os ponha para andar, a fim de que nosso País cresça harmoniosamente. V. Exa. disse bem: não somos contra nossos irmãos que se industrializaram, somos a favor dos subdesenvolvidos que vivem como todo o Brasil sabe.

A pressão discriminatória a que Vossa Exa. se referiu, com justa crítica, por certo não prevalecerá nesta Casa.

O Sr. Aurélio Vianna — Assim espero.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Como representação dos Estados, e por isso mesmo responsável maior pelo resguardo do equilíbrio federativo, ela há de deliberar sobre as proposições, adotando-as nos termos que lhe parecerem justos e próprios.

Não há disputa entre os Estados para preponderância de uns sobre os outros. O que se pretende, neste instante, é a conjugação de vontade das representações para que esses projetos, convertidos em leis, representem forças propulsoras do desenvolvimento equilibrado da Federação Brasileira.

Se assim fizermos, como estou certo o faremos, o Senado conquistará autoridade para exigir do Poder Executivo — dizia — aquelas outras medidas que são de sua alçada, inclusive a modificação da política cambial, a alteração do regime de distribuição dos recursos orçamentários, a garantia de pagamento das dotações orçamentárias para a solução dos problemas fundamentais, a revisão, no que respeita à Bahia, do pagamento de *royalty* para elevá-lo a percentual compatível com o desenvolvimento da indústria do petróleo e com as necessidades do Estado.

Por ato executivo do Presidente Jânio Quadros, elevou-se esse *royalty* de cinco para oito por cento. Que o Governo atual cumpra, no que lhe cabe, sua parte.

Essa é a reivindicação que, no Senado da República, se faz, não para condenar a grandeza de uns Estados diante da fraqueza econômica dos outros, mas para resguardar a unidade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: em 1870, ao estudar o drama das províncias no Estado unitário, num livro hoje clássico, Tavares Bastos pôde confessar que o Nordeste ainda não havia alcançado aquele extremo de descontentamento em que a discussão limita com o combate. Ainda há cerca de três dias, o "Correio da Manhã", num de seus editoriais, assinalou que uma das tradições do Nordeste reside na rebelião. Não confiemos exageradamente na sorte, para que, pelo descontentamento acumulado, o combate não suprima a discussão! (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 37 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra f, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para completar o Gabinete do 2º Secretário, nas funções de Auxiliar, Ily Rodrigues Alves, Oficial Legislativo, PL-6.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de maio de 1963. — Rui Palmeira, Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 38 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra f, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para completar o Gabinete do 2º Secretário, nas funções de Auxiliar, Isnard Sarres de Albuquerque Melic, Oficial Legislativo, PL-3.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de maio de 1963. — Rui Palmeira, Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 39 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra f, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder do P. D. C. os seguintes funcionários:

Para Oficial:

Luiz Carlos de Oliveira Chaves, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Para Auxiliar:

Dinah Martins Perácio, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de maio de 1963. — Rui Palmeira, Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 40, DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra f, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder da União Democrática Nacional, nas funções de Auxiliar, Francisco Estivallet Finamor, Oficial Auxiliar da Ata, PL-4.

Secretaria do Senado Federal, em 16 de maio de 1963. — Rui Palmeira, Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 41 DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições e

Considerando que o problema residencial dos Senhores Senadores ainda permanece sem solução, mormente no que tange aos empossados a 1º de fevereiro deste ano;

Considerando que, além desses, existem outros Senhores Senadores, pertencentes ao termo não renovado a 7 de outubro último, com problemas da mesma natureza e de permutas por apartamentos que atendam a suas necessidades;

Considerando que, em relação a esses últimos, existem preferências deferidas por decisão da Comissão Diretora e pelos antecessores do atual titular da Primeira Secretaria;

Baixa as seguintes instruções:

I — Na eventual devolução de apartamento de 4 (quatro) quartos, por parte de ex-senadores, que ainda os ocupam, serão atendidos os Senhores Senadores que possuam prioridade anterior.

II — Após, serão atendidos os Senhores Senadores com maior número de dependentes e obediência à antiguidade cronológica da inscrição;

III — Serão também atendidos os Senhores Senadores inscritos nas disponibilidades reservadas ao Senado na Super Quadra 206 (IPASE), observada igualmente a ordem cronológica da inscrição, que se realiza na Primeira Secretaria com o Encarregado do Grupo de Trabalho do Senado.

Brasília, em 16 de maio de 1963. — Rui Palmeira, Primeiro Secretário.

### Atos do Diretor Geral

PORTARIA Nº 37 DE 15 DE MAIO DE 1963

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Líder do P. D. C. os seguintes funcionários:



*Para Continuo:*

Carlos Braga, Ajudante de Porteiro, L-7.

*Para Motorista:*

Milton Farias de Souza, Motorista, L-9.

Secretaria do Senado Federal, em 16 de maio de 1963. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 38, DE 16 DE MAIO DE 1963

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8 de 1963, designa para o Gabinete do Presidente da Comissão do Polígono das Secas, nas funções de Continuo, o Auxiliar de Limpeza, PL-11, Anibal Lourdes de Oliveira.

Secretaria do Senado Federal, em 16 de maio de 1963. *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 39 DE 16 DE MAIO DE 1963

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto

na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nas funções de Continuo, o Auxiliar de Portaria, PL-9, Jorge Antunes.

Secretaria do Senado Federal, em 16 de maio de 1963. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.